

**PROJETO PEDAGÓGICO DO  
CURSO SUPERIOR DE  
TECNOLOGIA EM GESTÃO DA  
PRODUÇÃO INDUSTRIAL**

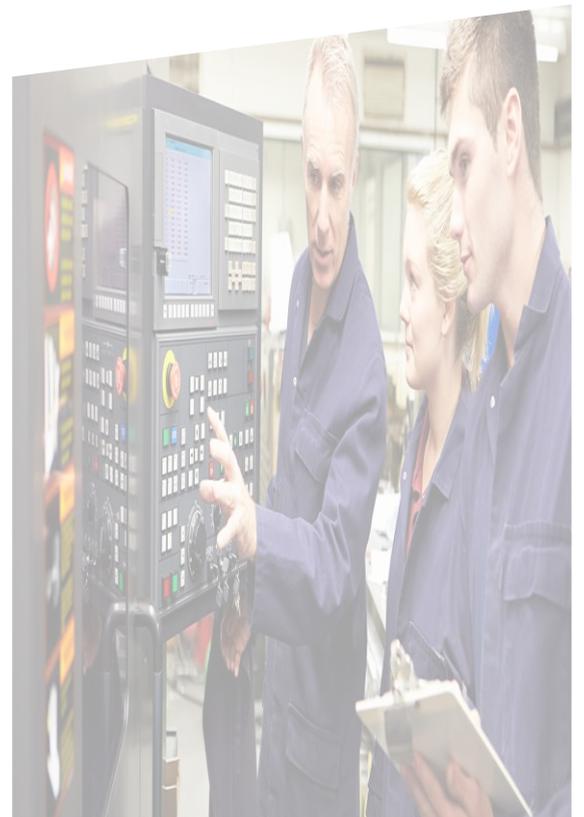
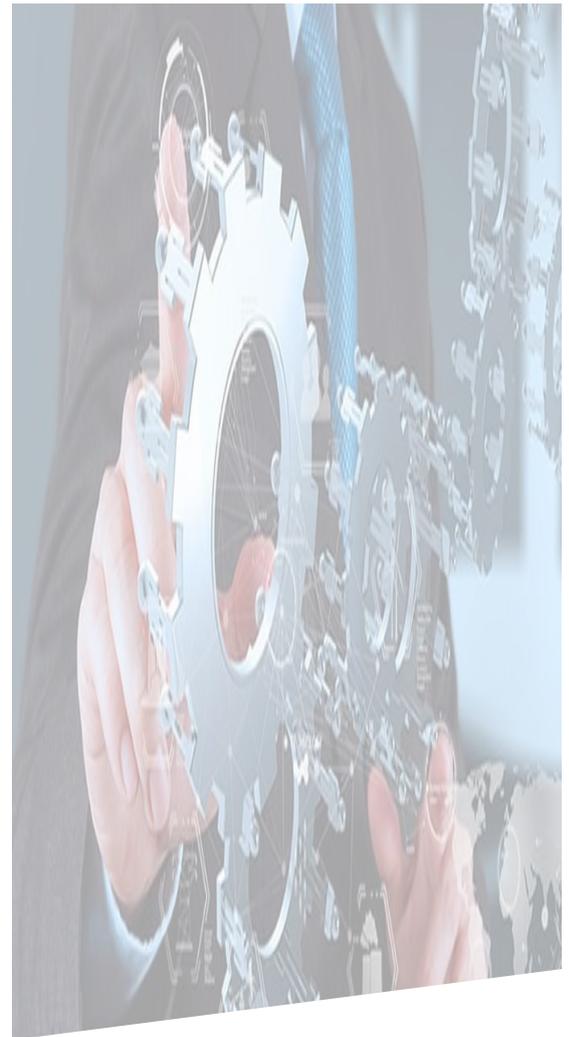
---

**Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa  
(IES 17420)**

**Mantenedor:**

**Centro de Ensino Superior de Maringá –  
CESUMAR**

**Ponta Grossa (PR)  
2017**



## SUMÁRIO

---

APRESENTAÇÃO .....	- 5 -
1. INTRODUÇÃO: A Regulação da Educação no Brasil .....	- 6 -
1.1 A Formação Universitária e o Papel do Projeto Pedagógico na Formação do Profissional- 7 -	
1.2 Contextualização da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa .....	- 10 -
1.2.1. Organização Institucional .....	- 10 -
1.2.1.1. MANTENEDOR .....	- 10 -
1.2.1.2. MANTIDA .....	- 10 -
1.2.2. Histórico da Instituição de Educação Superior (IES) .....	- 10 -
1.2.2.1. MISSÃO .....	- 12 -
1.2.2.2. VISÃO .....	- 12 -
1.2.2.3. FINALIDADES .....	- 13 -
1.2.2.4. VALORES E PRINCÍPIOS .....	- 14 -
1.2.2.5. OBJETIVOS DA IES .....	- 14 -
1.2.2.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA .....	- 15 -
1.2.2.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IES .....	- 15 -
2. DIMENSÃO I – Organização Didático-Pedagógica .....	- 16 -
2.1 Contexto Educacional .....	- 16 -
2.1.1. Marcos Teóricos e Filosóficos .....	- 17 -
2.1.1.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PNE) E OUTRAS DIRETRIZES – Contextos Cultural e Político .....	- 17 -
2.1.1.2. INSERÇÃO REGIONAL - Contexto Social, Ambiental e Econômico .....	- 19 -
2.1.1.2.1. Caracterização da Cidade e Localização Geográfica .....	- 19 -
2.1.1.2.2. História, Meio Ambiente e Perfil da População .....	- 20 -
2.1.1.2.3. Perfil Econômico .....	- 24 -
2.1.1.2.4. Inserção da IES e do Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - 29 -	
2.2 Concepção do Curso .....	- 32 -
2.3 Forma de Ingresso no Curso e na IES .....	- 32 -
2.4 Políticas Institucionais no âmbito do Curso .....	- 33 -
2.4.1. Política de Ensino – O Ensino de Qualidade .....	- 34 -
2.4.1.1. Flexibilização e Gestão do Projeto Pedagógico .....	- 38 -

2.4.1.2.	Flexibilização e os Processos de Gestão Administrativa .....	39 -
2.4.1.3.	Flexibilização e Avaliação .....	40 -
2.4.2.	Política de Extensão universitária – Articulação com a Sociedade.....	40 -
2.4.3.	Política de Pesquisa – Incentivo à Pesquisa e Pós-Graduação .....	42 -
2.4.4.	Política para a Educação Inclusiva .....	45 -
2.4.5.	Política Afirmativa de Inclusão Social .....	47 -
2.5	Justificativa do Curso .....	49 -
2.6	Objetivos do Curso .....	51 -
2.7	Perfil Profissional do Egresso .....	51 -
2.8	Estrutura Curricular .....	52 -
2.9	Conteúdos Curriculares.....	55 -
2.10	Metodologia.....	83 -
2.10.1	Projeto Integrador .....	85 -
2.11	Estágio Curricular Supervisionado .....	86 -
2.12	Atividades Complementares .....	86 -
2.5.1.	Regulamentação das Atividades Complementares .....	88 -
2.13	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) .....	93 -
2.14	Apoio Discente .....	93 -
2.8.1.	Ouvidoria.....	95 -
2.8.2.	Apoio Pedagógico e Financeiro.....	96 -
2.8.2.1.	APOIO PEDAGÓGICO - NAP .....	96 -
2.8.2.2.	ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA – MONITORIA – NIVELAMENTO - ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO .....	96 -
2.8.2.3.	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL).....	97 -
2.8.2.4.	ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS .....	97 -
2.8.2.5.	APOIO FINANCEIRO .....	98 -
2.15	Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso.....	99 -
2.16	Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem-	100 -
2.17	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem .....	102 -
2.18	Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC.....	103 -
3.	DIMENSÃO 2 – Corpo Docente .....	103 -

3.1	Composição e Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE .....	103 -
3.2	Coordenador do Curso .....	105 -
3.2.1.	Atuação do Coordenador .....	105 -
3.2.2.	Experiência de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador.....	105 -
3.2.3.	Regime de Trabalho e Carga Horária de Coordenação de Curso .....	106 -
3.3	Corpo Docente .....	106 -
3.3.1.	Constituição do Corpo Docente .....	106 -
3.3.2.	INDICADORES DOCENTE - Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional na Área e de Docência no Ensino Básico e Superior .....	110 -
3.4	Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso .....	116 -
4.	DIMENSÃO 3 - Infraestrutura .....	118 -
4.1	Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais .....	119 -
4.1.1.	Instalações Físicas – Adaptações para Acessibilidade .....	119 -
4.1.2.	Instalações Virtuais - Software de Acessibilidade.....	119 -
4.2	Espaço Físico Geral.....	120 -
4.2.1.	Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes e Discentes.....	121 -
4.2.1.1.	Recursos Audiovisuais e Multimídia .....	121 -
4.2.1.2.	Existência de Rede de Comunicação (INTERNET) .....	122 -
4.2.1.3.	Plano de Expansão e de Atualização de Equipamentos.....	122 -
4.2.2.	Biblioteca.....	123 -
4.2.2.1.	Bibliografia Básica .....	124 -
4.2.2.2.	Bibliografia Complementar .....	124 -
4.2.2.3.	Periódicos Especializados.....	124 -
4.2.2.4.	Infraestrutura Física e Material.....	124 -
4.2.2.5.	Política Institucional para a Biblioteca no que se Refere ao Acervo, ao Espaço Físico e aos Métodos de Acesso à Informação.....	124 -
4.2.2.6.	Política de Atualização do Acervo .....	125 -
4.2.2.7.	Pessoal Especializado .....	126 -
4.2.2.8.	Política e Facilidade de Acesso ao Material Bibliográfico .....	126 -
4.2.2.9.	Horário de Funcionamento da Biblioteca .....	126 -
4.2.3.	Laboratórios Didáticos Especializados – Autorização de Curso (2 primeiros anos do curso) .....	127 -

4.3	Plano de Expansão Física.....	- 127 -
5.	REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	- 127 -
	REFERÊNCIAS .....	- 140 -

## APRESENTAÇÃO

---

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento que norteia a organização e o desenvolvimento das práticas pedagógicas na graduação e define os princípios educacionais adotados para a condução do processo de ensino-aprendizagem ao longo do desenvolvimento do curso. Para garantir a conformidade do funcionamento e gestão do curso com as finalidades institucionais e as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), o PPC foi desenvolvido em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que trata sobre o papel da Faculdade (missão e visão) no âmbito da sua contribuição social local, regional e nacional por meio do ensino, da pesquisa e extensão, com o Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), que estabelece o planejamento para desenvolver as políticas do PPI, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que direcionam os requisitos para a formação do perfil, habilidades e competências dos futuros profissionais graduados.

O desenvolvimento do PPC da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é coordenado e implementado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, e representa o resultado da soma de experiências acadêmica, administrativa e pedagógica dos docentes que atuam no mercado de trabalho na área de formação do curso. As contribuições foram realizadas a partir da reflexão crítica sobre o perfil da formação dos futuros profissionais no contexto político, econômico, social e ambiental da Região de Ponta Grossa, do Paraná e do Brasil.

Com a missão de “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que o PPC nunca deve estar pronto ou acabado, mas sim em constante atualização para que se alcancem os objetivos em nome de uma qualidade de ensino comprometida com os avanços do desenvolvimento tecnológico, das demandas sociais e ambientais e da formação de uma cidadania plena.

*Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial***

## 1. INTRODUÇÃO: A Regulação da Educação no Brasil

---

A educação de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal do Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei N° 9.394/96) é a primeira lei educacional no país a fornecer um significado do que é Educação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Um dos pontos altos da LDB n. 9394/96 é o reconhecimento da importância dos valores na educação escolar, incorporando nas finalidades da educação, princípios e valores fundamentais que dão um tratamento novo e transversal ao currículo escolar no âmbito da formação da cidadania.

Anterior à promulgação da LDB, sabe-se que, tradicionalmente, os valores vinham sendo ensinados, em sala de aula, de forma implícita, sem aparecer na proposta pedagógica, configurando o que denominamos de currículo oculto da escola. A partir da nova LDB, promulgada em particular com os Parâmetros Curriculares Nacionais, ficou explicitado, em caráter normativo para todas as instituições de ensino, a importância e necessidade da inserção e integralização dos valores nos currículos escolares.

No contexto da Educação Superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, a articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as áreas de ensino da Educação Superior. A regulação e a avaliação dos cursos e das Instituições de Ensino Superior são realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior no Brasil e, especialmente, a promoção da consolidação dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, do desenvolvimento dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

## 1.1 A Formação Universitária e o Papel do Projeto Pedagógico na Formação do Profissional

---

A formação universitária se constitui em um desafio que, na sua abrangência, deve valorizar os seguintes elementos:

- I. O progresso científico e tecnológico;
- II. As tendências sociais e econômicas da atualidade;
- III. A ética e os valores humanos necessários para a construção e manutenção da liberdade, justiça e igualdade entre os seres humanos;
- IV. O aprofundamento no domínio das estratégias e procedimentos específicos da área de atuação;
- V. A capacidade crítica e reflexiva de todos os envolvidos nesse complexo processo de produção do conhecimento, cujo objetivo é a análise das diferentes facetas da realidade que envolve a atuação profissional.

A universidade é, portanto, o espaço para o desenvolvimento destas capacidades. Para isto, cabe às instituições educacionais propiciar aos discentes as condições intelectuais e científicas necessárias para os alunos analisarem criticamente a sua atuação como profissional frente às questões da realidade brasileira, e considerar a relevância da sua prática no atendimento das necessidades da sociedade.

Diante dessa perspectiva, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que o Projeto Pedagógico do Curso deve articular os valores sociais, culturais e ambientais do contexto no qual está inserido, com os conhecimentos técnicos e científicos específicos da área em que pretende formar o profissional, objetivando o preparo de profissionais que saibam atuar de forma ética e tecnicamente competente em sua carreira profissional, integrados ao contexto sociocultural da região de inserção. Para atingir e consolidar tal compromisso, o PPC foi elaborado em consonância com o PPI e o PDI da Instituição que, juntos, estabelecem as bases para o desenvolvimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, orientando e contribuindo para a formação profissional e cidadã dos alunos da Instituição.

Sob o contexto dos compromissos e função das Instituições de Ensino Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº. 9.394/96, art. 43, define as finalidades que as IES devem apresentar:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Para operacionalizar as finalidades estabelecidas pela lei LDB, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, comprometida com a qualidade do ensino superior, empenha-se na elaboração de propostas de PPC capazes de nortear as ações pedagógicas dos cursos de forma reflexiva, consciente, sistematizada e participativa, objetivando propiciar uma formação profissional completa no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão,

preparando os alunos com habilidades e competências para a atuação no mercado de trabalho e para o compromisso com o exercício da cidadania. Para alcançar esse objetivo, a Faculdade entende que o PPC deve ser elaborado como uma proposta de trabalho que descreve um conjunto de ações a serem desenvolvidas ao longo do processo de formação acadêmica, e a concepção do PPC deve conter a participação de todos os agentes envolvidos no processo, tais como os educadores, a comunidade acadêmica, os agentes administrativos e os membros da sociedade. Sob esse cenário, a Faculdade considera que é por meio do PPC que a coordenação do curso poderá planejar suas atividades, aprimorar seus processos avaliativos, aperfeiçoar sua matriz curricular, decidir sobre suas necessidades e melhorar a qualidade de seu ensino sempre articulando com as tendências da sociedade.

Em suma, o Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas do curso, tendo em vista a trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, valores e objetivos da Faculdade. Dessa forma, o PPC deve contemplar a articulação entre a teoria e a prática do curso, em que a integração dos elementos básicos estabelecidos através da interface do ensino, da pesquisa, da cultura, da política, da ética e das finalidades das IES estabelecidas na LDB, resulta na formação de um profissional apto para o desenvolvimento da sociedade. Sob a luz dos pensamentos de Freire (1981), a Faculdade considera que “...quando se une a prática com a teoria tem-se a ação criadora e modificadora da realidade”.

## 1.2 Contextualização da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa

---

### 1.2.1. Organização Institucional

#### 1.2.1.1. MANTENEDOR

<b>Razão Social</b>	Centro de Ensino Superior de Maringá LTDA - CESUMAR
<b>Código</b>	560
<b>CNPJ</b>	79.265.617/0001-99
<b>Endereço</b>	Av. Guedner, 1.610 – Jardim Aclimação – CEP. 87050-390, Maringá, Paraná.
<b>Telefone</b>	(44) 3027-6360
<b>E-mail Institucional</b>	<a href="mailto:normas@unicesumar.edu.br">normas@unicesumar.edu.br</a>
<b>Presidente</b>	Cláudio Ferdinandi
<b>Registro</b>	4º Contrato Social registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag. Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015

#### 1.2.1.2. MANTIDA

<b>Razão Social</b>	<b>Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa</b>
<b>Código</b>	17420
<b>Endereço</b>	• <b>UNIDADE SEDE</b> – Rua Desembargador Westphalen, 60 - Bairro Oficinas - CEP 84036-350
<b>E-mail Institucional</b>	<a href="mailto:normas@unicesumar.edu.br">normas@unicesumar.edu.br</a>
<b>Diretor Geral</b>	Ludovico Omar Bernardi
<b>Credenciamento</b>	Portaria nº. 40 de 28/01/2015.

### 1.2.2. Histórico da Instituição de Educação Superior (IES)

A mantenedora, **Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. – CESUMAR** (Cód. 560), é Pessoa Jurídica de Direito Privado, Com Fins Lucrativos – Sociedade Civil, com CNPJ 79.265.617/0001-99. Seu 4º Contrato Social é registrado na Junta Comercial do Paraná – Ag.

Regional de Maringá sob o nº 20151343438 – 15/134343-8 em 23/2/2015, e tem foro e sede no Município de Maringá, Estado do Paraná, com endereço da sede na Av. Guedner, nº 1610, bairro Jardim Aclimação, CEP: 87050-390. O CESUMAR tem como presidente o Sr. Cláudio Ferdinandi e foi fundado em 7 de Junho de 1986.

A atuação comprovada da Mantenedora em educação superior teve início no ano de 1990 com o Credenciamento da primeira Faculdade, e implantação dos cursos de Administração e Processamento de Dados com aproximadamente 180 alunos na época. Ao longo da década de 90, a expansão da atividade educacional ocorreu pela criação de novas faculdades com novos cursos e, em 2001, foi dado o parecer favorável do Ministério da Educação para transformação das Faculdades em Centro Universitário, localizado em Maringá. Atualmente, o Centro Universitário de Maringá – **UNICESUMAR**, mantido pela mantenedora CESUMAR, conta 50 cursos de graduação presencial, 37 de Educação a Distância (EAD), 101 cursos de pós-graduação presenciais e de EAD, e aproximadamente 90.000 alunos no universo do conhecimento da **UNICESUMAR**. Nos últimos anos, vem obtendo excelentes conceitos nos cursos que prestam o ENADE e, pelo 6º ano consecutivo, obtém o conceito de **IGC 4 e CI 5**, mantendo-se entre as 4% melhores instituições de ensino superior do país, consolidando-se ao lado das principais instituições públicas do Paraná, e com o título de melhor Centro Universitário do sul do Brasil.

Com vistas a passar por um novo processo de expansão na oferta da educação superior, a mantenedora CESUMAR realizou um estudo de mercado no estado do Paraná e no ano de 2013, deu um passo importante na trajetória educacional dando o início ao plano de expansão abrindo 5 novas faculdades nas cidades de Arapongas, Londrina, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba. Conhecendo a grandeza e a importância do processo e da necessidade de manutenção da qualidade de ensino alcançado no histórico da **UNICESUMAR**, a mantenedora CESUMAR optou por construir em todas as cidades unidades próprias, com o intuito de nos próximos anos todas essas IES, denominadas integrantes do grupo educacional **UNICESUMAR**, convergirem em uma mesma unidade educacional.

Dentro do plano de expansão do Grupo **UNICESUMAR**, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** esta inserida em uma região de alta demanda de desenvolvimento industrial e com *status* de ponto estratégico no estado do Paraná, com conexões rodoferroviárias do

estado de São Paulo e Oeste e Norte do Paraná até o Porto de Paranaguá, e apenas a 117 km da capital Curitiba. A Faculdade foi credenciada pela Portaria 40 de 28/1/2015, e suas atividades acadêmicas iniciaram-se com a abertura de vestibular no final do ano de 2016 e início das aulas em 2017, já na unidade própria construída com aproximadamente 12 mil m<sup>2</sup>. Embora a Faculdade se integre ao grupo educacional, a Mantenedora entende que cada Faculdade apresenta a regionalidade de sua inserção sendo as políticas institucionais desenvolvidas para atendimento das especificidades das demandas locais, regionais e do contexto nacional.

#### **1.2.2.1. MISSÃO**

A IES tem por missão “Promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”.

Cumprir tal missão implica que a IES entende que há uma função acadêmica e social a ser cumprida, oferecendo ensino de qualidade fundamentada nas políticas de ensino, pesquisa e extensão, propiciando uma formação integral de profissionais inovadores, competentes e com capacidade empreendedora, preparando pessoas para atuarem eticamente como agentes transformadores da realidade empresarial, organizacional e social brasileira.

#### **1.2.2.2. VISÃO**

Ser reconhecida como uma Instituição de referência regional e nacional pelo (a):

- I. qualidade e compromisso do corpo docente;
- II. aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa;
- III. consolidação da extensão universitária;
- IV. qualidade da oferta do ensino presencial;
- V. bem-estar e satisfação da comunidade interna;

- VI. qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- VII. compromisso social de inclusão;
- VIII. processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- IX. compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

### **1.2.2.3. FINALIDADES**

Em consonância com a Missão e Visão institucional, as finalidades da consolidação da Faculdade consistem em:

- I. Desenvolver a educação superior formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos a integrar os setores profissionais e a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- II. Formar recursos humanos para o exercício da investigação artística, científica, humanística e tecnológica assim como para o desempenho do magistério e das demais profissões;
- III. Promover a formação integral do ser humano, estimulando a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e do espírito científico;
- IV. Incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica buscando o incremento da ciência e tecnologia, colaborando com o desenvolvimento do ser humano e das comunidades local e regional, com vistas ao seu bem-estar social, econômico, político e cultural;
- V. Promover a extensão estimulando a participação da população nos resultados da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica produzidas na instituição;
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VII. Estimular permanentemente o aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que

vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- VIII. Incitar conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.
- IX. Participar ativamente da realidade social do seu entorno proporcionando parcerias com órgãos públicos, privados e entidades sociais, visando à melhoria de vida da população da região em que se insere;
- X. Colaborar permanentemente para que as mazelas sociais, como a corrupção, racismo, desigualdades sociais e injustiças sejam combatidas.

#### **1.2.2.4. VALORES E PRINCÍPIOS**

O desenvolvimento e a consolidação da IES é pautada sobre os fundamentos da Ética, Responsabilidade Social, Gestão Sustentável e Transparência.

#### **1.2.2.5. OBJETIVOS DA IES**

Em seu PDI vigente, nos próximos anos a Faculdade tem por objetivos gerais:

- I. Consolidar a implantação da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**;
- II. estabelecer uma sistemática educacional que possa ser compreendida, aplicada e validada em condições reais.
- III. estabelecer as bases conceituais, metodológicas e operacionais do projeto de desenvolvimento da instituição;
- IV. atender às necessidades institucionais de planejamento e permitir a adequação ao contexto econômico, social, cultural e ambiental da região;
- V. consolidar as bases de agente transformador da sociedade na qual se insere.

#### **1.2.2.6. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA**

Tendo em vista as áreas definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** se organizou em três centros de ensino, sendo:

- I. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
- II. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- III. Centro de Ciências Exatas, Agrárias e Tecnológicas.

#### **1.2.2.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA IES**

Através do Regimento Geral da Faculdade, integram a estrutura organizacional:

### **TÍTULO II**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA**

Art. 5º A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, para os efeitos de sua administração, conta com órgãos colegiados deliberativos e normativos, órgãos executivos e órgãos de apoio técnico e administrativo.

§1º São órgãos colegiados deliberativos e normativos:

- I. Conselho Superior - CONSUP;
- II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE;
- III. Colegiados de Curso.

§2º São órgãos executivos:

- I. Diretoria Geral;
- II. Vice-Diretoria;
- III. Diretorias Acadêmicas e Administrativas;
- IV. Coordenadorias de Curso;
- V. Instituto Superior de Educação – ISEN.

Com o avanço do desenvolvimento das atividades acadêmicas, a IES entende que haverá a necessidade de revisões periódicas e replanejamento das estratégias de desenvolvimento institucional, que se tornam necessários tanto em função das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade em que a Instituição esta inserida quanto em função de seu próprio desenvolvimento, isto é, em função dos resultados obtidos na implementação das ações anteriormente planejadas. Assim, a adoção de novas estratégias e o remodelamento de setores institucionais não implica qualquer mudança na Missão e nos fins institucionais, mas, ao contrário, é condição para sua concretização nos contextos sócio históricos em constante mudança com o desenvolvimento da região e do país.

## **2. DIMENSÃO I – Organização Didático-Pedagógica**

---

### **2.1 Contexto Educacional**

---

Discutir os marcos teóricos e filosóficos que fundamentam a contextualização da educação na região de inserção, no Brasil e no mundo, é um importante processo que proporciona subsídios para o desenvolvimento do projeto pedagógico. Essa discussão, confere ao PPC, a sustentação das bases que norteiam as práticas pedagógicas propostas, a coerência entre os pressupostos teóricos e a prática pedagógica, assim como também a sua operacionalização por meio das orientações didático-metodológicas, programas de desenvolvimento profissional dos docentes, programa de avaliação e a utilização dos espaços acadêmicos como ambiente de estudo, convivência e formação cidadã.

## 2.1.1. Marcos Teóricos e Filosóficos

### **2.1.1.1. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PNE) E OUTRAS DIRETRIZES – CONTEXTOS CULTURAL E POLÍTICO**

Uma breve leitura do processo de formação da sociedade brasileira é indispensável para a melhor compreensão da realidade do ensino superior que ora se apresenta. Somos um país que se revela por meio de uma multidiversidade de origens e riquezas, origens que se evidenciam pelas amplas diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas, e riquezas manifestas por meio de seus recursos naturais e do potencial produtivo nas diversas áreas da economia. Considerado um país jovem e ainda em processo de desenvolvimento, o Brasil ainda apresenta múltiplos cenários no âmbito do desenvolvimento da educação que advém desde a colonização do império português até à forma diferenciada de colonização dos imigrantes nas diversas regiões geográficas do país.

Diante desse contexto diverso, o cenário educacional ao longo da história do Brasil vem passando por profundas modificações, desde a luta para combater o analfabetismo e melhorar a qualidade da educação básica até a promoção da expansão da educação superior e ampliação da formação de mestres e doutores para o mercado de trabalho. No âmbito da educação superior, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê estratégias que vem sendo utilizada pelo Governo Federal para a ampliação da oferta de vagas e matrículas, inclusão de pessoas desfavorecidas socioeconomicamente e redução das desigualdades étnico-raciais. Essas estratégias vêm sendo empregadas por meio da(o):

- I. Expansão e interiorização da rede federal de educação superior;
- II. Desenvolvimento de políticas de inclusão e ampliação da participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior;
- III. Assistência estudantil por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES);
- IV. Consolidação na graduação, de projetos de extensão universitária orientando sua ação para o âmbito social;

- V. Fomentação de estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País;

Nesse cenário, aliado às diretrizes estabelecidas no PNE para o desenvolvimento do ensino superior no Brasil com a formação humanística, cultural, científica e tecnológica, as Instituições de Ensino Superior encontram-se diante de um desafio para promover o ensino superior no país associado à função social da IES na região onde atua. Cabe lembrar, que nesse cenário educacional do país, incluem-se também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a Diretriz para a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, as Diretrizes para as Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, a Diretriz para a Disciplina de Libras e as Políticas de Educação Ambiental.

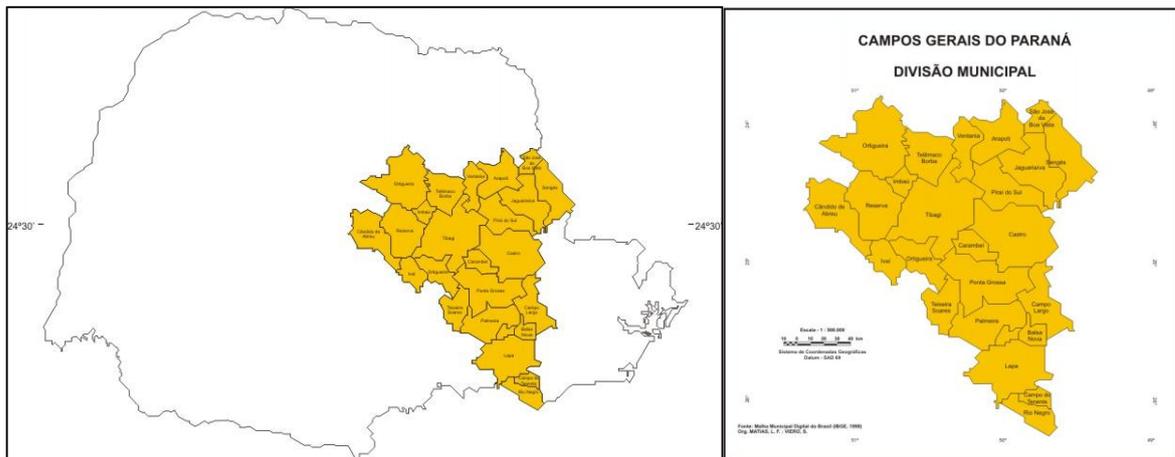
A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que para a formação do aluno sob o atual contexto político educacional do país, requer do ensino superior não só atenção à formação de profissionais com conhecimento técnico-científico, mas também atenção à formação de cidadãos com Valores e Conceitos Éticos que atendam às diretrizes do PNE, da LDB e das outras diretrizes de Inclusão e Política Ambiental. Diante desse contexto, a função formadora penetra nas Instituições de Ensino Superior, de forma que são orientadas não só pelos desafios do desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país, mas também pelas questões éticas que dizem respeito à amplitude da atividade humana. Em outros termos, a tarefa da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é buscar equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística através da missão, visão, finalidades e valores que orientam o desenvolvimento das Políticas Institucionais adotadas, além das Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

### **2.1.1.2. INSERÇÃO REGIONAL - CONTEXTO SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICO**

A construção da identidade da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é fundamentada sob o contexto regional de onde esta inserida. A IES preocupa-se com a melhoria da qualidade de vida da população e entende que a sua atividade e função de natureza educacional e social é uma importante ferramenta difusora do conhecimento e catalisadora do desenvolvimento da região. Para conhecer o contexto em que esta inserida, a Faculdade realizou um estudo sintetizando as informações da região para desenhar o cenário de Ponta Grossa e das cidades vizinhas com o intuito de traçar o perfil econômico, social, cultural, político e ambiental. Dessa forma, fundado nessas variáveis, a IES desenvolveu suas políticas Institucionais e planejamento pensando as suas atividades em longo prazo na região, com o intuito de desenvolver ensino, pesquisa e extensão, na graduação e na pós-graduação.

#### **2.1.1.2.1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA**

Situada na região dos Campos Gerais, Ponta Grossa é um município localizado no leste do estado do Paraná, congrega um complexo de atrativos naturais, históricos e culturais proporcionando aos visitantes múltiplas oportunidades de lazer, cultura e turismo, além de contar com uma rede hoteleira, gastronômica e várias indústrias na área da alimentação. Ponta Grossa conta, atualmente, com uma população estimada de quase 338.000 habitantes (IBGE/2015) e é considerado o núcleo de uma das regiões mais populosas do estado do Paraná, os "*Campos Gerais do Paraná*", composto por 24 municípios com mais de 1.100.000 habitantes (IBGE/2012). A cidade, também conhecida como "*Princesa dos Campos*" e "*Capital Cívica do Paraná*", é a quarta (4º) mais populosa do estado e apresenta o maior parque industrial do interior do Paraná.



Ponta Grossa está inserida em uma região de alta demanda de desenvolvimento industrial e com *status* de ponto estratégico no estado do Paraná, com um entroncamento rododiferroviário que faz conexões do estado de São Paulo, Oeste e Norte do Paraná com Porto de Paranaguá, Curitiba e Sul do País. O município é ponto de passagem para a exportação de produtos pelo Porto e pelo Corredor do MERCOSUL, rodovia que liga o Sudeste do Brasil aos países do MERCOSUL. É a quarta principal cidade exportadora paranaense e décima do sul do Brasil (Anuário Expressão, 2006).

#### **2.1.1.2.2. HISTÓRIA, MEIO AMBIENTE E PERFIL DA POPULAÇÃO**

O nome Ponta Grossa é a toponímia de uma grande colina coberta por um capão de mato que podia ser vista de longa distância pelos viajantes. Relata-se que os tropeiros, quando se aproximavam do lugar, a ele se referiam: “*Estamos próximos ao capão da ponta grossa*”. O ciclo do tropeirismo, que se estendeu ao início do século XX, ainda hoje tem grande influência na cultura e costumes dos Campos Gerais do Paraná, cuja população preserva muitos hábitos herdados dos tropeiros, em sua maioria de origem gaúcha. A denominação Campos Gerais, trata-se de uma definição que integra critérios fitogeográficos e geomorfológicos, que por sua vez exprimem a estrutura geológica e natureza das rochas, responsáveis pelos solos rasos e arenosos, que favorecem a vegetação de campos, característica dessa região do Paraná (Dicionário Histórico e Geográfico UEPG).

O município de Ponta Grossa está inserido quase que integralmente na bacia hidrográfica do Rio Tibagi, que nasce em seu território, e a cidade é muito deficiente em

arborização, algo que contrasta com a riqueza da bacia hidrográfica. Algumas praças e parques formam reduzidas ilhas verdes na paisagem urbana. Nas proximidades da cidade, Ponta Grossa é privilegiada com belas obras da natureza, com uma rica diversidade de fauna, vegetação de campos naturais, característica da região, e formação geológica arenítica que deu o nome ao Parque Estadual de Vila velha (tombado em 1966, pelo Departamento Histórico e Artístico do Estado), devido às esculturas gigantescas formando imagens de animais e objetos, que foram esculpidas pelas intempéries do ambiente nas rochas de arenito.

Com relação à população, Ponta Grossa é composta das mais diversas etnias. Em seus primórdios, ela se deu pela soma de desbravadores portugueses, tropeiros e famílias ilustres vindas principalmente de São Paulo. A partir do início do século XX, se estabeleceram eslavos (russos, polacos e ucranianos), árabes, italianos, japoneses, neerlandeses e alemães, sendo alemães e eslavos os mais numerosos. Devido a esta riqueza étnica, a cidade passou a ter características diversas, que podem ser observadas através da arquitetura, gastronomia, clubes sociais, danças típicas, bandas de música, igrejas, escolas e cinemas. Com a vinda dos imigrantes, registrou-se um crescimento populacional nas áreas rurais, e simultaneamente na urbana, onde surgem as principais casas comerciais, fábricas, bem como prestação de outros serviços e mão-de-obra qualificada.

POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO COR / RAÇA - 2010	
COR / RAÇA	POPULAÇÃO
Branca	245.119
Preta	8.417
Amarela	1.483
Parda	56.076
Indígena	516
Sem declaração da cor / raça	-
TOTAL	311.611

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra  
NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014.

No contexto da área da saúde, Ponta Grossa é a cidade-polo da Mesorregião Centro-Oriental do estado do Paraná, que engloba 14 municípios da região. Considerando a importância da cidade no contexto da saúde regional, o Plano Municipal de Saúde elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, em consonância com o Plano de Governo de Ponta Grossa, estabelece um planejamento com ações estratégicas para Estruturar as Redes Cegonha (Mãe Paranaense), de Atenção às Urgências e Emergências, de Atenção Psicossocial, Cuidados à Pessoa com Deficiência, e para instituir a Política de **Educação Permanente**, de forma a qualificar os profissionais de todos os níveis e pontos de atenção à saúde no âmbito do município. Esse cenário ratifica a demanda de mercado existente e a necessidade de haver cursos que se destacam pela qualidade acadêmica, atendendo uma fatia de mercado específica, em que a Faculdade em forma de convênio pode procurar contribuir com o desenvolvimento do município e da região.

TIPO DE ESTABELECIMENTO	NÚMERO
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS (1)	809
Centro de atenção psicossocial (CAPS)	4
Centro de saúde / Unidade básica de saúde	51
Clínica especializada / Ambulatório especializado	72
Consultórios	609
Hospital geral	7
Policlínica	10
Posto de saúde	13
Unidades de pronto atendimento (UPAs)	1
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	20
Unidade de vigilância em saúde	1
Unidade móvel de nível pré-hospitalar - urgência / emergência	10

FONTE: MS/CNES

**POPULAÇÃO CENSITÁRIA SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA - 2010**

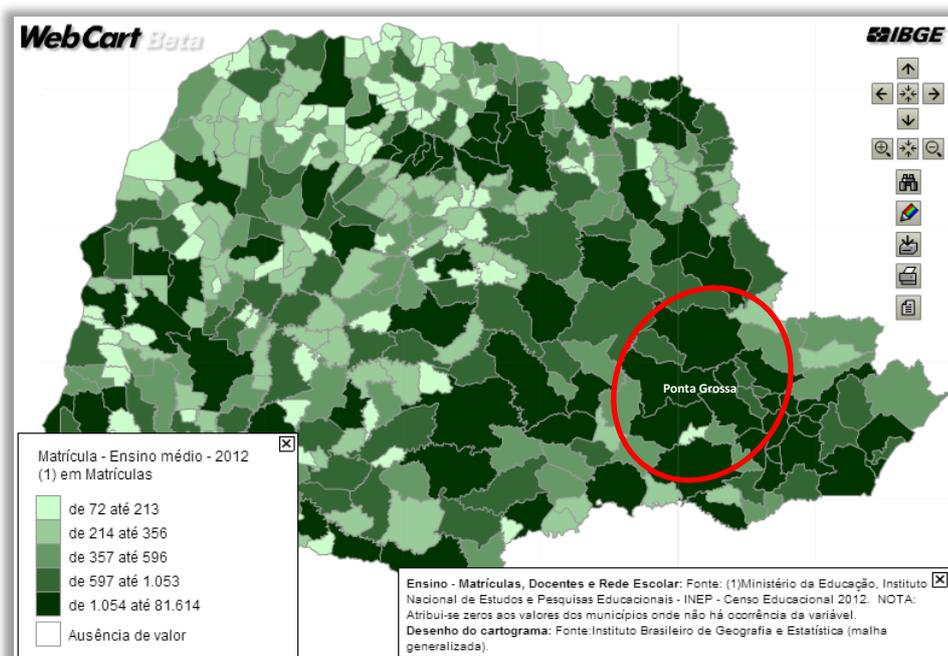
TIPO DE DEFICIÊNCIA	POPULAÇÃO
Nenhuma	246.477
Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	65.081
Visual	48.022
Auditiva	15.213
Física e/ou motora	21.045
Mental e/ou intelectual	4.232
Sem declaração	54
<b>TOTAL</b>	<b>311.611</b>

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

NOTA: Posição dos dados, no site da fonte, 14 de maio e 28 de julho de 2014.

(1) A mesma pessoa pode apresentar mais de um tipo de deficiência.

Na área da educação, em termos de números de matrículas de alunos no ensino fundamental e médio, Ponta Grossa apresenta em ambos cenários o terceiro maior número de matrículas do estado do Paraná, contando também com alto índice de matrículas nas cidades vizinhas. Esse cenário é um indicador importante porque indica que a região é potencialmente favorável à migração de alunos das regiões vizinhas para cursar um curso de ensino superior na cidade de Ponta Grossa.



**MATRÍCULAS NO ENSINO REGULAR SEGUNDO A MODALIDADE DE ENSINO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2015**

MODALIDADE DE ENSINO	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação infantil	-	-	7.128	4.824	11.952
Creche	-	-	1.991	2.080	4.071
Pré-escolar	-	-	5.137	2.744	7.881
Ensino fundamental (1)	-	20.269	21.046	9.348	50.663
Ensino médio (2)	30	10.323	-	3.186	13.539
Educação profissional	-	1.784	-	2.043	3.827
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>32.376</b>	<b>28.174</b>	<b>19.401</b>	<b>79.981</b>

FONTE: MEC/INEP

(1) Inclui matrículas do ensino de 8 e 9 anos.

(2) Inclui as matrículas do ensino médio propedêutico, do ensino integrado à educação profissional e do ensino normal e/ou magistério.

Rede de Ensino	Quantidade de Escolas	Quantidade de Alunos
Municipal	84	10.121
Estadual	48	11.255
Privada	12	1.876
Federal	1	178

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

### 2.1.1.2.3. PERFIL ECONÔMICO

A cerca de dez quilômetros do centro da Ponta Grossa está o Distrito Industrial Ciro Martins. O complexo industrial é o maior do interior do estado, atrás apenas de Curitiba e sua região metropolitana. O processo de industrialização aconteceu na cidade no período entre 1975 e 2005 impulsionado pela boa infraestrutura de transporte, mão-de-obra qualificada, e presença de Universidades na região. Atualmente, esta sendo desenvolvido mais um Complexo Industrial na região norte da cidade, com a implantação de indústrias alimentícias e automobilísticas de alto padrão, o que esta impulsionando o crescimento da cidade e gerando boas perspectivas para o futuro.

A cidade tem indústrias nos seguintes ramos: extração de talco, pecuária, agroindústria (em particular a soja, que confere ao município o título de Capital Mundial da Soja), madeireiras, metalúrgicas, metal-elétrico, química, alimentícias e têxteis. Algumas das plantas industriais instaladas em Ponta Grossa são: Bunge, Cargill, Makita, Cervejarias Heineken (Ambev), Santista Alimentos Ltda, Cooperativa Batavo, Batavia, Sadia, CrownCork

Embalagens, BO PACKAGING BRASIL Embalagens, Continental, Tetra Pak, Monofil, LP Masisa, Braslar Eletrodomésticos, Beaulieu do Brasil, Louis Dreyfus Commodities, Nidera, Coinbra, Kurashiki, , Hubner, Voith, Braslar, Planair, Pramer, Daf/Paccar Caminhões, entre outras, principalmente do ramo moageiro alimentício. Na região do Distrito Industrial também está instalado o armazém graneleiro da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), o maior complexo armazenador de grãos do Brasil, com capacidade estática para 420 mil toneladas.

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADES - 2013

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR (R\$ 1.000,00)
Agropecuária	276.439
Indústria	3.091.544
Serviços	4.592.580
Administração pública	1.014.021
TOTAL	8.974.584

FONTE: IBGE, IPARDES

NOTA: Nova metodologia. Referência 2010. Dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação. Diferenças encontradas são em razão dos arredondamentos.

## NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2014

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE(1))	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>820</b>	<b>17.156</b>
Extração de minerais	19	342
Transformação	782	16.492
Produtos minerais não metálicos	55	561
Metalúrgica	141	1.947
Mecânica	91	2.151
Material elétrico e de comunicações	10	98
Material de transporte	15	452
Madeira e do mobiliário	165	3.892
Papel, papelão, editorial e gráfica	44	788
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	37	1.051
Química, de produtos farmacêuticos, veterinários, de perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas	38	892
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	59	1.064
Calçados	1	1
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	126	3.595
Serviços industriais de utilidade pública	19	322
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>701</b>	<b>6.164</b>
<b>COMÉRCIO</b>	<b>3.763</b>	<b>24.655</b>
Comércio varejista	3.416	22.109
Comércio atacadista	347	2.546
<b>SERVIÇOS</b>	<b>3.133</b>	<b>38.374</b>
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	100	1.338
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica	892	4.835
Transporte e comunicações	684	8.036
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	901	8.327
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	401	3.393
Ensino	141	4.712
Administração pública direta e indireta	14	7.733
<b>AGROPECUÁRIA (agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)</b>	<b>529</b>	<b>2.018</b>
<b>ATIVIDADE NÃO ESPECIFICADA OU CLASSIFICADA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.946</b>	<b>88.367</b>

FONTE: MTE/RAIS

NOTA: Posição em 31 de dezembro. O total das atividades econômicas refere-se à soma dos grandes setores: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária; e Atividade não Especificada ou Classificada.

(1) INDÚSTRIA: extração de minerais; transformação; serviços industriais utilidade pública. TRANSFORMAÇÃO: minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; elétrico, comunicações; material transporte; madeira, mobiliário; papel, papelão, editorial, gráfica; borracha, fumo, couros, peles, similares, indústria diversa; química, farmacêuticos, veterinários, perfumaria, sabões, velas, matérias plásticas; têxtil, vestuário, artefatos tecidos; calçados, produtos alimentícios, bebidas, álcool etílico. COMÉRCIO: varejista; atacadista. SERVIÇOS: instituições de crédito, seguros, capitalização; administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar atividade econômica; transporte e comunicações; serviços alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão, televisão; serviços médicos, odontológicos e veterinários; ensino; administração pública direta e indireta.

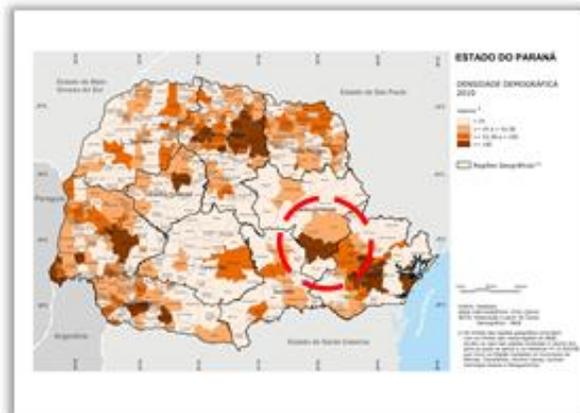
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha)
Lavoura temporária	685	78.898
Horticultura e floricultura	248	3.902
Lavoura permanente	28	931
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	3	1.058
Pecuária e criação de outros animais	620	41.619
Produção florestal de florestas plantadas	27	11.105
Produção florestal de florestas nativas	13	433
Pesca	-	-
Aquicultura	9	122
<b>TOTAL</b>	<b>1.633</b>	<b>138.069</b>

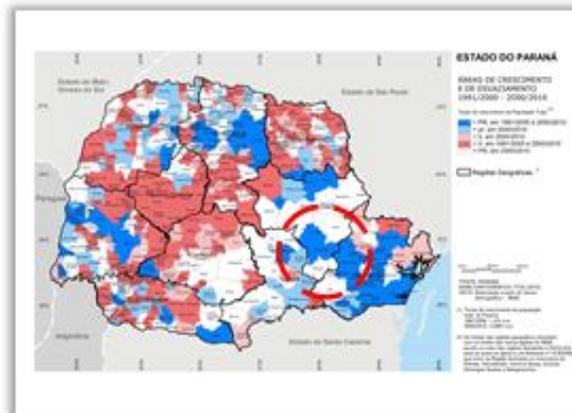
FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

NOTA: A soma das parcelas da área, não corresponde ao total porque os dados das unidades territoriais com menos de três informantes, estão desidentificados com o caracter 'X'. Dados revisados e alterados após a divulgação da 2ª apuração do Censo Agropecuário, em outubro de 2012.

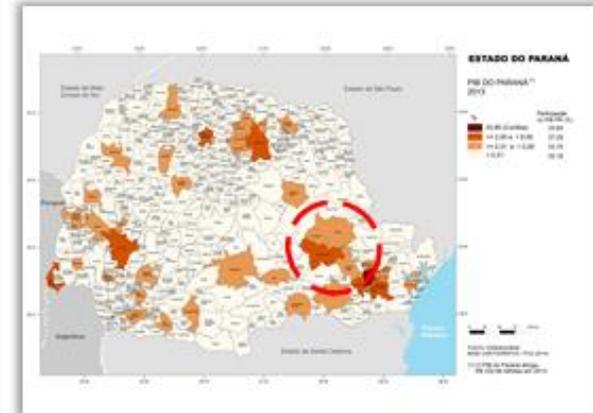
## Perfis dos Municípios do Estado do Paraná e Cenário em Ponta Grossa e Região



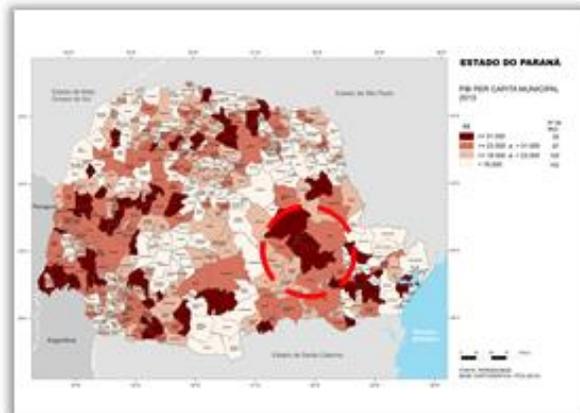
Cidade de Densidade Demográfica Alta



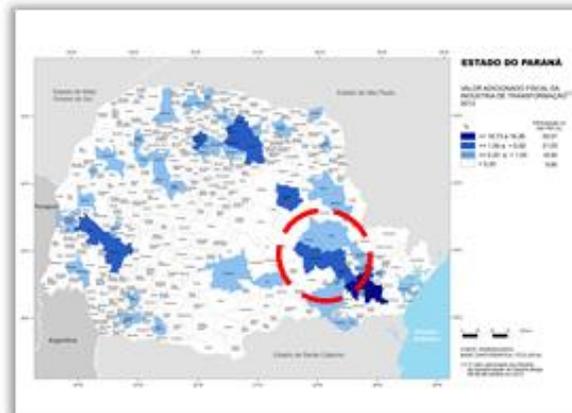
Cidade de Crescimento Populacional Alto



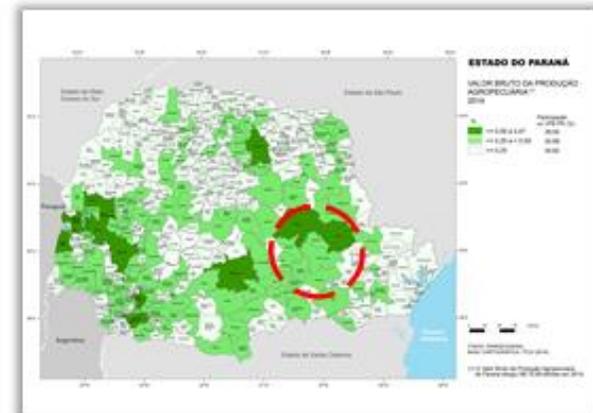
Cidade de PIB Médio



Cidade de PIB Per Capta Alto



Cidade de Valor Adicionado Fiscal da Indústria Médio



Cidade de Valor Bruto da Produção Agropecuária Médio

#### **2.1.1.2.4. INSERÇÃO DA IES E DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL**

Conforme análise dos indicadores que traçam os perfis social, econômico, cultural, político e ambiental, a cidade de Ponta Grossa e Região se apresenta como um grande polo para desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** enxergou na região a possibilidade de desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação nas três áreas do conhecimento em que se organizou: I) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; II) Centro de Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; e III) Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O presente Projeto de Implantação de curso foi concebido na instituição em sintonia com a comunidade local e com as necessidades de desenvolvimento do estado do Paraná e do Brasil. O projeto visa oferecer habilitações que respondam às necessidades de formação acadêmica, no sentido científico, técnico e humanístico, do setor produtivo nacional, buscando soluções para problemas locais, regionais e nacionais e de elevação de valores da cidadania. Dessa forma, em consonância com a demanda de mercado, missão da instituição e a oportunidade de desenvolvimento da área de conhecimento proposta, a Faculdade tem por objetivo abrir o curso proposto com o intuito de proporcionar o ensino e a produção do conhecimento, estabelecendo uma relação direta com a sociedade fazendo do ato educativo um trabalho para a formação de profissionais preparados para a resolução dos problemas através de projetos e programas, de modo a atender as demandas da cidade, do estado e do país.

Dessa forma o presente curso mais que se justifica, diante do crescimento dos diversos setores da economia que se relacionam com sustentabilidade dentro do Brasil, especialmente relacionados ao Meio Ambiente. Nesse cenário, aliando a demanda de mercado de trabalho e a necessidade de oferta de ensino, pesquisa e extensão na cidade de Ponta Grossa e Região, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** enxergou a oportunidade de oferta de vagas para o Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial**.

Sob o contexto da inserção da IES, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** também enxergou a necessidade de contribuir com a oferta da educação em forma de cursos de extensão e projetos culturais para promover a melhoria do Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) na cidade. Segundo o último dado censitário do IBGE, o IDH de Ponta Grossa encontra-se no nível alto, na faixa de 0,76, entretanto, o índice referente ao indicador da educação encontra-se no limite do nível médio e alto, necessitando de melhoria na escolaridade da população adulta para a consolidar a aumento do IDH no município.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) - 2010		
INFORMAÇÃO	ÍNDICE (1)	UNIDADE
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)	0,763	
IDHM - Longevidade	0,837	
Esperança de vida ao nascer	75,22	anos
IDHM - Educação	0,703	
Escolaridade da população adulta	0,61	
Fluxo escolar da população jovem (Frequência escolar)	0,75	
IDHM - Renda	0,755	
Renda per capita	877,10	R\$ 1,00
Classificação na unidade da federação	13	
Classificação nacional	320	

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP  
 NOTA: Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE.  
 (1) O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

Um outro indicador relevante considerado pela IES é o Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM). Esse índice foi desenvolvido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e é uma estatística oficial e pública que analisa o desempenho dos municípios na saúde, educação e emprego, renda e produção agropecuária. O IPDM, a princípio, avalia a responsabilidade da gerência das prefeituras, entretanto, é importante destacar que os resultados não dependem exclusivamente destas, mas sim de ações conjuntas e de responsabilidade das três esferas de governo, bem como do empresariado e da sociedade civil organizada. Nesse contexto, avaliando o Índice Geral de Ponta Grossa (0,79 - Médio) e o índice específico de cada área da pesquisa, a IES observou que há demanda no município para desenvolvimento de ações da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** para contribuir com o desenvolvimento da região.

ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) - 2013	
INFORMAÇÃO	ÍNDICE
IPDM - Emprego, renda e produção agropecuária	0,7340
IPDM - Educação	0,7866
IPDM - Saúde	0,8536
Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM)	0,7914

FONTE: IPARDES

NOTA: O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Com base no valor do índice os municípios foram classificados em quatro grupos: baixo desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800); e, alto desempenho (0,800 a 1,000).

Dessa forma, diante das avaliações dos indicadores estudados, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que a formação de profissionais em nível superior nas diversas áreas do conhecimento, fundada na geração de conhecimentos, métodos e novas técnicas desenvolvidas nas pesquisas de iniciação científica e nos Programas de Pós-Graduação, hão de contribuir para alavancar o desenvolvimento científico, tecnológico, político e social da região com a geração de conhecimentos e difusão à comunidade.

Diante dessa perspectiva, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** desenvolveu suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, pilares do desenvolvimento do ensino superior, com a função orientar e contribuir para a formação profissional e cidadã dos alunos da Instituição.

## 2.2 Concepção do Curso

---

### DADOS GERAIS

<b>Curso</b>	Gestão da Produção Industrial
<b>Modalidade</b>	Presencial
<b>Grau</b>	Tecnólogo

### MATRIZ CURRICULAR

Turno	Periodicidade	Integralização	Vagas Anuais	Carga Horária do Curso
Matutino	Semestral	6 semestres	100	2.420 horas
Noturno	Semestral	6 semestres	100	2.420 horas

### COORDENADOR

Nome	Titulação	Vínculo Empregatício	Regime de Trabalho
Ricardo Azenha Loureiro Albuquerque	Mestre	CLT	Integral

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** busca sempre estar em sintonia com as necessidades da comunidade. Com base na sua missão, visão e finalidades, a Faculdade mantém-se atualizada na oferta de ensino solicitando ao MEC autorização de cursos que estejam em consonância com as demandas por profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho e desenvolvimento da economia local, regional e nacional.

## 2.3 Forma de Ingresso no Curso e na IES

---

O ingresso nos cursos de graduação se verifica por processo seletivo de acesso e deve abranger conhecimentos comuns a diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar esse nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores.

A forma de realização do processo de ingresso é anunciada por meio de edital publicado em local próprio da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** observadas às normas

e a legislação vigente, do qual deve constar, dentre outras informações, os cursos e o número de vagas, o prazo de inscrição, a documentação necessária, os critérios de classificação e desempate e outros esclarecimentos de interesse dos candidatos.

Têm direito e preferência à matrícula dentro do limite de vagas ofertadas, os candidatos que atingirem o maior número de pontos. No caso de empate na classificação, o desempate é feito, segundo os critérios aprovados pelo Conselho Superior.

Quando o número de candidatos classificados não preencher as vagas fixadas pode ser aberto novo processo seletivo, para preenchimento das vagas existentes, observada a legislação vigente.

Após convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo de ingresso, restando vagas, estas podem ser preenchidas por portadores de diploma de graduação ou para transferência de discentes de outras instituições de educação superior, mediante processo seletivo.

Dos instrumentos de avaliação para seleção não é concedido revisão e seus resultados, para efeito de matrícula, são válidos apenas para o período letivo a que se destinam.

Na ocasião da publicação do edital de abertura do processo seletivo para ingresso, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** deve informar aos interessados, por meio de catálogo, as condições de oferta dos cursos, incluindo os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos docentes, recursos disponíveis, critérios de avaliação, taxas e demais informações, conforme orientação do Ministério da Educação.

As normas complementares à execução do processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação serão aprovadas pelo Conselho Superior.

## **2.4 Políticas Institucionais no âmbito do Curso**

---

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, com a missão de “promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária”, oferecerá cursos

de graduação (bacharelado, tecnólogo e licenciatura), pós-graduação e extensão, por meio de práticas pedagógicas contextualizadas e críticas, estimuladoras e promotoras da cidadania.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, buscará por meio da educação, valorizar o homem em sua dimensão holística, para que possa realizar suas aspirações maiores que lhe darão a identidade no tempo e no espaço, como agente de transformação social, na construção de sua história, apontando caminhos dentro das oportunidades de desenvolvimento da região.

#### 2.4.1. Política de Ensino – O Ensino de Qualidade

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** mantém cursos de graduação na modalidade presencial organizados em três áreas do conhecimento: a) Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas; b) Ciências Exatas, Tecnológicas e Agrárias; c) Ciências Biológicas e da Saúde.

Com base nos esclarecimentos que orientam a organização didático-pedagógica, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estabelece as políticas de ensino, a saber:

- I. Manter estudos constantes da carga horária dos cursos de graduação, de modo a atender o mínimo exigido pelas diretrizes curriculares que orientam cada curso, deixando eventuais especializações para programas a serem desenvolvidos em cursos de pós-graduação lato sensu;
- II. Garantir que, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, haja lugar para a iniciação científica, a prática da monitoria, as atividades científico-culturais e artísticas, os estágios curriculares e extracurriculares e a participação em projetos de extensão junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa;
- III. Flexibilizar os currículos dos cursos de graduação de modo a conter pluralidade de linhas de pensamento, definir conteúdos teóricos básicos e práticas profissionalizantes essenciais para a constituição de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, na perspectiva do “aprender a aprender”;

- IV. Estabelecer procedimentos para o bom andamento de estágios, TCCs, monografias, exercício da monitoria, iniciação científica e demais atividades práticas que integram o currículo dos cursos;
- V. Aprimorar ações de nivelamento de conteúdos que deveriam ter sido adquiridos pelos alunos no ensino médio, principalmente no que tange às competências necessárias para a expressão escrita em língua portuguesa e fundamentos de matemática, cálculo, física, química e biologia;
- VI. Aprimorar, na organização curricular de cada curso de graduação, a disciplina de formação sociocultural e ética de forma a despertar a consciência sobre os acontecimentos do seu entorno social;
- VII. Adotar estratégias didático-pedagógicas adequadas ao fomento da capacidade empreendedora do aluno;
- VIII. Organizar um sistema de acompanhamento do aluno egresso, dos cursos de graduação, vistos não só como instrumentos de avaliação dos resultados finais do processo ensino-aprendizagem, como também de apoio para o prosseguimento dos estudos, na perspectiva da educação continuada;
- IX. Manter políticas para a renovação dos recursos materiais, equipamentos, laboratórios e biblioteca de acordo com as necessidades demonstradas nos projetos pedagógicos dos cursos;
- X. Atualizar sistematicamente os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, a partir de suas avaliações internas e externas;
- XI. Analisar a evolução dos cursos existentes para a redefinição do PDI, respeitando seu período de vigência;
- XII. Dar continuidade aos cursos de capacitação específicos para as áreas de didática e metodologia do ensino aos docentes;
- XIII. Acompanhar a adequação dos currículos às novas exigências sociais, observadas as diretrizes curriculares para os cursos de graduação;

- XIV. Estimular a prática de elaboração e recursos didáticos por meio do uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
- XV. Aprimorar os instrumentos de avaliação do desempenho escolar do corpo discente e da avaliação dos docentes pelos discentes, com o propósito de aperfeiçoar o programa de avaliação institucional;
- XVI. Aprimorar as ações integradoras das teorias e das práticas profissionais;
- XVII. Acompanhar o tempo efetivo de dedicação dos alunos às atividades acadêmicas e de produção científica realizada;
- XVIII. Aprimorar e incentivar o uso adequado da biblioteca e dos laboratórios como meio de aprendizagem;
- XIX. Aprimorar os programas de incentivo à leitura para o corpo docente e discente.

Portanto, de acordo com as orientações emanadas pelo Ministério da Educação e com os princípios da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, é dada importância ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico de Curso (PPC) e Currículo como documentos nos quais explicitam o posicionamento a respeito da sociedade, da educação e do ser humano, assegurando o cumprimento de suas políticas e ações.

Neste contexto, o projeto, o plano e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, constituem em instrumentos de ação política e pedagógica que garantem aos discentes uma formação global e crítica de modo a capacitá-los profissionalmente, e a proporcionar o desenvolvimento pessoal/profissional para o pleno exercício da cidadania.

O PDI e o Currículo, este como parte integrante do PPC, são elaborados, analisados e avaliados respeitando as características da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e da região onde está inserida. Desta forma, seguindo as orientações emanadas no PDI, no PPI, e organizados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, este PPC foi concebido.

Além disto, considera que, apesar da diversidade de caminhos, não há distinção hierárquica entre PPI e PPC, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional,

legítimo, transparente, em constante interconexão com o contexto da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**. Como política institucional, busca-se continuamente a articulação entre a gestão institucional e a gestão do curso, bem como a adequação e implantação das políticas institucionais constantes no PDI.

No âmbito do Curso, as políticas institucionais permeiam a sua concepção com vinculações claras. Durante a formação os discentes serão instados a admitirem as diversidades e trabalharem em equipes. Assim ocorre na realização de atividades em sala de aula ou de aulas práticas em campo, onde os discentes tem que exercitar a discussão científica e técnica com colegas acadêmicos. Ocorre também em estágios supervisionados em que o discente é posto frente a situações do mundo real sem o aparato do orientador imediato, ou seja, existirá um tempo em que as respostas, análises e argumentações deverão ser pautadas exclusivamente nos conhecimentos do próprio discente, em sua capacidade de relacionamento com pessoas, em sua capacidade de conduzir soluções com objetivos concorrentes. E, mesmo que seu desempenho possa ser satisfatório sua avaliação fica dependente do local de estágio conveniado.

Como pode se deparar, as situações de aprendizagem são muitas, mas pelas políticas gerais precisam formar um profissional cidadão comprometido com uma sociedade justa. Tudo isso é centrado no ensino por ser a principal atividade acadêmica. A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** quer o ensino de qualidade em vista da transformação social que isto pode trazer. É por isto que em tudo que será feito na formação do acadêmico priorizar-se-á uma pedagogia transformadora, ou seja, priorizar a compreensão da realidade, exercitar a reflexão, analisar cientificamente primeiro os aspectos qualitativos para em seguida tratar os quantitativos, e, além disso, ter uma avaliação diagnóstica (permite correção de rumos). Os docentes serão orientados a propor avaliações em que o discente tem, sobre os temas estudados, uma aplicação, uma análise, ou uma avaliação a fazer. As provas bimestrais devem retratar as habilidades a serem treinadas e todas elas serão analisadas pelo Coordenador de Curso. A transformação social ocorrerá naturalmente pelas atitudes adquiridas, pelo comportamento demonstrado com colegas de curso, com a comunidade acadêmica e administrativa (discentes e docentes, e técnico-administrativos) e ainda nas jornadas científicas onde ocorrerá intenso relacionamento com o público, nas

visitas técnicas ao conhecer os tipos de atuações a que estarão sujeitos e o grau de responsabilidade de sua futura profissão. Por fim no estágio supervisionado em que terão a oportunidade de colocar em prática ao menos parte dos conhecimentos aprendidos, mas ficarão expostos à avaliação de responsáveis que não têm o foco acadêmico e sim empresarial.

A missão institucional não deixa dúvidas sobre a intenção de praticar ensino de qualidade e formar profissionais cidadãos para desenvolverem uma sociedade justa e solidária. Essa articulação só poderá ser alcançada se houver na academia uma articulação semelhante conhecida por integração entre ensino, pesquisa, e extensão. Somente o trabalho sinérgico de gestores, docentes, discentes, e técnicos poderá conduzir a instituição ao caminho dessa relevante articulação. Muitas são as maneiras de caminhar por ela. Varia de instituição para instituição, de curso para curso. A integração entre ensino, pesquisa, e extensão terá a seguinte via: os docentes serão instados a pesquisarem e a discutirem suas pesquisas em sala de aula, em suas orientações de trabalho de conclusão de curso, em trabalhos de iniciação científica. Serão também instados a andarem na fronteira do conhecimento e da tecnologia a ser transmitida aos discentes, não com notícia e sim com responsabilidade consequente de aplicação, adaptação, e dimensionamento. Paralelamente os discentes serão convocados e estimulados por meio de bolsas a participarem em programas de iniciação científica por meio de projetos desenvolvidos sob a orientação docente, nos laboratórios da instituição. A extensão é consequência natural na medida em que se cultiva o hábito de divulgar a ciência e seus resultados, e a tecnologia, bem como o hábito de compartilhar informações e conhecimentos.

#### **2.4.1.1. FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO**

- I. A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e em torno do qual se construa uma estrutura que viabilize uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;

- II. A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o projeto político pedagógico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- III. Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular;
- IV. As atividades complementares devem contribuir para a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- V. O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- VI. Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento da carga horária;
- VII. O projeto pedagógico do curso deve contemplar os procedimentos necessários à mobilidade acadêmica visando proximidade dos sujeitos às experiências oriundas de diferentes trajetórias intra e interinstitucional;
- VIII. Buscar condições para que as diferentes demandas diagnosticadas possam conduzir uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos;
- IX. Desenvolver ao longo do curso ações pedagógicas que permitam interface real entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais.

#### **2.4.1.2. FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

O colegiado de Curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização:

- I. A administração superior deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimentos em recursos humanos;
- II. É preciso manter revisão constante da legislação acadêmica, considerando-se que esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da instituição.

#### **2.4.1.3. FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO**

- I. A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e consequentes no âmbito da flexibilização;
- II. A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- III. A verificação da qualidade de ensino supõe uma avaliação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto pedagógico de cada curso;
- IV. É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além de espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização.

#### **2.4.2. Política de Extensão universitária – Articulação com a Sociedade**

A articulação e a integração da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** com a sociedade ocorrerá por meio da extensão universitária, a partir dos projetos, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços.

Em consonância com a missão institucional e as orientações do PPI visa garantir a excelência de ensino e a qualidade na pesquisa e na extensão. A instituição pretende possuir um corpo docente formado em sua maioria por doutores e mestres e uma equipe de

técnicos e profissionais preparados para o desenvolvimento das atividades necessárias ao bom desempenho da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** ampliará suas ações extensionistas visando ao cumprimento de sua missão e também seu compromisso com a sociedade.

A consolidação da extensão universitária exige políticas e normas de operacionalização definidas e socializadas na comunidade universitária com vistas ao acompanhamento e à avaliação sistemática desse processo, indispensável na formação do aluno e no intercâmbio com a comunidade.

A política de Extensão Universitária está estabelecida em atendimento aos princípios de cidadania: equidade, justiça, respeito e dignidade, ética nas relações, responsabilidade institucional e social e se orienta pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, agregando os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Extensão.

Para tanto, foram estabelecidas dez políticas de extensão da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**:

- I. Consolidar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- II. Promover a integração do ensino e da pesquisa com as demandas institucionais e sociais, priorizando atividades práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais, como as relacionadas com a área de educação, saúde e habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda;
- III. Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política;
- IV. Reconhecer as ações extensionistas como atividades complementares nos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior;
- V. Incentivar e apoiar as atividades culturais, artísticas e desportivas;
- VI. Divulgar e apoiar a produção acadêmica;

- VII. Enfatizar a utilização de tecnologias para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada;
- VIII. Apoiar as atividades voltadas para a produção e preservação cultural e artística como relevantes para o desenvolvimento local e regional;
- IX. Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- X. Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão.

### 2.4.3. Política de Pesquisa – Incentivo à Pesquisa e Pós-Graduação

O incentivo à pesquisa e a pós-graduação ocorrerá pelo cultivo da atitude científica e a teorização da própria prática educacional, por meio de uma política de promoção do desenvolvimento científico, consubstanciada no estabelecimento de linhas prioritárias de ação, a médio e longo prazo, na concessão de bolsas ou de auxílios para a execução de projetos científicos e na formação de pessoal em cursos e programas de pós-graduação.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estabeleceu a pesquisa como prioridade. Esse compromisso redireciona as contratações e formação de recursos humanos, a estruturação de grupos e linhas de pesquisa, assim como investimentos em infraestrutura e novas tecnologias de comunicação e informação. Essas iniciativas consistem no preparo de qualidade acadêmica e visam consolidar sua comunidade de conhecimento, integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão. No entanto, a lacuna entre ensino, pesquisa e extensão, tão difícil de ser superada, expressa a realidade da maioria das instituições de ensino superior. A principal tarefa a ser realizada consiste em envolver o corpo docente e discente para o engajamento nessas três grandes áreas (ensino, pesquisa e extensão), na tentativa de superar o trabalho isolado e solitário dentro da academia. Segundo Demo (1992), essa dicotomia conduz à cisão entre teoria e prática, pois não há relação entre conhecimentos acadêmicos e a realidade social dos alunos. Esse é um grande desafio.

No entanto, a possibilidade de relacionar pesquisa e ensino é também uma exigência no ensino superior, deflagrada pela necessidade de formação de um cidadão que

possa atuar no mundo com criticidade, dentro de sua realidade histórica, sem reduzir essa inserção à sistematização de ideias e às especulações dedutivas.

Assim, para a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** a pesquisa é compreendida como princípio educativo e essência para a formação dos sujeitos enquanto “homens virtuosos”, conforme explicitado anteriormente, sujeitos históricos e “autores” no sentido de quem exerce sua cidadania. Para Neto (2002, p. 34), a pesquisa vista como princípio educativo refere-se à pesquisa que, mesmo “não sendo financiada, original, especializada, acompanhada e avaliada, pelos órgãos de fomento, permite rigor metodológico capaz de ajudar a desenvolver nos alunos ‘o questionamento reconstrutivo”, isto é, a “capacidade de identificar problemas, refletir sobre eles, localizar as soluções já pensadas e reconstruí-las esboçando já a própria autoria em função das necessidades concretas previamente detectadas. Na graduação, isto pode ser um excelente ensaio para formar o profissional que sabe fazer e refazer soluções”, conforme apontado por Demo (2001).

A pesquisa concebida, enquanto “princípio educativo”, requer algumas considerações para inserção na prática acadêmica, também apontadas por Neto (2002, p. 37-38), quais sejam: a) a memória formativa do professor-pesquisador; b) os eixos temáticos adotados; c) os diferentes tipos de pesquisa; d) os projetos pedagógicos dos cursos; e) atenção para com as necessidades da realidade; f) jornada de Iniciação Científica e Congresso de Produção Científica; g) Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC); h) a formação dos alunos na educação básica; i) o trabalho com grandes grupos de alunos.

Esses cuidados permitem minimizar a lacuna entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a intenção de formar sujeitos a partir da visão de formação humano/profissional. Em outras palavras, capaz de participar do processo de transformação da sociedade na perspectiva de convivência plural e solidária, conforme a missão educacional da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

Para dar suporte aos professores e pesquisadores, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** contará com: Comitê Permanente de Ética em Pesquisa, Comitê Assessor de Pesquisa, Núcleo de Apoio à Editoração e Pesquisa, Núcleo de Inovação Tecnológica e Programa de Apoio e Capacitação ao Desenvolvimento Profissional.

As atividades de pesquisa, portanto, constituem-se um dos importantes pilares da educação de qualidade da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, permitindo o desenvolvimento e o constante avanço do conhecimento. Dessa forma, acredita-se que a Faculdade tem contribuído não só para a formação de profissionais altamente qualificados, mas também para o aperfeiçoamento do cidadão consciente que e As constantes mudanças no mundo do trabalho, em função do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, colocam o aluno em uma posição de perplexidade, de incertezas e de prontidão diante do inusitado. Isso requer postura crítica e investigativa permanente diante do conhecimento. Para tanto, ao estudar deve aprender a aprender e estar capacitado para continuar aprendendo, engajado em um movimento contínuo de aprendizagem. Nesse contexto, a instituição se revela enquanto espaço gerador de competências de longo prazo que possibilitam o trânsito do aluno em múltiplas direções, preparando-os para atuar de forma criativa na resolução de problemas e situações previsíveis e não planejadas.

Assim, com o objetivo de incentivar à produção e a difusão do conhecimento científico, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** se engaja ativa e criticamente no processo do conhecimento por meio da pós-graduação, essencial ao desenvolvimento da pesquisa e da produção científica institucionalizada. O programa de pós-graduação é responsável por formar profissionais capacitados e aptos a responder aos anseios da instituição e da região, avançando sempre na produção do conhecimento científico. Centrado nesta convicção, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** tem uma Pós-graduação voltada para a garantia da subsistência científica, à formação e ao aperfeiçoamento constante do profissional, a fim de que este se sinta efetivamente um cidadão e um profissional apto para acompanhar a modernidade.

Os Programas de Pós-Graduação *lato sensu* da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** envolvem as principais áreas do conhecimento e fornecem educação continuada aos cursos de graduação, visando ao aprimoramento e à atualização profissional, preparando-os para o mercado de trabalho. Estes cursos preparam profissionais qualificados para ocuparem cargos reconhecidos e melhor remunerados.

As políticas institucionais para o Ensino de Pós-graduação são:

- I. Fortalecer a pós-graduação, respeitando os padrões de qualidade e a legislação vigente, de modo a formar cidadãos para o desenvolvimento profissional e social da região e do país;
- II. Constituir a pós-graduação *stricto sensu* com o objetivo preferencial para ampliação do atendimento a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e aproveitamento da sua massa crítica e potencialidades;
- III. Promover o estabelecimento de relações em parceria e cooperação com programas de pós-graduação de instituições universitárias e de pesquisa do país e do exterior;
- IV. Desenvolver pesquisas em áreas consideradas relevantes e prioritárias para a região de inserção da instituição;
- V. Ampliar mecanismos de apoio à publicação para professores e acadêmicos;
- VI. Incentivar constantemente a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos científicos;
- VII. Ampliar a oferta de cursos e programas de pós-graduação em consonância com as linhas de pesquisa estabelecidas no projeto pedagógico da graduação.

Todas essas oportunidades de aprendizagens só fazem pleno sentido se forem dispostas a todos os cidadãos. O **CESUMAR** – mantenedor e a **Faculdade** - Mantida, como prestador de um bem público, não medirão esforços para atender a necessidade e o direito à inclusão e isto poderá ser notado pela existência de infraestrutura preparada por meio de rampas, elevadores e pela existência de banheiros adaptados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

#### 2.4.4. Política para a Educação Inclusiva

Do ponto de vista teórico, “a diversidade pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças” (GOMES, 2007, p. 17). Significa variedade e multiplicidade que se constroem no contexto social e assim pode ser entendida como uma

questão que se torna cada vez mais complexa, quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

A discussão sobre a diversidade na política de uma instituição de ensino implica na compreensão de que os aspectos observáveis que se aprende a ver como diferentes (étnico-raciais, sociais, geracionais, de religiosidade, de gênero, de orientação sexual, de pessoas com deficiências, entre outros), só passaram a ser percebidos dessa forma, porque os sujeitos históricos, na totalidade das relações sociais, no contexto da cultura e do trabalho, assim os nomearam e identificaram. A importância desta compreensão está na relação estreita entre o olhar e o trato pedagógico da diversidade e a concepção de educação que informa as práticas educativas da instituição.

A concepção que identifica a diversidade como norma da espécie humana - os seres humanos são diversos em suas personalidades, em suas experiências culturais e em suas formas de perceber o mundo – orienta a abordagem da diversidade e também ressalta que a luta pelo direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais.

Nesta linha de pensamento, o trato pedagógico da questão da diversidade indica que uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar, conjunto de políticas públicas e particulares com a finalidade de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e juventude.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de se promover a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A legislação recente, e ainda pouco conhecida, coloca a questão da inclusão escolar para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional: a população que não participa do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços; que está fora do processo produtivo, seja pelo subdesenvolvimento, desemprego e subemprego e do acesso a bens culturais, saúde, educação, lazer e outros componentes da cidadania, e também os estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, assumindo essas colocações, tem a compreensão da diferença e o respeito à diversidade como um dos eixos orientadores da sua ação e das práticas pedagógicas, que se traduzem nas seguintes ações:

- eliminação de barreiras arquitetônicas para os portadores de necessidades especiais e atendimento da questão nas novas edificações;
- desenvolvimento de programas e projetos de extensão voltados às populações de baixa renda;
- manutenção de Programa Especial de Inclusão Digital – Digitando o Futuro, para crianças, jovens e adultos;
- participação nos Programas e Projetos Nacionais de Inclusão Social, de acessibilidade plena com a eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais.
- Manutenção de intérprete na Linguagem Brasileira de Sinais Libras.

Para as pessoas surdas pretende-se instituir, por meio do Projeto Intérprete de Libras, a presença de intérpretes nas salas de aula para interpretar as atividades pedagógicas para os discentes. A disciplina de Libras será institucionalizada e será regularmente ofertada a todos os discentes da instituição, cuja disciplina seja optativa e de forma obrigatória para os cursos previstos em lei. Os docentes que possuem discentes surdos serão incentivados a cursar LIBRAS para terem subsídios à execução didática - pedagógica da disciplina que ministrará. Disso se conclui que o espírito de inclusão dos menos favorecidos e dos que precisam de atenção especial se fará presente em todas as esferas institucionais e em particular entre os docentes e discentes.

#### 2.4.5. Política Afirmativa de Inclusão Social

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, atendendo ao disposto na nova legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº. 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, formulou sua política de inclusão social.

A política de inclusão social estabelecida pela **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** possui os seguintes objetivos:

- I. promover a melhoria do desempenho dos alunos por meio de oficinas voltadas para a correção das dificuldades observadas na sua formação anterior ao ingresso no **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**;
- II. propiciar as condições necessárias para a permanência nos cursos de graduação dos ingressantes;
- III. reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil;
- IV. ofertar aos discentes assistência pedagógica e tutorial;
- V. promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais;
- VI. absorver parte do contingente de migrantes do município e da região mediante seus cursos superiores, qualificando e preparando os profissionais e trabalhadores para o desempenho eficiente de suas funções.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** possui ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento de suas atividades:

- I. a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante por meio da produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
- II. a interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologia, com ações inter-profissionais e interinstitucionais com consistência teórica e operacional que permita a estruturação das diversas ações propostas;
- III. a geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão;
- IV. a melhoria das condições da sociedade, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão de grupos sociais, para o desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afrodescendentes, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** se empenha para articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais, visando:

- I. a contribuir na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
- II. à implementação de políticas curriculares compatíveis com as necessidades concretas da sociedade;
- III. à descoberta de novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
- IV. à experimentação de alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e pesquisa;
- V. ao desenvolvimento de atitude proativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros, afro-descendentes e índios na vida acadêmica, em especial nos cursos em que eles se encontram sub representados.

## **2.5 Justificativa do Curso**

---

Ponta Grossa é um município localizado no centro do estado do Paraná, é considerado o núcleo de uma das regiões mais populosas do estado do Paraná que tem uma população de mais de 1 100 000 habitantes (IBGE/2012) e o maior parque industrial do interior do estado. O município está próximo dos principais mercados consumidores do país e é ponto de passagem para a exportação de produtos pelo Porto de Paranaguá e pelo Corredor do Mercosul.

No âmbito industrial, a necessidade de profissionais que possam conciliar políticas de gestão e planos de ação eficazes e dentro de diretrizes de planejamento e organização e processos produtivos torna-se não somente necessária, mas urgente, ao se analisar o contexto da internacionalização dos padrões de qualidade. Assim sendo, os profissionais da área, e aqueles que desejam entrar neste segmento de atuação profissional, devem possuir

competências específicas para um mercado de trabalho de elevada competitividade e complexidade, tanto em nível nacional como em nível regional.

Especificamente para o Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** observou-se que a cidade de Ponta Grossa apresenta um amplo campo de trabalho e estágio nas áreas da indústria, como apontado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES<sup>1</sup>, após coleta de dados em 2015.

#### MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

##### NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS (RAIS) SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2015

ATIVIDADES ECONÔMICAS (SETORES E SUBSETORES DO IBGE(1))	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>847</b>	<b>16.430</b>
Extração de minerais	20	309
Transformação	810	15.764
Produtos minerais não metálicos	52	495
Metalúrgica	155	2.374
Mecânica	93	1.703
Material elétrico e de comunicações	12	113
Material de transporte	17	690
Madeira e do mobiliário	167	2.776
Papel, papelão, editorial e gráfica	46	810
Borracha, fumo, couros, peles e produtos similares e indústria diversa	36	1.028
matérias plásticas	39	870
Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	53	908
Calçados	1	1
Produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	139	3.996
Serviços industriais de utilidade pública	17	357

Fonte: Caderno Estatístico do município de Ponta Grossa-PR (2017)

Nesse cenário, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** entende que o curso de graduação tem uma importância ainda maior para a formação de pesquisadores e profissionais de elevado nível para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico da região.

Com vistas à inovação no contexto educacional, o Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** desenvolve em seu projeto pedagógico a Interdisciplinaridade dos conteúdos. O curso, por meio de suas

<sup>1</sup> Fonte: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000>

disciplinas, proporciona aos alunos uma formação completa, generalista, com as atribuições necessárias para que o profissional no final do curso possa atuar no mercado de trabalho e contribuir com o desenvolvimento local, regional e nacional.

A Faculdade enxerga a necessidade de desenvolver um modelo de curso superior que privilegie o papel e a importância do estudante no processo da aprendizagem, e, sob esse aspecto, a IES estimula que cada estudante possa fazer escolhas para melhor aproveitar suas habilidades, sanar deficiências e realizar desejos pessoais por meio de projetos de pesquisa, discussões acadêmicas, seminários, congressos e realização de estágios. Dessa forma, a implantação de um Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** na cidade propiciará uma oportunidade de interação, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias que ajudarão no desenvolvimento dos serviços da região.

## **2.6 Objetivos do Curso**

---

Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** tem por objetivo propiciar a graduação de profissionais de gestão da produção industrial que possam contribuir para a inovação e melhoria de processos industriais nas organizações, se anteciparem aos problemas, resolvendo-os e assim poder minimizar custos e maximizar benefícios da atividade econômica empresarial, dentro de perspectiva ética e sustentável dos negócios.

## **2.7 Perfil Profissional do Egresso**

---

Conforme o que determina o Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia, o tecnólogo em **Gestão da Produção Industrial** é o profissional que atua nas organizações industriais, buscando a melhoria da qualidade e produtividade industrial. Dentre as atividades desempenhadas por esse profissional, destacam-se a identificação e o estudo de oportunidades de negócios na área industrial, coordenação de equipes de produção, diagnóstico e otimização de fluxos de materiais e a utilização de conhecimentos de logística industrial. O domínio e aplicação das normas de segurança no trabalho e gestão ambiental são requisitos à atuação desse profissional. Seus conhecimentos tecnológicos e científicos permitem atuar nas áreas financeira, administrativa e de criação. Está capacitado para

exercer a racionalização e o uso da tecnologia da simulação de atividades no aumento da produtividade na identificação e na redução dos custos industriais, em projetos de ampliação e estruturação da capacidade produtiva, na distribuição e movimentação do produto final.

## **2.8 Estrutura Curricular**

---

A estrutura curricular dos cursos de graduação segue a legislação em vigor e o disposto no PDI acerca das políticas institucionais e a oferta das disciplinas listadas em cada um dos núcleos comuns, dentro de cada uma das áreas do conhecimento.

A estrutura curricular de desenvolvimento do curso estabelece os princípios fundamentais da educação profissional, os quais orientaram a elaboração e implementação do presente projeto:

- ✓ Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- ✓ Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- ✓ Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- ✓ Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- ✓ Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- ✓ Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular; Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos.

Em conformidade com a lei 10.463/05 e o Projeto intérprete, a IES oferece, para todos os cursos, a disciplina optativa de LIBRAS – linguagem Brasileira de Sinais, que pode ser cursada em qualquer período do curso.

Os conteúdos curriculares foram criados de forma a existir perfeita correlação com o perfil esperado do egresso e ainda de acordo com o que preconiza o Catálogo Nacional de

Cursos Superiores de Tecnologia.

A formação de profissionais orientados a não somente receber conteúdos e colocá-los em prática, mas sim a formar um cidadão que irá contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária rompendo a inércia da formação tradicional para a formação inclusiva do indivíduo no contexto social e global proporcionando o desenvolvimento de competências relacionadas ao exercício da cidadania pró ativa.

## MATRIZ CURRICULAR

### CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL

#### 1º Semestre

Disciplina	CH
Desenho Técnico	40
Física I	60
Formação Sociocultural e Ética	40
Introdução à Gestão da Produção Industrial	80
Introdução à Matemática	80
Noções de Direito	40
Química Geral	60
<b>Total</b>	<b>400</b>

#### 2º Semestre

Disciplina	CH
Cálculo I	80
Ciências dos Materiais	40
Contabilidade	60
Desenho Técnico Aplicado	40
Física II	40
Gestão de Pessoas	40
Sistemas de Produção I	60
Teoria das Organizações	40
<b>Total</b>	<b>400</b>

#### 3º Semestre

Disciplina	CH
Cálculo II	80
Custos Industriais	40
Elementos de Estatística	40

Eletricidade e Eletrônica	80
Gestão da Qualidade	40
Organização do Trabalho na Produção	40
Sistemas de Produção II	80
<b>Total</b>	<b>400</b>

#### 4º Semestre

Disciplina	CH
Automação e Controle I	40
Economia	40
Empreendedorismo	40
Engenharia Econômica	40
Probabilidade e Estatística	40
Racionalização da Produção Industrial	80
Sistemas de Informações Gerenciais	40
Tecnologia de Processos Produtivos I	80
<b>Total</b>	<b>400</b>

#### 5º Semestre

Disciplina	CH
Automação e Controle II	40
Controle Estatístico do Processo	80
Metrologia Industrial	40
Modelagem e Simulação de Sistemas Produtivos I	80
Pesquisa Operacional	40
Sociedade e Modernidade	40
Tecnologia de Processos Produtivos II	80
<b>Total</b>	<b>400</b>
Projeto Integrador I	<b>150</b>

#### 6º Semestre

Disciplina	CH
Gestão Ambiental	40
Logística Integrada	80
Manutenção Industrial	80
Modelagem e Simulação de Sistemas Produtivos II	80
Projeto do Produto	80
Saúde e Segurança do Trabalho	40
<b>Total</b>	<b>400</b>
Projeto Integrador II	<b>150</b>

**RESUMO – COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS/OPTATIVO**

RESUMO	Carga Horária (h/a - 50min)	Equivalência em (hora - 60min)
Carga Horária de Disciplinas	2.400	2.000
Carga Horária de Projeto Integrador		300
Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares		120
<b>Total de Horas Obrigatórias do Curso (h/a) – Integralização</b>		<b>2.420</b>
Libras (opcional)		40

**2.9 Conteúdos Curriculares**

Os conteúdos curriculares do curso possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso. Conforme a determinação do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, a estrutura curricular de formação generalista foi montada considerando os conteúdos básicos e específicos da área do curso, e também de forma a atender os requisitos legais com relação à abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, dos direitos humanos e das relações étnico-raciais.

**EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS**
**1º Semestre**

Disciplina	Desenho técnico
<b>Ementa</b>	Instrumentos de desenhos. Desenho geométrico. Geometria descritiva. Correlação entre geometria descritiva, desenho geométrico e desenho técnico. Desenho projetivo. Desenho de conjunto e de detalhes. Cotagem.
<b>Bibliografia Básica</b>	MAGUIRE, Dennis E.; SIMMONS, C. H. <b>Desenho técnico</b> . São Paulo: Hemus, 2004. UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; MONTEIRO, Cláudio Vinicius Barbosa; MANTOVANI, Daniel. <b>Desenho técnico</b> . Maringá, 2016 SILVA, Eurico de Oliveira e; ALBIERO, Evandro. <b>Desenho técnico fundamental</b> . Porto Alegre: Bookman, 2010.

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>MICELI, Maria Teresa; FERREIRA, Patricia. <b>Desenho técnico básico</b>. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.</p> <p>SILVA, Eurico de Oliveira e; ALBIERO, Evandro. <b>Desenho técnico fundamental</b>. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>SILVA, Arlindo; RIBEIRO, Carlos Tavares; DIAS, João; SOUSA, Luís. <b>Desenho técnico moderno</b>. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2016.</p> <p>SPECK, Henderson Jose; PEIXOTO, Virgílio Vieira. <b>Manual básico de desenho técnico</b>. Florianópolis: UFSC, 2001.</p> <p>VENDITTI, Marcus Vinicius dos Reis. <b>Desenho técnico sem prancheta com autoCAD 2010</b>. Florianópolis, SC: Visual Books, 2010</p>
----------------------------------	--

<b>Disciplina</b>	<b>Física I</b>
<b>Ementa</b>	Medidas e sistemas de unidades. Movimento em 1 e 2 dimensões. Dinâmica da partícula. Trabalho e Energia. Conservação da Energia. Conservação do movimento linear. Colisões. Cinemática da rotação. Dinâmica da rotação e conservação do movimento angular. Movimento harmônico simples (MHS) e com amortecimento. Oscilações forçadas.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>HALLIDAY, D.; RESNIZKY, S.; WALKER, J. <b>Fundamentos de física</b>. 6. ed., v. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2002.</p> <p>NUSSENZVEIG, H. Moysés. <b>Curso de física básica: mecânica - volume 1</b>. São Paulo: Blücher, 2013.</p> <p>SERWAY, R.A., <b>Física 1</b>. 3. ed., v.1. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1992.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>RESNICK, R.; HALLIDAY, D. <b>Física 1</b>. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.</p> <p>PAULI, R. U. <b>Física 1: mecânica</b>. São Paulo: pedagógica e universitária. 1978.</p> <p>RESNICK, R. <b>Física 1</b>. v.1 Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996.</p> <p>TIPLER, P. A. <b>Física para Cientistas e Engenheiros, Vol.1</b>, 4a Edição, LTC Editora, Rio de Janeiro, 2000</p> <p>YOUNG, Hugh D; FREEDMAN, Roger A; YAMAMOTO, Sonia Midori; FORD, A. Lewis. <b>Física: mecânica: volume - 1</b>. São Paulo: Addison Wesley, 2008.</p>

Disciplina	<b>Formação Sociocultural e Ética</b>
<b>Ementa</b>	Estudo e interpretação sobre os acontecimentos sociais, políticos, econômicos, culturais e atualização permanente sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento. Estudo dos valores éticos e culturais que permeiam as relações dos homens na sociedade contemporânea, focando as relações étnico-raciais, a história e a cultura afro-brasileira e indígena e reflexão crítica acerca das políticas de afirmação e resgate histórico da população brasileira. Políticas públicas de inclusão social; formação da identidade nacional brasileira e das políticas educacionais da valorização das diversidades e dos direitos humanos. Políticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade.
<b>Bibliografia Básica</b>	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; CONSTANTINO, Cristina Herold; MALENTACHI, Débora Azevedo; CAETANO, Fabiana Sesmilo de Camargo; FERRARI, Aline; SIMÃO, Valdecir Antonio. <b>Formação sociocultural e ética</b> . Maringá: s.n., 2014. VALLS, Alvaro L. M. <b>O que é ética</b> . São Paulo: Brasiliense, 2013. ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio; KRUGLIANSKAS, Isak. <b>Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio</b> . São Paulo: Atlas, 2009.
<b>Bibliografia Complementar</b>	ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. <b>Filosofando: introdução à filosofia</b> . São Paulo: Moderna, 2009. MARTINS, Maria Helena. <b>O que é leitura</b> . São Paulo: Brasiliense, 1998. AMATO NETO, João. <b>Sustentabilidade &amp; produção: teoria e prática para uma gestão sustentável</b> . São Paulo: Atlas, 2011. MARCONDES, Danilo. <b>Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein</b> . Rio de Janeiro: Zahar, 2007. MATTOS, Regiane Augusto de. <b>História e cultura afro-brasileira</b> . São Paulo: Contexto, 2014.

Disciplina	<b>Introdução à Gestão da Produção Industrial</b>
<b>Ementa</b>	Apresentação da Tecnologia em Gestão de Sistemas Produtivos; O Papel Social do Tecnólogo e a Regulamentação Profissional. O papel do Tecnólogo em Indústrias Químicas, de Materiais, Agroindústrias e Serviços. O Tecnólogo no Núcleo Operacional e na Tecnoestrutura.

<b>Bibliografia Básica</b>	<p>BATALHA, M. O. <b>Introdução à Engenharia de Produção</b>. Campus, 2008.</p> <p>SLACK, Nigel; JOHNSTON, Robert; CHAMBERS, Stuart. <b>Administração da produção</b>. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>SUZANO, Márcio Alves. <b>Administração da produção</b>. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>Richard B. Chaser, F. Robert Jacobs, Nicholas J. Aquilano; tradução de R. Brian Taylor, Marcelo Klippel. <b>Administração da produção para a vantagem competitiva</b>. Porto Alegre: Bookman, 2004</p> <p>SLACK, N. <b>Vantagem competitiva em manufatura</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. <b>Administração da produção</b>. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>JACOBS, F. Robert. <b>Administração da produção e de operações: o essencial</b>. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>MOREIRA, Daniel. <b>Administração da produção e operações</b>. São Paulo: Saraiva, 2012.</p>

<b>Disciplina</b>	<b>Introdução à Matemática</b>
<b>Ementa</b>	Revisão dos conceitos básicos de Matemática. Funções reais de variável real. Funções elementares.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>ALENCAR F. E. <b>Iniciação à lógica matemática</b>. São Paulo: Nobel, 2006.</p> <p>BISPO, Carlos Alberto Ferreira; CASTANHEIRA, Luiz Batista; SOUZA FILHO, Oswaldo Melo. <b>Introdução à lógica matemática</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2014.</p> <p>LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc Lars. <b>Matemática discreta</b>. Porto Alegre: Bookman, 2013.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ÁVILA, Geraldo Severo de Souza. <b>Introdução à análise matemática</b>. São Paulo: Blücher, 1999</p> <p>WAGNER, Eduardo. <b>Matemática - 1</b>. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>BROWN, Richard. <b>Matemática: 50 conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida</b>. São Paulo: PubliFolha, 2014.</p> <p>VILA, Antoni; CALLEJO, María Luz; ROSA, Ernani. <b>Matemática para aprender a pensar: o papel das crenças na resolução de problemas</b>. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>GARCIA, Antônio Carlos de Almeida; CASTILHO, João Carlos Amarante. <b>Matemática sem mistérios: geometria plana e espacial</b>. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.</p>

Disciplina	Noções de Direito
<b>Ementa</b>	<p>Conceito de Direito e de Justiça. Valores sociais e jurídicos. Fontes do Direito Contemporâneo. Estado: fundamentos e formas. Lei: conceito, classificação e obrigatoriedade. Direito público e privado. Direito civil e político. Pessoa natural e jurídica. Instituições de Direito civil e fatores sociais do Direito contemporâneo. Direitos Humanos (Resolução nº 1 do CNE/2012).</p>
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Édis. <b>Manual de Direito público e privado</b>. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2004.</p> <p>PINHO, Ruy Rebello. <b>Instituições de Direito público e privado</b>. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>MARTINS, Sergio Pinto. <b>Instituições de direito público e privado</b>. São Paulo: Atlas, 2012</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>DINIZ, Maria Helena. <b>Compêndio de introdução à ciência do direito</b>. São Paulo: Saraiva 2012.</p> <p>BRASIL, <b>Constituição da República Federativa do Brasil, 1988</b>. Belo Horizonte. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2013.</p> <p>BRASIL. LEIS, decretos, etc.; CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; ROCHA, Fabiana Dias da. <b>Códigos 3 em 1 Saraiva: tributário, processo civil, constituição federal e legislação complementar</b>. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>PALAIA, Nelson. <b>Noções essenciais de Direito</b>. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>DIMOULIS, Dimitri &amp; MARTINS, Leonardo. <b>Teoria Geral dos Direitos Fundamentais</b>. São Paulo: RT, 2014.</p>

Disciplina	Química Geral
<b>Ementa</b>	<p>Estrutura atômica. Propriedades dos elementos. Ligação química e teoria de bandas. Equilíbrio químico em soluções. Oxi-redução. Pilhas. Eletrólise. Aplicação dos conceitos, em Laboratório de Química, da Componente Curricular Química Geral Teórica.</p>
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>KOTZ, John C.; TREICHEL JUNIOR, Paul M.; WEAVER, Gabriela C.; VISCONTE, Solange Aparecida. <b>Química geral e reações químicas: volume - 1</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p> <p>RUSSELL, John Blair. <b>Química geral: volume 1</b>. São Paulo: Makron Books, 1994.</p> <p>BROWN, T. L.; Lemay-Jr., H. E.; Bursten, B. E.; Burdge, J. R. <b>Química: a ciência central</b>. São Paulo: Pearson, 2005.</p>

<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ROZENBERG, I. M. <b>Química geral</b>. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.</p> <p>MORRIS HEIN, M.; ARENA, S. <b>Fundamentos de química geral</b>. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.</p> <p>RUSSELL, J. B. <b>Química geral</b>. 2. ed., v.1 São Paulo: Mac Graw-Hill, 1994.</p> <p>MAHAM, B.; MYERS, R. <b>Química: um curso universitário</b>, 4. ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1998.</p> <p>FELTRE, Ricardo. <b>Fundamentos de Química: vol. único</b>. 4ª.ed. São Paulo: Moderna, 2005.</p>
----------------------------------	--

## 2º Semestre

Disciplina	<b>Cálculo I</b>
<b>Ementa</b>	Noções de Lógica. Números Reais e Desigualdades. Noções de Geometria Analítica. Funções Reais de Variável Real. Limites. Sequências. Continuidade. Derivadas. Comportamento das Funções. Integrais.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. <b>Cálculo A: funções limite, derivação, integração</b>. São Paulo: Makron Books, 1992.</p> <p>BOULOS, P. <b>Cálculo diferencial e integral</b>. v. 1. São Paulo: Makron Books, 1999.</p> <p>SIMMONS, G. F. <b>Cálculo com geometria analítica</b>. São Paulo: Makron Books, 1987.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ROGAWSKI, J. <b>Cálculo</b>. v. 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; BRESCANSIN, Alexandra Yatsuda Fernandes. <b>Cálculo diferencial e integral I</b>. Maringá, 2016.</p> <p>THOMAS, G. B.; FINNEY, R. L. <b>Cálculo Diferencial e Integral</b>. v.1, Addison Wesley, 2002.</p> <p>GUIDORIZZI, H. L. <b>Um Curso de Cálculo</b>. v. 1, Livros Técnicos e Científicos, 2009.</p> <p>MALTA, Iaci; LOPES, Hélio; PESCO, Sinésio. <b>Cálculo a uma variável: uma introdução ao cálculo - volume 1</b>. São Paulo: Loyola, 2002</p>

Disciplina	<b>Ciências dos Materiais</b>
<b>Ementa</b>	Estruturas cristalinas. Difusão. Efeitos de temperatura e elementos de liga na elasticidade da estrutura. Anelasticidade. Defeitos pontuais e lineares das estruturas cristalinas. Microplasticidade de cristais. Deformação plástica de policristais. Teoria da ativação térmica, mecanismos que governam a deformação plástica, mecanismo de fluência,

	nucleação de trincas e fadiga, mecanismos de endurecimento dos aços.
<b>Bibliografia Básica</b>	CALLISTER, W. D. <b>Ciência e engenharia de materiais - uma introdução</b> . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. VAN VLACK, L. H. <b>Princípios de ciências dos materiais</b> . São Paulo: EDGARD BLUCHER, 1970. ASKELAND, Donald R.; WRIGHT, Wendelin J.; VISCONTI, Solange Aparecida; LEIVA, Daniel Rodrigo. <b>Ciência e engenharia dos materiais</b> . São Paulo: Cengage Learning, 2014.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BEER, F. P. <b>Resistência dos materiais: mecânica dos materiais</b> . 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010. SHACKELFORD, J. H. <b>Ciências dos materiais</b> . São Paulo: Prentice-Hall, 2008. BOTELHO, Manoel Henrique Campos. <b>Resistência dos materiais: para entender e gostar</b> . São Paulo: Blücher, 2008 MELCONIAN, Sarkis. <b>Mecânica técnica e resistência dos materiais</b> . São Paulo: Érica, 2012 MELCONIAN, Sarkis. <b>Mecânica técnica e resistência dos materiais</b> . São Paulo: Érica, 2012

<b>Disciplina</b>	<b>Contabilidade</b>
<b>Ementa</b>	Conceito de Contabilidade: Procedimentos Contábeis Básicos; Plano de Contas; Métodos das Partidas Dobradas; Operações com Mercadorias e Estoques; Ativo Permanente: Noções de Depreciação, Amortização, Exaustão; Postulados, Convenções e Princípios Contábeis. Os Demonstrativos Contábeis: Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, Estrutura do Balanço Patrimonial: Conceito do Balanço; Critérios de classificação dos elementos patrimoniais; formas de apresentação; balanço comparativo; conteúdo do balanço patrimonial; critérios de classificação do ativo, passivo e patrimônio líquido.
<b>Bibliografia Básica</b>	FAVERO, H. L. <b>Contabilidade: Teoria e Prática</b> . São Paulo: Atlas, 2009. MARION, José Carlos. <b>Contabilidade básica</b> . São Paulo: Atlas, 2008. UDÍCIBUS, Sérgio de,; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. <b>Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação</b> . São Paulo: Atlas, 2009

<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>IUDICIBUS, S. <i>et al.</i> <b>Contabilidade introdutória</b>. Equipe de Professores da FEA/USP. São Paulo: Atlas, 2010. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; NASCIMENTO, Claudinei de Lima; COSTA, José Manoel da. <b>Contabilidade introdutória</b>. Maringá: UniCesumar, 2015. FRANCO, H. <b>Contabilidade geral</b>. São Paulo: Atlas, 2009. BERTI, Anélio. <b>Contabilidade geral</b>. São Paulo: Ícone, 2001. RIBEIRO, Osni Moura. <b>Contabilidade geral fácil</b>. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>
---	---

Disciplina	Desenho Técnico Aplicado
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Desenho projetivo. Desenho de conjunto e de detalhes. Aplicações de desenho técnico. Histórico e conceitos sobre o uso do computador para auxílio ao projeto. Ferramenta CAD2D.</p>
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>FRENCH, T. E.; VIERCK, C. J. <b>Desenho técnico e tecnologia gráfica</b>. Rio de Janeiro: GLOBO, 1995. BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço; OLIVEIRA, Adriano de. <b>AutoCAD 2013: utilizando totalmente</b>. São Paulo: Érica, 2012. MANFÉ, Giovanni; POZZA, Rino; SCARATO, Giovanni; LAUAND, Carlos Antonio. <b>Desenho técnico mecânico: curso completo para as escolas técnicas e ciclo básico das faculdades de engenharia: o desenho geométrico, as normas do desenho técnico, tolerâncias de trabalho - volume 1</b>. São Paulo: Hemus, 2008.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>OLIVEIRA, Adriano de. <b>AutoCAD® 2015 3D avançado: modelagem e render com mental ray</b>. São Paulo: Érica, 2014. AYMONE, José Luís Farinatti; TEIXEIRA, Fábio Gonçalves. <b>AutoCad 3D: modelamento e rendering</b>. São Paulo: Artliber, 2002 SCHNEIDER, W. <b>Desenho técnico industrial</b>. São Paulo: Hemus, 2008. JULIÁN, Fernando; ALBARRACÍN, Jesús. <b>Desenho para designers industriais: compreendendo o design gráfico</b>. Lisboa: Rosari, 2010. VENDITTI, Marcus Vinicius dos Reis. <b>Desenho Técnico sem prancheta com AutoCad 2010</b>. Florianópolis, SC: Visual Books, 2010. CUNHA, Luis Veiga da. <b>Desenho técnico</b>. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.</p>

Disciplina	Física II
<b>Ementa</b>	Lei de Coulomb; campo eletrostático; distribuições discreta e contínua de cargas; Lei de Gauss; potencial eletrostático; trabalho; campo de indução magnética; força magnética; força de Lorentz; força magnética em condutores de corrente; conjugado magnético; Lei circuital de Ampere; Lei de Biot-Savart; capacitância.
<b>Bibliografia Básica</b>	HALLIDAY, D.; RESNIZKY, S.; WALKER, J. <b>Fundamentos de física. v. 2.</b> Rio de Janeiro: LTC, 2002. YOUNG, Hugh D; FREEDMAN, Roger A; YAMAMOTO, Sonia Midori. <b>Física II: termodinâmica e ondas.</b> São Paulo: Pearson Education, 2008. SERWAY, R.A., <b>Física 2.</b> v.1. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1992.
<b>Bibliografia Complementar</b>	NUSSENZVEIG, H. Moysés. <b>Curso de física básica: fluídos, oscilações e ondas de calor - volume - 2.</b> São Paulo: Blücher, 2003. RESNICK, R.; HALLIDAY, D. <b>Física 2.</b> Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1996. UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; NUNES, Glécilla Colombelli de Souza; TUPAN, Lilian Felipe da Silva; FERREIRA, Rafael Franco. <b>Física geral.</b> Maringá, 2016. HEWITT, Paul G.; RICCI, Trieste Freire. <b>Física conceitual.</b> Porto Alegre: Bookman, 2011. TIPLER, Paul A.; MOSCA, Gene. <b>Física para cientistas e engenheiros: eletricidade e magnetismo, óptica - volume 2.</b> Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

Disciplina	Gestão de pessoas
<b>Ementa</b>	Administração Estratégica de Recursos Humanos. Políticas de Recursos Humanos. Noções básicas dos Processos em Gestão de Pessoas – agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar talentos.
<b>Bibliografia Básica</b>	DESSLER, Gary; ODERICH, Cecília Leão. <b>Administração de recursos humanos.</b> São Paulo: Prentice Hall, 2003. UNICESUMAR - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ; COSTA, Waldeciria Souza da. <b>Conceitos de administração de recursos humanos.</b> Maringá, 2016. OLIVEIRA, Marco Antonio Garcia. <b>Comportamento organizacional para a gestão de pessoas: como agem as empresas e seus gestores.</b> São Paulo: Saraiva, 2010.

<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>MARRAS, Jean Pierre. <b>Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico</b>. São Paulo: Futura, 2005.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. <b>Gestão de pessoas</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>RIBEIRO, Antonio de Lima. <b>Gestão de pessoas</b>. São Paulo: Saraiva, 2012</p> <p>ARAUJO, Luis César Gonçalves de; GARCIA, Adriana Amadeu. <b>Gestão de pessoas</b>. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>DUTRA, Joel Souza. <b>Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p>
---	---

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Sistemas de Produção I</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Os macros objetivos da produção. Os processos produtivos em Bens e Serviços. Os processos produtivos em Serviços. A matriz de produto-processo de Hayes e Wheelwright.</p>
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. <b>Administração da produção</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>MARTINS, P. Garcia; LAUGENI, F. P. <b>Administração da Produção</b>. São Paulo: Saraiva, 1998.</p> <p>SUZANO, Márcio Alves. <b>Administração da produção</b>. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>CHASE, J. <i>at al.</i> <b>Administração da produção para a vantagem competitiva</b>. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p> <p>SLACK, N. <b>Vantagem competitiva em manufatura</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>JACOBS, F. Robert. <b>Administração da produção e de operações: o essencial</b>. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>MOREIRA, Daniel. <b>Administração da produção e operações</b>. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>CORRÊA, Henrique Luiz; CORRÊA, Carlos A. <b>Administração de produção e de operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica</b>. São Paulo: Atlas, 2013.</p>

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Teoria das Organizações</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Evolução das Teorias Administrativas, Teorias Modernas de Gestão, Estratégias Emergentes de Gestão. Tipos de Processos Produtivos: bens e serviços. A dinâmica dos Sistemas Produtivos.</p>

<b>Bibliografia Básica</b>	<p>CHIAVENATO, Idalberto. <b>Iniciação à teoria das organizações</b>. Barueri: Manole, 2010</p> <p>MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. <b>Teoria geral da administração</b>. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. <b>Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital</b>. São Paulo: Atlas, 2012.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. <b>Teoria geral da administração para o século XXI</b>. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>CHIAVENATO, I. <b>Teoria geral da administração</b>. 4 ed. São Paulo: Makron, 1993.</p> <p>FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F.; PEREIRA, M. I, <b>Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias</b>. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.</p> <p>MILAN, Gabriel Sperandio; PRETTO, Marcos Ricardo. <b>Gestão estratégica da produção: teoria, cases e pesquisas</b>. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.</p> <p>TAYLOR, Frederick Winslow. <b>Princípios de administração científica</b>. São Paulo: Atlas, 1982.</p>

### 3º Semestre

<b>Disciplina</b>	<b>Cálculo II</b>
<b>Ementa</b>	Integrais impróprias. Funções de várias variáveis. Derivadas parciais. Aplicações das derivadas parciais.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. <b>Cálculo B</b>. São Paulo: Makron Books, 1992.</p> <p>GUIDORIZZI, H. L. <b>Um curso de Cálculo</b>. Rio de Janeiro: LTC, 1998.</p> <p>LEITHOLD, L. <b>O cálculo com geometria analítica</b>. v. 2, 2. ed. São Paulo: Harbra, 1986.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>STEWART, J. <b>Cálculo</b>. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.</p> <p>SWOKOWSKI, E. W. <b>Cálculo com geometria analítica</b>. v.1, 2. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983.</p> <p>THOMAS JÚNIOR, G. B. <b>Cálculo diferencial e integral</b>. Rio de Janeiro: LTC, 1983.</p> <p>PISKUNOV, N. <b>Cálculo diferencial e integral</b>. 6. ed. Moscou: MIR, 1983.</p> <p>BOULOS, P. <b>Cálculo diferencial e integral</b>. v.1,2. São Paulo: Makron Books, 1999.</p>

Disciplina	Custos Industriais
<b>Ementa</b>	Contabilidade Gerencial e Contabilidade de Custos: aspectos gerais. Custos: Conceitos básicos. Custeio e Sistemas de Custeio: Custeio por Absorção, Custos para Decisão, Custos para Controle, Custeio baseado em Atividades. Os diversos Sistemas de Custeio: pontos relevantes e limitações e Sistemas que se complementam.
<b>Bibliografia Básica</b>	LEONE, G. S. G. <b>Custos</b> : planejamento, implantação e controle. 3. Ed. São Paulo. Atlas, 2009. MARTINS, E. <b>Contabilidade de Custos</b> . 9. Ed, São Paulo: Atlas, 2008. SCHIER, C. U. C. <b>Custos industriais</b> . Curitiba: IBPEX, 2005.
<b>Bibliografia Complementar</b>	ATKINSON, Anthony A. et. al. <b>Contabilidade Gerencial</b> . Atlas: São Paulo, 2008. BERTÓ, D. J.; BEULKE, R. <b>Gestão de custos</b> . São Paulo: Saraiva, 2005. COELHO, F. S.; PINTO, A. A. G.; LIMEIRA, A. L. F.; SILVA, C. A. S. <b>Gestão de custos</b> . São Paulo: FGV, 2008. MAGLIORINI, E. <b>Custos: Análise e Gestão</b> . 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. FRANCO, H. <b>Contabilidade geral</b> . 23. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina	Elementos de Estatística
<b>Ementa</b>	Conceitos básicos da Estatística Descritiva. Análise de probabilidade. Distribuições de frequência. Medidas de tendência central, dispersão e variabilidade. Teoria das amostragens.
<b>Bibliografia Básica</b>	COSTA NETO, P. L. O. <b>Estatística</b> . 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2003. CRESPO, A. A. <b>Estatística fácil</b> . 15a ed. São Paulo: Saraiva, 2004. MOORE, D. <b>A estatística básica e sua prática</b> . Rio de Janeiro: LTC, 2005.
<b>Bibliografia Complementar</b>	FONSECA, J. S. <b>Curso de Estatística</b> . São Paulo: Atlas, 2008. MARTINS, G. A. <b>Princípios de estatística</b> . 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1990. ROCHA, M. V. <b>Curso de estatística</b> . 3ª ed. Brasília: Serviço Gráfico do IBGE, s/d. SPIEGEL, M. R. <b>Estatística</b> . São Paulo: Makron Books, 1993. [Coleção Schaum] LEVINE, D. M.; Berenson, M. L.; Stephan, D. <b>Estatística: teoria e aplicações</b> . Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 2000.

Disciplina	Eletricidade e Eletrônica
<b>Ementa</b>	Grandezas elétricas básicas. Circuitos de corrente contínua. Análise de circuitos de corrente contínua. Corrente alternada. Máquinas elétricas. Eletrônica analógica básica. Eletrônica digital básica.
<b>Bibliografia Básica</b>	MALVINO, A.; BATES, D. J. <b>Eletrônica: Versão Concisa</b> . 7ª ed. McGraw Hill - Artmed, 2011. MARINO, M. A. M.; CAPUANO, F. G. <b>Laboratório de Eletricidade e Eletrônica: Teoria e Prática</b> . 24ª ed. São Paulo: Érica, 2007. SILVA FILHO, M. T. <b>Fundamentos de Eletricidade</b> . 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
<b>Bibliografia Complementar</b>	AIUB, J. E.; FILONI, E. <b>Eletrônica: Eletricidade - Corrente Contínua</b> . São Paulo: Érica, 2003. GUERINI, D. P. <b>Eletricidade para a Engenharia</b> . São Paulo: Manole, 2003. TOOLEY, M. <b>Circuitos eletrônicos</b> . Rio de Janeiro. Editora Campus.2007. TURNER, L. W. <b>Eletrônica Aplicada</b> . São Paulo: Hemus, 2004. WIRTH, A. <b>Eletricidade e Eletrônica Básica</b> . Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

Disciplina	Gestão da Qualidade
<b>Ementa</b>	A Evolução do Conceito da Qualidade. Controle da Qualidade Total (TQC). Gerenciamento pelas Diretrizes. Padronização. ISO 9000-2008.
<b>Bibliografia Básica</b>	CAMPOS, Vicente Falconi. <b>TQC - Controle de Qualidade Total (no estilo japonês)</b> . 8.ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2004. CAMPOS, V. F. <b>Qualidade total: padronização de empresas</b> . Belo Horizonte: EDG, 2004. MELLO, C. H. P.; SILVA, C. E. S.; TURRIONI, J.B.; SOUZA, L. G. M. <b>ISO 9001:2008</b> . 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
<b>Bibliografia Complementar</b>	CAMPOS, V. F. <b>Gerenciamento pelas diretrizes</b> . Belo Horizonte: EDG, 2004. GARVIN D. A. <b>Gerenciando a Qualidade</b> . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998. MARSHALL JR, I. <b>Gestão da Qualidade</b> . São Paulo: FGV, 2008. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. <b>Administração da produção</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. ABNT NBR ISO 9000.

Disciplina	<b>Organização do Trabalho na Produção</b>
<b>Ementa</b>	A questão da organização do trabalho. As necessidades das empresas modernas: organização, produtividade, qualidade, flexibilidade e competitividade. Critérios de Projeto Organizacional. Os novos modelos de produção: a "revolução" contemporânea nas fábricas. As escolas de organização do trabalho: escola clássica (taylorismo/fordismo), escola de relações humanas (enriquecimento de cargos), escola sócio-técnica (grupos semi-autônomos). Princípios sócio-técnicos de planejamento do trabalho: metodologia sócio-técnica original de projeto organizacional (Tavistock). Trabalho em grupo: tipos, casos. Grupos abertos e grupos fechados. Relações de fronteira (produção-manutenção, qualidade, planejamento etc.).
<b>Bibliografia Básica</b>	FLEURY, A. C. C.; VARGAS, N. <b>Organização do trabalho</b> . São Paulo: Atlas, 1983. MARX, R. <b>Trabalho em grupo e autonomia como instrumentos da competição</b> . São Paulo: Atlas, 1998. SALERNO, M. S. <b>Projeto organizacional de produção integrada e flexível</b> . São Paulo: EPUSP, 1998.
<b>Bibliografia Complementar</b>	MARTINS, S. P. <b>Direito do Trabalho</b> . São Paulo: Atlas, 2009. MOREIRA, D. A. <b>Administração da Produção e Operações</b> . São Paulo: Cengage Learning, 2008. WOOD JR; T. <b>Mudança Organizacional</b> . 5ªed. São Paulo: Atlas, 2009. COONRADT, C. A. <b>O Jogo do Trabalho</b> . Rio de Janeiro: Sextante, 2008. CHASE, J. <i>et al.</i> <b>Administração da produção para a vantagem competitiva</b> . 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Disciplina	<b>Sistemas de Produção II</b>
<b>Ementa</b>	Caracterização do problema de Planejamento, Programação e Controle da Produção (PPCP). Informações para PPCP: Capacidade. Cálculo de Necessidades (MRP). Planejamento Agregado da Produção. Programação da produção intermitente. Planejamento e programação de projetos. Balanceamento de linhas. Planejamento e Controle Just in Time. O Modelo Just in Time e a aplicação do Modelo Just in Time. O Sistema Pull/Push. Células de Manufatura. Tecnologia de Grupo. Paralelismo. Customização em massa. FMS - Flexible Manufacturing System.

<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>CORRÊA, Henrique Luiz; CORRÊA, Carlos Alberto. <b>Administração de produção e de operações:</b> manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 1.ed.2 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. <b>Administração da Produção.</b> 2.ed.revista, ampliada e atualizada São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; HARLAND, Christine et al. <b>Administração da produção:</b> edição compacta. 1.ed. 12 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>CHASE, J. <i>at al.</i> <b>Administração da produção para a vantagem competitiva.</b> 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p> <p>FUSCO, J. P. A. <b>Operações e gestão estratégica da produção.</b> São Paulo: Arte &amp; Ciência, 2007.</p> <p>REID, D. R.; SANDERS, N. R. <b>Gestão de Operações.</b> Rio de Janeiro: LTC, 2005.</p> <p>SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R., <b>Administração da produção.</b> 3. ed.3 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. <b>Administração da Produção.</b> 2.ed.revista, ampliada e atualizada São Paulo: Saraiva, 2010.</p>

#### 4º Semestre

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Automação e Controle I</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Sistemas de produção industrial e automação. Instrumentação eletrônica industrial. Micro-controladores. Conceitos básicos de controle clássico e moderno.</p>
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>NISE, N. S. <b>Engenharia de Sistemas de Controle.</b> 6ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>BISHOP, R. H.; DORF, R. C. <b>Sistemas de controle modernos.</b> 11ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>FRANCHI, C. M. <b>Controle de Processos Industriais: Princípios e Aplicações.</b> 1ª ed. São Paulo: Érica, 2011.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>PAZOS, F. <b>Automação de Sistemas e Robótica.</b> Rio de Janeiro: Axcel Books, 2002.</p> <p>ALVES, J. L. L. <b>Instrumentação, Controle e Automação de Processos.</b> Rio de Janeiro: LTC, 2005.</p> <p>NATALE, F. <b>Automação Industrial.</b> São Paulo: Érica, 2000.</p> <p>SILVEIRA, P. R.; SANTOS, N. E. <b>Automação e Controle Discreto.</b> 9ª. ed. São Paulo. ÉRICA, 1988.</p> <p>SIGHIURI, L. <b>Controle Automático de Processos Industriais: Instrumentação.</b> 2ª. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2009.</p> <p>MORAES, C. C. <b>Engenharia de Automação Industrial.</b> 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.</p>

Disciplina	Economia
<b>Ementa</b>	Introdução às Teorias Econômicas. O funcionamento do sistema econômico. A dinâmica do mercado e seus impactos sociais. Globalização e economia. O futuro da economia.
<b>Bibliografia Básica</b>	BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. <b>A economia como ela é</b> . São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. MICHAEL, P. <b>Economia</b> . São Paulo: Prentice-Hall, 2008. ROSSETT, J. P. <b>Introdução à economia</b> . São Paulo: Atlas, 2010. VASCONCELOS, Marco Antonio. <b>Fundamentos de Economia</b> . São Paulo: Saraiva, 2010.
<b>Bibliografia Complementar</b>	CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. <b>Economia internacional</b> . São Paulo: Saraiva, 2006. CYSNE, H. M. S. e R. P. <b>Macroeconomia</b> . São Paulo: Atlas, 2007. TROSTER, R. L. & MOC HÓN, F. <b>Introdução à Economia</b> . São Paulo: Makron Books, 2004. WESSELS, Walter J. <b>Economia</b> . São Paulo: Saraiva, 2010. CHASE, J. <i>at al.</i> <b>Administração da produção para a vantagem competitiva</b> . 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Disciplina	Empreendedorismo
<b>Ementa</b>	Liderança, empreendimento e inovação. Percepção e avaliação de oportunidades de negócios.
<b>Bibliografia Básica</b>	DOLABELA, Fernando. <b>Oficina do Empreendedor</b> . São Paulo: Cultura, 2008. DORNELAS, Jose Carlos de Assis. <b>Empreendedorismo: transformando idéias em negócios</b> . São Paulo: Campus Elsevier, 2008. DRUCKER, Peter F. <b>Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípio</b> . São Paulo: Pioneira, 2011.

<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>DEGEN, Ronald. <b>O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial.</b> São Paulo: Mc Graw-Hill, 2005.</p> <p>DOLABELA, Fernando. <b>O segredo de Luisa.</b> São Paulo: Cultura, 2008.</p> <p>DORNELAS, José Carlos Assis; TIMMONS, Jeffry A.; ZACHARAKIS, Andrew; SPINELLI, Stephen. <b>Planos de negócios que dão certo: um guia para pequenas empresas.</b> São Paulo: Campus Elsevier, 2008.</p> <p>HASHIMOTO, Marcos. <b>Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empendedorismo.</b> São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>CHASE, J. <i>at al.</i> <b>Administração da produção para a vantagem competitiva.</b> 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p>
---	---

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Engenharia Econômica</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Matemática Financeira; Análise Alternativas de Investimentos; Depreciação do Ativo Imobilizado; Imposto de Renda; Financiamento e Elaboração e Análise Econômica de Projetos.</p>
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. <b>Análise de Investimentos.</b> São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>HIRSCHFELD, H. <b>Engenharia Econômica.</b> São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>OLIVEIRA, J. A. N. <b>Engenharia econômica: uma abordagem às decisões de investimento.</b> São Paulo: McGraw-Hill, 1982.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>FRONTEROTTA, S. <b>Engenharia econômica.</b> São Paulo: Universidade Mackenzie, 1998.</p> <p>BLANK, L.; TARQUIN, A. <b>Engenharia econômica.</b> São Paulo: McGraw-Hill, 2008.</p> <p>PILAO, N. E.; HUMMEL, P. R. V. <b>Matemática financeira e engenharia econômica.</b> São Paulo: Cengage Learning, 2003.</p> <p>HUMMEL, P. R. V. <b>Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos.</b> São Paulo: Atlas, 1988.</p> <p>ROSA, S. <b>Fundamentos da matemática financeira.</b> 4. ed. Rio de Janeiro: Funenseg, 2005.</p>

<b>Disciplina</b>	<b>Probabilidade e Estatística</b>
<b>Ementa</b>	Distribuição de probabilidades. Estimação. Testes de hipótese. Teoria da amostragem. Análise de variância. Regressão.
<b>Bibliografia Básica</b>	MEYER, P. L. <b>Probabilidade: aplicações à estatística</b> . Rio de Janeiro: LTC, 2000. LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. <b>Estatística Teoria e Aplicações</b> . São Paulo: LTC, 2000. MILONE, G. <b>Estatística: Geral e Aplicada</b> . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2009.
<b>Bibliografia Complementar</b>	MONTGOMERY, C. D.; RUNGER, G. C. <b>Estatística aplicada e Probabilidade para engenheiros</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. TRIOLA, M. F. <b>Introdução à Estatística</b> . Rio de Janeiro: LTC, 1999. BUSSAB, W. O. <b>Estatística</b> . São Paulo: Atual, 2010. LAPPONI, J.C <b>Estatística usando Excel</b> . São Paulo: Lapponi, 2005. COSTA, S. F. <b>Introdução Ilustrada à Estatística</b> . São Paulo: Harbra, 2005.

<b>Disciplina</b>	<b>Racionalização da Produção Industrial</b>
<b>Ementa</b>	Racionalização do trabalho. Métodos de execução de trabalhos. Técnicas de medidas de tempo de execução de trabalhos. Técnicas de racionalização e elaboração de layout na indústria de manufatura e serviços.
<b>Bibliografia Básica</b>	BARNES, R. M. <b>Estudo de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho</b> . São Paulo: Edgard Blucher, 2001. TOLEDO Jr., B.; KURATOMI, S. <b>Cronoanálise</b> . São Paulo: Itys Fides, 2004. ABREU, R. C. L. <b>Análise de valor</b> . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
<b>Bibliografia Complementar</b>	TOLEDO Jr., B. <b>Balanceamento de Linhas</b> . São Paulo: Itys Fides, 2004. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. <b>Administração da produção</b> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. REID, D. R.; SANDERS, N. R. <b>Gestão de operações</b> . Rio de Janeiro: LTC, 2005. SCHIER, C. U. C. <b>Custos industriais</b> . Curitiba: IBPEX, 2005. SHANK, J. K.; GOVINDARAJAN, V. <b>A revolução dos custos</b> . Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Disciplina	Sistemas de Informações Gerenciais
<b>Ementa</b>	O enfoque sistêmico. Sistemas de informação: conceito, sistema de bancos de dados, MRP, sistemas de informação gerenciais - MIS, sistemas integrados de gestão - ERP, sistemas de informação executivos. A gestão da informação e a organização. Sistemas e a produção.
<b>Bibliografia Básica</b>	LAUDON, K.C.; LAUDON, J.P. <b>Sistemas de Informação Gerenciais</b> . 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. MANCINI NETO, Paulo. <b>Implantação do Planejamento Estratégico de Sistemas de Informação</b> . Belo Horizonte: Fumec-Face, 2004. (Face/Fumec). O'BRIEN, James A. <b>Sistemas de Informação e as Decisões Gerenciais na Era da Internet</b> . 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
<b>Bibliografia Complementar</b>	CÔRTEZ, Pedro Luiz. <b>Administração de Sistemas de Informação</b> . São Paulo: Saraiva, 2008. O'BRIEN, James A.; Marakas, George M. <b>Administração de Sistemas de Informação: Uma Introdução</b> . 13.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007. GORDON, Steven R.; Gordon, Judith R. <b>Sistemas de Informação: Uma Abordagem Gerencial</b> . 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. HUMMEL, P. R. V. <b>Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos</b> . São Paulo: Atlas, 1988. BARBOSA, Alexandre F. <b>O mundo globalizado: política, sociedade e economia</b> . São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Disciplina	Tecnologia de Processos Produtivos I
<b>Ementa</b>	Introdução aos processos de fabricação. Processos de fabricação por Metalurgia e Conformação Plástica. Processos de fabricação de peças plásticas.
<b>Bibliografia Básica</b>	RIZZO, Ernandes Marcos da Silveira. <b>Processo de fabricação de ferro-gusa em alto-forno</b> . São Paulo: ABM, 30 cm. 278 p. (Capacitação Técnica em Processos Siderúrgicos). MÜLLER, Arno; SANTOS, Adalberto Bierrenbach de Souza; COSTA, João Eustáquio Wanderley da (Coord.). <b>Fabricação de fundidos para siderurgia e mecânica pesada</b> . São Paulo: ABM, 1984. 219 p. NOVASKI, Olivio. <b>Introdução à engenharia de fabricação mecânica</b> . São Paulo: Edgard Blucher, 1994. 119 p.

<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>SOARES, G. A. <b>Fundição: Mercado, Processos e Metalurgia</b>. Ed. Coope/UFRJ, 2003.</p> <p>CHIAVERINI, V. <b>Tratamentos Térmicos das Ligas Metálicas</b>. Ed. ABM, 2003.</p> <p>CHIAVERINI, V. <b>Aços e Ferros Fundidos</b>. Publicação ABM, 1998.</p> <p>HELMAN, H. e CETLIN, P. R.. <b>Fundamentos da Conformação Mecânica dos Metais</b>. Ed. Guanabara Dois, 1983.</p> <p>CHIAVERINI, Vicente. <b>Tecnologia mecânica: processos de fabricação e tratamento</b>. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1986. v.3.</p>
---	--

### 5º Semestre

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Automação e Controle II</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Controlador Lógico Programável (CLP). Aplicações de CLP em automação de processos. Sistemas supervisórios para automação industrial. Redes de Computadores. Automação em processos de serviços.</p>
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>NISE, N. S. <b>Engenharia de Sistemas de Controle</b>. 6ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>FRANCHI, C. M. <b>Controle de Processos Industriais: Princípios e Aplicações</b>. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2011.</p> <p>BISHOP, R. H.; DORF, R. C. <b>Sistemas de controle modernos</b>. 11ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>MORAES, C. C. <b>Engenharia de Automação Industrial</b>. 2ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2007.</p> <p>CAPELLI, A. <b>Automação Industrial: Controle do Movimento e Processos Contínuos</b>. São Paulo. Érica, 2006.</p> <p>ALVES, J. L. L. <b>Instrumentação, Controle e Automação de Processos</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2005.</p> <p>PAZOS, F. <b>Automação de Sistemas e Robótica</b>. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2002.</p> <p>PASSOS, E. J. P. F. <b>Programação linear como instrumento da pesquisa operacional</b>. São Paulo; Atlas, 2008.</p>

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Controle Estatístico do Processo</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Controle estatístico de processo. Gráficos de controle por variáveis (X, R, sigma). Gráficos de Controle por atributos (p, np, c, e u). Outros gráficos (CUSUM, EWMA). Índices de Capacidade de processos. Reprodutibilidade e Repetibilidade em Sistemas de Mensuração. Controle econômico de processos. Inspeção por Amostragem. 7 ferramentas. Revisão</p>

	de pacotes computacionais da área.
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>COSTA, A. F. B.; EPPRECHT, E. K.; CARPINETTI, L. C. R. <b>Controle estatístico de qualidade</b>. 2.ed.4 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>RAMOS, A. W. <b>CEP para processos contínuos e em bateladas</b>. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.</p> <p>BAPTISTA, N. G. P. <b>Introdução ao estudo de controle estatístico de processo – CEP</b>. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>MONTGOMERY, D. C. <b>Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros</b>. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p> <p>DINIZ, M. G. <b>Desmistificando o controle estatístico do processo</b>. São Paulo: Artliber, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, M. S. <b>Controle estatístico e gestão da qualidade</b>. Lavras: UFLA, 2000.</p> <p>CAMPOS, V. F. <b>TQC: controle de qualidade total (no estilo japonês)</b>. Belo Horizonte: EDG, 1995.</p> <p>KUME, H. <b>Métodos estatísticos para melhoria da qualidade</b>. São Paulo: Gente, 1993.</p>

<b>Disciplina</b>	<b>Metrologia Industrial</b>
<b>Ementa</b>	<p>Conceitos básicos, metrologia e padrões de medida lineares e angulares, rastreabilidade, erros de medida, precisão, rugosidade superficial, instrumentos e aparelhos de medição. Tolerâncias e Ajustes.</p>
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>ALBERTAZZI, G. JR. e SOUSA, A. <b>Fundamentos da metrologia científica e industrial</b>. Ed. Manole. 2008.</p> <p>LIRA, Francisco Adval. <b>Metrologia na indústria</b>. 6ªEd. São Paulo: Ed. Érica: 2008.</p> <p>DOS SANTOS JR., Manuel Joaquim. <b>Metrologia dimensional teoria e prática</b>. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2ª edição 1995.</p>

<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>BALBINOT, A.; Brusamarello, V. J. <b>Instrumentação e Fundamentos de Medidas</b>. Volume 1 e 2, 1ª Edição, Editora LTC, 2006.</p> <p>MENDES, Alexandre; ROSÁRIO, Pedro P. <b>Metrologia &amp; Incerteza de Medição</b>. 1ª ed. São Paulo: EPSE, 2005.</p> <p>SILVA NETO, J. C. <b>Metrologia e Controle Dimensional - Conceitos, Normas e Aplicações</b>. Ed. 1. Editora Campus-Elsevier. Rio de Janeiro, 2012.</p> <p>SOUZA, S. A. <b>Ensaio Mecânicos de Materiais Metálicos</b>. 5ª Ed. Editora Edgard Blucher. São Paulo, 1982.</p> <p>MARTIN, C.C. <b>Ensaio Visual</b>. 2ª Ed. Editora ABENDI. São Paulo, 2008.</p>
---	--

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Modelagem e Simulação de Sistemas Produtivos I</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Conceitos de modelagem. Revisão sobre Estatística e Sistemas de Manufatura. Introdução ao software comercial de modelagem. Modelagem de operações básicas.</p>
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>CHWIF, L.; MEDINA, A. C. <b>Modelagem e simulação de eventos discretos: teoria e aplicações</b>. São Paulo: Editora dos autores, 2006.</p> <p>PRADO, S. H. <b>Teoria das filas e simulação</b>. Belo Horizonte: EDG, 1999.</p> <p>STEPHEN, G.; POWELL, S. G.; BAKER, K. R. <b>A arte da modelagem com planilhas</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>PRADO, S. H. <b>Usando o Arenagem simulação</b>. Belo Horizonte: EDG, 1999.</p> <p>FREITAS FILHO, P. J. <b>Introdução à Modulação e Simulação de Sistemas</b>. Florianópolis: Visual Books, 2008.</p> <p>TEIXEIRA, J. M. F.; BRITO, A. E. S. C. <b>Simulação por Computador</b>. Porto: Publindústria, 2004.</p> <p>HILLIER, F. S.; LIEBERMAN, G. J; <b>Introdução à pesquisa operacional (CD-ROM)</b> AMGH Editora 2010</p> <p>MIRSHAWKA, V. <b>Aplicação de pesquisa operacional</b>. v.1. São Paulo: Nobel, 1981.</p>

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Pesquisa Operacional</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Introdução a Pesquisa Operacional. Modelos Lineares e o método simplex. Análise de sensibilidade. Programação Inteira.</p>

<b>Bibliografia Básica</b>	<p>ANDRADE, E. L. <b>Introdução à Pesquisa Operacional</b>. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.</p> <p>ARENALES, M. M.; ARMENTANO, V. A.; MORABITO, R. <b>Pesquisa Operacional: Modelagem e Algoritmos</b>. Rio de Janeiro: Campus, 2006.</p> <p>ANDRADE, E.; FURST, P.; RODRIGUES, P. C. P. <b>Elementos de programação linear</b>. Rio de Janeiro: Universidade Rural, 1998.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>PASSOS, E. J. P. F. <b>Programação linear como instrumento da pesquisa operacional</b>. São Paulo; Atlas, 2008.</p> <p>KLEINROCK, L.; ANDRADE, E. L. <b>Introdução à pesquisa operacional</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científico, 2001.</p> <p>MUROLO, A. C. et al. <b>Pesquisa operacional</b>. São Paulo: Atlas, 1998.</p>

<b>Disciplina</b>	<b>Sociedade e Modernidade</b>
<b>Ementa</b>	<p>A sociedade no século XXI. Estratificação e desigualdades sociais. Capitalismo e globalização. Movimentos sociais e ONGs. Modernidade e desafios contemporâneos: desenvolvimento sustentável, trabalho, novas tecnologias, exclusão social e violência. Alternativas de mobilização na sociedade pós-industrial. A Lei 11.645/08 e a Educação das Relações Étnico-Raciais no sistema educacional referente à História da Cultura Afro brasileira e Indígena no Brasil.</p>
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>BARBOSA, Alexandre F. <b>O mundo globalizado: política, sociedade e economia</b>. São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.</p> <p>COSTA, Cristina. <b>Sociologia: introdução à ciência da sociedade</b>. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.</p> <p>VIEIRA, Liszt. <b>Cidadania e globalização</b>. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>BAUMAN, Zygmunt. <b>Modernidade líquida</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.</p> <p>COVRE, Maria de Lurdes Manzini. <b>O que é cidadania</b>. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>DOWBOR, L. (org.). <b>Desafios da globalização</b>. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>MARTINS, Carlos B. <b>O que é Sociologia?</b> 57ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.</p> <p>SARTORI, Giovanni. <b>Homo videns: televisão e pós-pensamento</b>. Bauru, SP: EDUSC, 2001.</p>

Disciplina	<b>Tecnologia de Processos Produtivos II</b>
<b>Ementa</b>	Introdução aos Processos de Fabricação. Processos de usinagens não convencionais: por Erosão. Processo de usinagem Convencional: por Corte e Abrasão. Processos de manufatura e sua aplicabilidade. Planejamento do Processo Produtivo.
<b>Bibliografia Básica</b>	HIBOUT, J.; ROGER, M. <b>Usinagem sem cavacos</b> : produção das peças mecânicas por mudança de forma. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1972. 79 p. (Tecnologia da Fabricação Mecânica; fascículo 10) FESSARESI, D. <b>Usinagem dos metais</b> , 4ª edição, Ed. Abm, São Paulo, 1972. ca 150 p. _____. <b>Fundamentos da usinagem dos metais</b> . São Paulo: Edgard Blucher, 1970. 751 p. ISBN 8521202571 (broch.
<b>Bibliografia Complementar</b>	BANZATO, J M. <b>Atualidades em gestão da manufatura</b> . Editora Imam, São Paulo, 1997. WITTE, H. <b>Máquinas ferramenta</b> : elementos básicos de máquinas e técnicas de construção: funções, princípios e técnicas de acionamento em máquinas-ferramenta. São Paulo: Hemus, 1998. LEVY NETO, F; PARDINI, L C. <b>Compósitos estruturais</b> . São Paulo: Edgard Blucher, 2001. DINIZ, A. E. <b>Tecnologia da usinagem dos materiais</b> . São Paulo: Érica, 2010. SANTOS, S. C.; Sales, W. F. <b>Aspectos tribológicos da usinagem dos materiais</b> . São Paulo: Artliber, 2007.

### 6º Semestre

Disciplina	<b>Gestão Ambiental</b>
<b>Ementa</b>	Gestão Ambiental: histórico e perspectivas. Educação Ambiental e cidadania ambiental. Noções de direito ambiental. Políticas Públicas Ambientais: Licenciamento Ambiental. Avaliação do Impacto Ambiental. Gestão Ambiental Empresarial: abordagens e modelos: a variável ambiental nos negócios, o meio ambiente na empresa. Sistema de Gestão Ambiental e as Certificações Ambientais. Série ISO 14000 e EMAS. A ISO 14001: Sistema de Gestão: conceitos e procedimentos. Avaliação. Planejamento. Atualização. Implantação. Auditoria. Gerenciamento de resíduos gerados. Estratégias de Gestão Ambiental e a Responsabilidade Social.

<b>Bibliografia Básica</b>	<p>BARBIERI, J. C. <b>Gestão Ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.</b> São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>KNIGHT, A.; HARRINGTON, H. J. <b>A implementação da ISO 14000: como atualizar o SGA com eficácia.</b> São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>SEIFFERT, M. E. B. <b>Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental.</b> São Paulo: Atlas, 2007.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>ASSUMPCAO, L. F. J. <b>Sistema de gestão ambiental.</b> Curitiba: Juruá, 2007.</p> <p>DIAS, R. <b>Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.</b> São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>TACHIZAWA, T. <b>Gestão Ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.</b> 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>VILELA JR, A.; DEMAJOROVIC, J. <b>Modelos e ferramentas de gestão ambiental.</b> São Paulo: Senac, 2006.</p> <p>PHILIPPI JUNIOR, A, <b>Gestão Ambiental,</b> São Paulo: Manole, 2006.</p>

<b>Disciplina</b>	<b>Logística Integrada</b>
<b>Ementa</b>	<p>Conceitos relacionados a cadeias de suprimentos. Planejamento e Controle da cadeia de Suprimentos. Definição e Taxonomia das Cadeias de Suprimentos. Configurações de redes logísticas, gestão de estoque: Estoques, Lote Econômico. Previsão de demanda. Estoques em local único. A informação como importante elemento de integração da cadeia, estratégias de distribuição, integração e alianças estratégicas, valor ao cliente e sistemas de apoio a decisão. Abordagem sistêmica de produção e logística, sincronização produção/logística. Planejamento, implantação e controle de fluxos de materiais dos fornecedores aos clientes, análise de fluxos de informação, benchmarking da cadeia de suprimentos e estratégias de marketing. Redes de Cooperação Produtivas.</p>
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>BALLOU, R. H. <b>Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial.</b> 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p> <p>BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. <b>Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento.</b> São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>CHRISTOPHER, M. <b>Logística e gerenciamento de cadeia de suprimentos.</b> São Paulo: Pioneira, 1997.</p>

<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>BALLOU, R. H. <b>Logística empresarial</b>: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>BONCERSOX, D. J. <b>Gestão Logística de cadeias de suprimentos</b>. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>CORREA, H. L.; GIANESI, I. G. N.; CAON, M. <b>Planejamento, programação e controle da produção</b>: MRPII/ERP Conceitos, uso e implantação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>GOLDRATT, E. M. <b>A meta</b>: administração de gargalos de produção. 2. ed. São Paulo: IMAM, 1986.</p> <p>SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. <b>Administração da produção</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p>
---	--

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Manutenção Industrial</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Os objetivos da manutenção. Manutenção corretiva e preventiva. Inventários. Definição de estoques. Programação da manutenção. Fichas de controle. Técnicas de inspeção. Análise de defeitos. Controle da manutenção. Custos da manutenção. TPM. Sistemas de informação na Manutenção.</p>
<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>MONCHY, F. <b>A função manutenção</b>: formação para a gerência da manutenção Industrial. São Paulo: Durban, 1989.</p> <p>SIQUEIRA, I. P. <b>Manutenção centrada na confiabilidade</b>: manual de Implementação. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.</p> <p>VIANA, H. R. G. <b>PCM</b>: Planejamento e controle da manutenção. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>CAMPOS, M. <b>Manutenção planejada</b>. Rio de Janeiro: 7 (Sete) Letras, 2003.</p> <p>QUARESMA, F. J. G. <b>Montagem industrial</b>. São Paulo: Q3, 2008.</p> <p>NEPOMUCENO, L. X. <b>Técnicas de manutenção preditiva</b>. São Paulo. Edgard Blucher, 2003.</p> <p>ALVES, J. L. L. <b>Instrumentação, Controle e Automação de Processos</b>. LTC - Livros Técnicos e Científicos, 2005.</p> <p>MIRSHAWKA, V. <b>Aplicação de pesquisa operacional</b>. v.1. São Paulo: Nobel, 1981.</p>

<p><b>Disciplina</b></p>	<p><b>Modelagem e Simulação de Sistemas Produtivos II</b></p>
<p><b>Ementa</b></p>	<p>Modelagem de sistemas terminais e não terminais. Conduzindo projetos de Simulação. Técnicas avançadas de modelagem e simulação; Integrando o software comercial a outros aplicativos. Principais sistemas.</p>

<b>Bibliografia Básica</b>	<p>CHWIF, L.; MEDINA, A. C. <b>Modelagem e simulação de eventos discretos: teoria e aplicações</b>. São Paulo: Editora dos autores, 2006.</p> <p>STEPHEN G. POWELL, S. G.; BAKER, K, R. <b>A arte da modelagem com planilhas</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p> <p>PRADO, S. H. <b>Teoria das filas e simulação</b>. Belo Horizonte: EDG, 1999.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>PRADO, S. H. <b>Usando o Arena em simulação</b>. Belo Horizonte: EDG, 1999.</p> <p>FREITAS FILHO, P. J. <b>Introdução à Modelagem e Simulação de Sistemas</b>. Florianópolis: Visual Books, 2008.</p> <p>TEIXEIRA, J. M. F.; BRITO, A. E. S. C. <b>Simulação por Computador</b>. Porto: Publindústria, 2004.</p> <p>GARCIA, C. <b>Modelagem e simulação de processos industriais e de sistemas dinâmicos</b>. João pessoa: Interciência, 2008.</p> <p>MIRSHAWKA, V. <b>Aplicação de pesquisa operacional</b>. v.1. São Paulo: Nobel, 1981.</p>

<b>Disciplina</b>	<b>Projeto do Produto</b>
<b>Ementa</b>	<p>O ciclo de vida do produto. A estrutura organizacional para projeto. Planejamento de projetos. Redes. Engenharia Simultânea. Engenharia Reversa. A técnica PERT/CPM: PERT/Tempo e PERT/Custo. Orçamento e controle de projetos. Ergonomia.</p>
<b>Bibliografia Básica</b>	<p>LEITE, H. A. R. <b>Gestão de Projeto do Produto</b>. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>LEITE, Heymann A. R. (Org.); MONTESINI, Anthony; Oliveira Junior, Arnaldo et al. <b>Gestão de projeto do produto: a excelência da indústria automotiva</b>. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. <b>Guia de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos PMBOK</b>. São Paulo: Project Management Institute, 2005.</p>
<b>Bibliografia Complementar</b>	<p>LIKER, J. K. <b>Sistema Toyota de Desenvolvimento de Produto</b>. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>PAHL, G.; BEITZ, W.; FELDHUSEN, J. <b>Projeto na Engenharia</b>. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.</p> <p>ABREU, R. C. L. <b>Análise de valor</b>. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.</p> <p>REID, D. R.; SANDERS, N. R. <b>Gestão de operações</b>. Rio de Janeiro: LTC, 2005.</p> <p>BISHOP, R. H.; DORF, R. C. <b>Sistemas de controle modernos</b>. 11ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.</p>

Disciplina	<b>Saúde e Segurança do Trabalho</b>
<b>Ementa</b>	Noções de Saúde Ocupacional. Agentes Causadores de Prejuízo à Saúde. Legislação sobre as Condições de Trabalho. Metodologia para Avaliação de Condições de Trabalho. Técnicas de Medição dos Agentes.
<b>Bibliografia Básica</b>	BENITE, A. G. <b>Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho</b> . São Paulo: O Nome da Rosa, 2005. SOARES, P.; JESUS, C. A.; STEFFEN, P. C. <b>Segurança e Higiene do Trabalho</b> . Canoas: Editora Ulbra, 2001. BARBOSA FILHO, A. N. <b>Segurança do Trabalho e Gestão Ambiental</b> . São Paulo: Atlas, 2008.
<b>Bibliografia Complementar</b>	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NB 18</b> . Rio de Janeiro, 1971. <b>MANUAIS DE LEGISLAÇÃO ATLAS: Segurança e Medicina do Trabalho</b> . 43. ed. São Paulo: Atlas, 1999. FUNDACENTRO. <b>Curso de Engenharia de Segurança do Trabalho – v.1</b> . São Paulo. CYBIS, W.; BETIOL, A. H.; FAUST, R. <b>Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações</b> . São Paulo: Novatec. 2007 CAMPOS, A. <b>Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações</b> . São Paulo: SENAC, 2009.

Disciplina	<b>Libras (Opcional)</b>
<b>Ementa</b>	Apresentação da história da surdez como um discurso produzido pelas representações culturais de sua época, entendendo a noção de historicidade, cultura e identidade como campo de lutas em torno da significação do social e inserção da pessoa com deficiência auditiva e/ou surdo na sociedade. Prática em diálogos e compreensão da conversação em LIBRAS. Aspectos teóricos e práticos da escrita do Surdo. Histórico da integração dos surdos, por meio de LIBRAS; Linhas Gerais do encaminhamento legal dos direitos dos indivíduos portadores de necessidades especiais. E componentes de formação geral e temas da realidade contemporânea.

<p><b>Bibliografia Básica</b></p>	<p>CARNEIRO, Marília Ignatius Nogueira; NOGUEIRA, Clélia Maria Ignatius; NO-GUEIRA, Beatriz Ignatius. <b>Língua brasileira de sinais</b>. Maringá: Unicesumar, 2010.</p> <p>GESSER, Audrei. <b>Libras? Que língua e essa?:</b> crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. <b>Educação de surdos:</b> a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p>
<p><b>Bibliografia Complementar</b></p>	<p>ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. <b>Leitura e Surdez:</b> um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.</p> <p>ALMIRAL, Carmen Brasil. <b>Sistemas de sinais e ajudas técnicas para a comunicação alternativa e a escrita:</b> princípios teóricos e aplicações. São Paulo: Santos, 2003.</p> <p>MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. <b>Inclusão:</b> compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>MAZZOTTA, Marcos J.S. <b>Educação especial no Brasil:</b> História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>SILVA, Daniela Nunes Henrique. <b>Como brincam as crianças surdas.</b> São Paulo: Plexus, 2002.</p>

## 2.10 Metodologia

---

A atividade docente estimula os alunos por meio de atividades dinâmicas em sala de aula, sempre com o cuidado de relacioná-las ao cotidiano do fazer pedagógico, corroborando todas as habilidades, competências e capacidades pretendidas no perfil do egresso do Curso, com o objetivo de desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos.

Partindo-se do princípio de que o aluno e o professor devem se constituir em elementos ativos no processo de ensino-aprendizagem, todo o corpo docente do curso é orientado a desenvolver a sua prática didática:

- a) dando ênfase prioritária aos aspectos básicos de cada disciplina, devendo privilegiar as habilidades reflexivas bem como as práticas;
- b) explicitando sistematicamente a inserção da disciplina no âmbito do curso;

- c) incluindo exemplos e aplicações práticas voltadas para o ensino em geral;
- d) incentivando o desenvolvimento de posturas críticas e criativas, evitando métodos repetitivos e que induzam à simples memorização;
- e) incentivando a leitura prévia do material didático a ser utilizado em cada aula;
- f) incentivando a pesquisa de outras fontes de consulta, além das indicadas pelo professor;
- g) incentivo à interdisciplinaridade;
- h) incluindo a avaliação da redação e da organização dos trabalhos, qualquer que seja a disciplina;
- i) intensificando a prática de debates, seminários e trabalhos em grupo;
- j) intensificando a proposição de desafios e o incentivo ao aprendizado baseado em casos;
- k) incentivando visitas técnicas, projetos experimentais a campo e em laboratório, programas de extensão e estágios supervisionados;
- l) destacando, no âmbito de todas as disciplinas, aspectos relacionados: à pesquisa científica, à extensão, ao meio ambiente, às questões sociais, aos valores humanos e éticos.
- m) aliando o ensino teórico com atividades prática realizadas de forma contínua, obrigatória e orientada.

Estes procedimentos contribuem com a formação do profissional apto a trabalhar pelo desenvolvimento do setor, respeitando a comunidade e o ambiente natural, social, cultural e profissional de maneira sustentável e responsável.

A metodologia de ensino está estruturada a partir de uma visão integrada que leva em consideração a interdisciplinaridade, a pesquisa e extensão. Com base numa visão ampla e integrada da região, o aprofundamento dos conhecimentos vem com o avanço e evolução do aluno dentro da matriz curricular quando se iniciam os conteúdos específicos, as práticas e estágio.

A segmentação dos conteúdos disciplinares e as ações que possibilitam uma abordagem sistêmica configuram atividades que contemplam a interdisciplinaridade. As disciplinas incluem ainda novos procedimentos que garantem a articulação da vida acadêmica com a realidade social e os avanços tecnológicos, incluindo multimídia, teleconferências, Internet e projetos desenvolvidos com parceiros geograficamente dispersos.

O compromisso construtivo está sempre presente em todas as atividades curriculares, devendo a pesquisa prática ser regular na estratégia de ensino das disciplinas, de modo a desenvolver no aluno a cultura investigativa que lhe permita avançar frente aos desafios e inovações exigidos pelo mercado de trabalho.

Nesse contexto, várias ações são projetadas no sentido de superar as supostas fronteiras entre as diversas áreas do conhecimento ou mesmo dentro de uma mesma área, por meio da organização da estrutura curricular em disciplinas.

### **2.10.1 Projeto Integrador**

---

A disciplina de Projeto Integrador será ofertada com a proposta de Investigação e análise crítica de experiências pedagógicas em diferentes instituições educativas, contextualizadas segundo aspectos históricos, políticos e culturais. Observação de situações educativas no espaço escolar e problematização a partir da realidade investigada. A partir da entrada no campo de pesquisa – instituição educacional – reconstruir o problema da investigação, redefinir objetivos, recriar a proposta metodológica e o cronograma, concretizando a relação dialógica no desenvolvimento de pesquisa com ênfase na abordagem qualitativa. O desenvolvimento da observação crítica e a realização da pesquisa engajada com a realidade educacional das escolas e/ou outras instituições – lócus da investigação – devem propiciar aprendizagens de participação social e de reafirmação constante do compromisso político-pedagógico com a educação numa perspectiva emancipadora.

Objetivo geral do Projeto Integrador: Proporcionar ao aluno a investigação e análise do contexto educacional em diferentes instituições educativas, promovendo a articulação entre teoria e prática e a busca de soluções para situações problema características do

cotidiano escolar, de forma contextualizada, crítica e atualizada, formando professores-pesquisadores, que (re)pensem seu trabalho e estimulem o desenvolvimento do pensamento científico.

O Projeto Integrador contempla a integração dos conhecimentos teóricos com a prática profissional, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a formação do perfil do profissional do curso de Produção Audiovisual. O projeto integrador reforça esta prática pedagógica, com os seguintes objetivos:

- I. Ambientação com o mercado de trabalho;
- II. Legitimação dos conceitos face às práticas organizacionais;
- III. Oportunizar reflexão sobre as competências em desenvolvimento;
- IV. Desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações;
- V. Despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional;
- VI. Promover integração e cooperação tecnológica entre a IES e o mercado de trabalho;
- VII. Incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais;
- VIII. Identificar oportunidades de negócios e novas alternativas para a gestão empresarial;
- IX. Interação com os conhecimentos acadêmicos e a aplicação no trabalho.

### **2.11 Estágio Curricular Supervisionado**

---

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** não foi adotado como critério para diplomação do aluno, por isso este item não se aplica ao referido curso.

### **2.12 Atividades Complementares**

---

São consideradas atividades acadêmicas complementares todas e quaisquer atividades não previstas no rol das disciplinas obrigatórias e optativas dos currículos dos cursos de graduação consideradas necessárias à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional dos graduandos.

As Atividades Acadêmicas Complementares do Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** têm por objetivo aprimorar a formação integral dos discentes. Temos nas Diretrizes Curriculares Nacionais: “Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais e opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com o Estágio Curricular Supervisionado”.

As atividades Acadêmicas Complementares são definidas como componentes curriculares obrigatórios, cuja somatória compõe a carga horária total do currículo de um curso. Possibilitam o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos, competências e saberes que fazem parte do processo de formação do acadêmico, devendo ser desenvolvidas por esse de forma autônoma.

A Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes da Educação Nacional e em seu artigo 3º ressalta a “valorização da experiência extraescolar”, como um dos princípios do ensino.

Segundo o Ministério da Educação: “as atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional que ocorrerá durante o semestre ou ano letivo”. São exemplos de atividades complementares: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; atividades de iniciação científica, assim como de monitoria e outros.

A integralização das Atividades Complementares previstas no Projeto Pedagógico do Curso é condição obrigatória para a Formatura, Colação de Grau e expedição de Diploma. Cabe ao discente protocolizar a documentação comprobatória de suas Atividades Acadêmicas Complementares, mediante apresentação de vias originais e cópias para devida autenticação.

Assim, visando propiciar aos discentes matriculados nos cursos de graduação uma maior compreensão sobre a integração e a interdisciplinaridade dos conteúdos, a Faculdade possibilitará por meio das atividades complementares a vivência de situações que permitirão ao acadêmico relacionar os conhecimentos teóricos com a sua futura prática profissional, além de propiciar experiências para a sua formação humanística e interdisciplinar.

### 2.5.1. Regulamentação das Atividades Complementares

Este regulamento disciplina as atividades complementares no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

O regulamento das atividades complementares define os procedimentos que devem ser seguidos pelos acadêmicos, servindo como orientação e definindo os direitos e as obrigações dos envolvidos.

#### CAPÍTULO I

##### Caracterização das atividades Complementares

Art. 1º As atividades complementares que integram obrigatoriamente o, estão divididas em 03 categorias:

I – atividades de ensino;

II – atividades de pesquisa; e

III – atividades de extensão.

Art. 2º As atividades de ensino, compreendem:

I – disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES;

II – atividades de monitoria;

III – participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando;

IV – cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira; e

V – aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos.

Art. 3º As atividades de pesquisa, compreendem:

I – livro publicado;

II – capítulo de livro;

III – projetos de iniciação científica;

IV – projetos de pesquisas institucionais;

V – artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso);

VI – resumo em anais;

VII – participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES;

VIII - artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição;

IX – relatórios de pesquisa; e

X – apresentação de trabalhos científicos.

Art. 4º As atividades de extensão, compreendem:

I – seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares;

II – estágio extracurriculares;

III – gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);

IV – autoria e execução de projetos relacionados ao curso;

V – visitas técnicas;

VI – organização de eventos minicursos, oficinas

VII – atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)

VIII – atividades no âmbito cultural;

IX – atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes);

X – participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC).

## CAPÍTULO II

### Da Validação das Atividades Complementares

Art. 5º Os documentos comprobatórios das atividades complementares deverão ser encaminhados à Secretaria Acadêmica.

Art 6º O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante o Protocolo Geral e encaminhado para parecer da coordenação dos cursos.

Art 7º - O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de 03 (dias) após a publicação, apresentar pedido de revisão do mesmo ao coordenador de curso, protocolando o pedido.

Art 8º - Somente terão validade para fins de deferimento, as atividades complementares realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos.

Art 9º - Todas as atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento oficial, fornecido pelo organizador do evento ou atividade, devidamente assinados com a identificação do responsável que o assinou, informação da carga horária, especificando o período do evento e datados.

Art. 10º - O aluno não poderá cumprir a carga horária estipulada por cada curso com uma única atividade de graduação.

Art. 11º – Os limites de carga horária estão previstos no anexo único deste regulamento.

<b>Categorias</b>	<b>Atividades</b>	<b>Máximo de carga horária atribuíveis</b>	<b>Procedimentos para validação</b>
<b>Ensino</b>	Disciplinas complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES	<b>60</b>	Histórico escolar
	Atividades de monitoria	<b>35</b>	Relatório final de monitoria, encaminhado pelo departamento responsável

<b>Categorias</b>	<b>Atividades</b>	<b>Máximo de carga horária atribuíveis</b>	<b>Procedimentos para validação</b>
	Participação em minicursos que versem sobre a matéria de interesse na formação do graduando	<b>30</b>	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira	<b>40</b>	Certificados emitidos pelas unidades de ensino
	Aprendizagem à distância com afinidade e aderência aos cursos	<b>45</b>	Certificados / histórico emitidos pelos organizadores.
<b>Pesquisa</b>	Livro publicado	<b>40</b>	Cópia da capa e ficha catalográfica
	Capítulo de livro	<b>35</b>	Cópia da capa e ficha catalográfica e cópia do capítulo
	Projetos de iniciação científica	<b>45</b>	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Projetos de pesquisas institucionais;	<b>40</b>	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável
	Artigo publicado como autor ou coautor (periódico com conselho editorial relacionado à área do curso)	<b>25</b>	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Resumo em anais	<b>20</b>	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
	Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES	<b>20</b>	Relatórios emitidos e assinados pelo líder do grupo de pesquisa registrado no lattes
	Artigo publicado como autor ou coautor, na revista científica da instituição	<b>25</b>	Cópia do artigo e documentação de aprovação pelo conselho editorial
	Relatórios de pesquisa	<b>15</b>	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pela diretoria responsável

<b>Categorias</b>	<b>Atividades</b>	<b>Máximo de carga horária atribuíveis</b>	<b>Procedimentos para validação</b>
	Apresentação de trabalhos científicos	<b>25</b>	Cópia do resumo e documentação de aprovação pelo comitê de avaliadores
<b>Extensão</b>	Seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, ações comunitárias institucionais e similares	<b>35</b>	Cópia dos certificados, expedidos pelos responsáveis do evento
	Estágio extracurriculares	<b>60</b>	Declaração das entidades responsáveis pelo estágio e diretoria responsável
	Gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE e CA) e/ou representação discente junto a órgãos colegiados da IES (colegiados de cursos);	<b>10</b>	Declaração emitida pela representação estudantil devidamente assinados e reconhecidos pelo órgão colegiado
	Autoria e execução de projetos relacionados ao curso;	<b>25</b>	Relatórios, termo de outorga ou certificados emitidos pelo diretoria responsável
	Visitas técnicas	<b>15</b>	Listagem emitida pelo professor responsável pela visita, devidamente autorizado pelo coordenador.
	Organização de eventos mini-cursos, oficinas	<b>25</b>	Certificados emitidos pelos organizadores do evento
	Atuação social beneficente (doação de sangue, assistencialismo)	<b>5 (doação de sangue) 20 (assistencialismo)</b>	Declaração de doador Declaração da entidade
	Atividades no âmbito cultural;	<b>10</b>	Declaração da entidade responsável
	Atividades no âmbito esportivo (atletas representando a instituição em JUB, e/ou Jogos Abertos devidamente registrados nas federações competentes)	<b>10</b>	Declaração da entidade responsável

Categorias	Atividades	Máximo de carga horária atribuíveis	Procedimentos para validação
	Participação em sessões de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC),	15	Mediante declaração assinados por pelos menos, um membro da banca e coordenador de estágio

### 2.13 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

---

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC para o Curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** não foi adotado como critério para diplomação do aluno, por isso não se aplica ao curso.

### 2.14 Apoio Discente

---

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** tem como uma de suas principais preocupações o seu discente. Permitir que o discente tenha acesso à formação superior e mantê-lo na faculdade não é somente a preocupação do discente e de sua família, mas também da IES em que está matriculado. Para tanto, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** promove uma série de ações visando à possibilidade de o discente efetivar a matrícula e viabilizar sua permanência na Universidade. Para tanto, realiza adesão a todos os programas governamentais de inclusão e acesso ao ensino superior, por meio de concessão de bolsas de estudo para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil (Prouni e Fies).

A participação de entes públicos e empresas do setor privado, em parceria com a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, permitem que os discentes tenham melhores condições de estudo e desta forma tenham como principal preocupação o desempenho escolar e o aproveitamento acadêmico.

Citam-se abaixo algumas das ações que se tornam metas a serem alcançadas:

- I. Participar de todos os projetos de bolsas públicas, em nível federal, estadual e municipal, tais como Prouni e Fies.
- II. Incentivar e interceder junto a instituições públicas que destinem verbas em forma de bolsa para discentes mais carentes, quando não existir ou for incipiente este tipo de ação no nível analisado. Por exemplo, buscar parceria com prefeituras, governo de Estado, autarquias, órgãos de fomento educacional, entre outros.
- III. Formar parcerias com associações, cooperativas, grandes empresas, instituições religiosas, prefeituras municipais, em relação a bolsas parciais, com obrigatoriedade de o discente prestar serviços à comunidade, permitindo acesso a um maior número de discentes ao curso superior.
- IV. Promover cursos de nivelamento para que se reduza o impacto causado ao discente egresso do ensino médio, tão diversificado que é hoje em nosso País.
- V. Oferecer bolsas trabalho e bolsas monitoria dentro das necessidades da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e nas condições orçamentárias da MANTENEDORA.
- VI. Oferecer serviços de alimentação em cantinas a preços populares, e manter um controle de qualidade sobre estes produtos, mesmo em caso de terceirização deste serviço.
- VII. Procurar manter uma pequena livraria e papelaria para reduzir os custos do material para seus discentes, bem como serviço de reprografia com preços menores que o exercido no mercado local.
- VIII. Parceria com as escolas – pública e privadas de ensino médio, permitindo bolsas em processos seletivos mais baratos para os discentes oriundos destas instituições, bem como prestar serviços as escolas públicas no âmbito de prestação de serviços de qualificação de seus docentes e premiação em material escolar para as escolas com discentes que optaram pela **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

- IX. Fazer convênios com grandes editoras que viabilize o acesso dos discentes a livros virtuais, bem mais baratos que livros reais.
- X. Incentivar a aquisição de livros por parte dos discentes através de programa de fidelidade e pontuação. Discentes mais frequentes, com boas notas, sem atrasos em seus compromissos com a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** (em relação a documentação, biblioteca, financeiro) podem trocar seus pontos por descontos, livros, vales transportes, ingresso para eventos acadêmicos, entre outros brindes úteis.
- XI. Estabelecer em acordo com a mantenedora programa de incentivo a pontualidade financeira, com descontos para os discentes.

### 2.8.1. Ouvidoria

A Ouvidoria da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, representada por um ouvidor, é o órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

- I - Assessorar a Direção Geral da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípuo de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;
- II - orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;
- III - identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes; e
- IV - permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

## 2.8.2. Apoio Pedagógico e Financeiro

### 2.8.2.1. APOIO PEDAGÓGICO - NAP

No apoio pedagógico a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** constituiu em sua estrutura a implantação do NAP, que tem como objetivos:

- I. Assessorar a instituição educacional para que esta desenvolva a articulação dos processos de ensino e aprendizagem;
- II. Oferecer ao corpo docente apoio didático pedagógico permanente e condições de formação continuada em serviço;
- III. Viabilizar aos discentes mecanismos de melhoria do processo de aprendizagem.

### 2.8.2.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA – MONITORIA – NIVELAMENTO - ATENDIMENTO PSICO-PEDAGÓGICO

Um dos programas para inserção do estudante no mundo acadêmico é a monitoria. A monitoria constitui-se num processo de nivelamento para os estudantes, uma vez que, havendo necessidade, poderá utilizar esse espaço para atividades de cunho teórico ou prático, na qual um acadêmico-monitor, sob orientação de o docente titular da disciplina, auxilia o estudante na execução de trabalhos, elaboração de relatórios, exercícios, repetição de experimentos etc.

Outra ação da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** é o Curso de Nivelamento, que será ofertado no início do ano letivo, para os discentes ingressantes, que tem o objetivo de corrigir as deficiências dos conteúdos recebidos no Ensino Médio.

O Curso será ministrado nas instalações da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, em horário especial e terá uma carga horária mínima de 20 horas e máxima de 30 horas, conforme a necessidade.

Outra ação é o atendimento psicopedagógico da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** será realizado por profissional qualificado que identifica através de testes e entrevistas os problemas apresentados. Quando o baixo rendimento acadêmico está

associado a problemas de comportamento, há risco de desajustamento psicossocial. O objetivo da análise é de verificar os efeitos de uma intervenção baseada em princípios da aprendizagem mediada, sobre o desempenho acadêmico e problemas de comportamento, em acadêmicos que apresentam ambas as dificuldades.

### **2.8.2.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)**

Os discentes dispõem de espaços internos de participação e convivência, os quais oferecem locais para lazer, alimentação e convivência.

Uma das ações estratégicas foi a criação de um Centro de Convivência no campus, oportunizando aos estudantes maior relacionamento e troca de experiências entre as diferentes áreas do conhecimento.

### **2.8.2.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS**

Uma série de medidas manterá nossos egressos em contato com a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, permitindo que continuamente melhorem em suas habilidades e competências quanto à capacidade técnica, de conhecimento e de comportamento ético social. Para isto a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** implantará o Projeto Egresso que entre outras ações, visa a:

- I. Oferecer uma identificação, que permitirá ao egresso o uso de biblioteca e do webmail, assim como desconto em cursos de extensão e pós-graduação.
- II. Manter um contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** ter um “feedback” de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso.
- III. Promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidade, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos.

- IV. Permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** como colaborador da comunidade.
- V. Promover, em conjunto com a mantenedora, que o egresso tenha acesso a todos os convênios que a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** venha a firmar, tanto no aspecto acadêmico como financeiro.

#### **2.8.2.5. APOIO FINANCEIRO**

No apoio financeiro a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** desenvolve um acompanhamento das atividades de orientação aos acadêmicos e na execução de programas de auxílio financeiro.

- **DESCONTO FAMILIAR**– desconto para os discentes que apresentarem a Certidão de Nascimento e comprovarem o vínculo sanguíneo. Também concedido para casais que comprovarem a relação estável;
- **PROUNI** - a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** fará adesão ao Programa Universidade Para Todos (Prouni), do Ministério da Educação (MEC);
- **FIES** – Financiamento estudantil disponibilizado aos discentes, seguindo as normas da Legislação específica e as diretrizes do Governo Federal;
- **BOLSAS INTEGRAIS / PARCIAIS (100%, 75%, 50%, 25%)** – concessão de bolsas a futuros discentes provenientes da rede pública de ensino médio, de acordo com a classificação no vestibular onde são ofertadas as vagas;
- **DESCONTOS PARA FUNCIONÁRIOS DE EMPRESAS CONVENIADAS** – concessão de desconto de valor correspondente a uma mensalidade, de acordo com o plano de pagamento optado pelo discente;
- **DESCONTO PONTUALIDADE** – concessão de desconto nas mensalidades para os discentes que efetuam os pagamentos da mensalidade até a data de vencimento.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, comprometida em oferecer condições que atendam a diferentes perfis socioeconômicos, tem opções próprias de financiamentos, que contribuem para um melhor planejamento financeiro de seus acadêmicos.

## **2.15 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação do Curso**

---

A autoavaliação do curso será realizada pelo Núcleo Docente Estruturante e pelo Conselho do Curso, utilizando-se dos relatórios da CPA, dos resultados e relatórios do ENADE e da análise das notas alcançadas pelos discentes nas disciplinas do curso.

A primeira ação do Coordenador será a de analisar profundamente o relatório de avaliação que os discentes fazem da Coordenação e de cada um dos docentes que ministram disciplinas para o curso. Isto inclui analisar até as classificações individuais. Essa ação levará a uma reflexão a ser discutida pelo NDE numa fase preparatória de síntese de itens e fatores que melhoram e que pioram os desempenhos de cada docente. O exagero para mais ou para menos, na maioria das vezes, prevê uma tendência, e será relegado a outras etapas de avaliação, já que, em geral, não é construtivo.

A próxima etapa é levar as conclusões da Coordenação para análise do NDE, que tomará conhecimento dos desempenhos didático e pedagógico dos docentes do curso, com vistas centradas nos itens que influenciam a integração disciplinar, nos itens que influenciam na consolidação do perfil do egresso, nos itens de cumprimento dos planos de ensino, nos itens relacionados ao desenvolvimento de linhas de pesquisa, à iniciação científica e à extensão. Ou seja, nos itens que dizem respeito à relação do curso com as exigências do mercado de trabalho e que estejam consoantes às políticas públicas da área de formação.

Essas análises serão feitas em reuniões que acontecem no mínimo duas vezes por semestre, tanto dos NDE como do Conselho de Curso. Para isso são contadas horas de trabalho na carga docente remunerada. Feitas as análises, elencam-se as ações que serão levadas a efeito: Quem? Quando? Quanto? Estas indagações devem ser respondidas colegiadamente.

No decorrer do ano letivo o sistema acadêmico fornecerá relatórios do andamento pedagógico de cada discente do curso: notas, faltas, atividades complementares. Estes relatórios serão emitidos pela Coordenação e de posse deles o Coordenador deverá entrar em contato individualmente com cada discente que demonstra enfrentar dificuldades, sem motivos aparentes ou conhecidos.

As reuniões do NDE, Conselho de Curso, e Turmas, serão realizadas independentemente da CPA.

## **2.16 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem**

---

É importante ressaltar que tanto no âmbito educativo como no organizacional as TICs estão assumindo um papel cada vez mais influente e imprescindível, sendo notória uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização. Se encararmos os diversos componentes das IES numa perspectiva sistêmica, se houver um conhecimento integrador das realidades e necessidades e a esta visão aplicarmos os recursos tecnológicos adequados, poderemos dar um salto qualitativo na produtividade e eficiência do uso educativo das TICs, o que levará a refletir nos resultados educativos da instituição cujo beneficiário principal é o discente.

Pretende-se, com esta ação de formação, promover o desenvolvimento curricular, a integração inter e transdisciplinar das TICs, a elaboração de objetos de aprendizagem e a sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem, de forma a fomentar o desenvolvimento da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Pretende-se ainda promover a reflexão sobre metodologias de aplicação das TICs no processo de ensino e aprendizagem, incentivar a produção e o uso, pelos docentes, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização online, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As ferramentas de comunicação e interação não presenciais proporcionados pelas TICs podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem, de que são exemplo o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

A implementação de novos modelos curriculares com maior ênfase em competências transversais e na realização de tarefas de uma forma autônoma por parte do discente e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares, justifica a formação de docentes de forma a dar resposta a estes paradigmas, incluindo as TICs como ferramentas geradoras de novas situações de aprendizagem e metodologias de trabalho.

Esta ação será desenvolvida com os docentes da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, com a finalidade de dar resposta às necessidades de formação de habilidades e competências aos docentes quanto ao uso das TICs nas suas atividades de ensino e aprendizagem. O que se espera é: produzir mudanças de práticas, procedimentos pedagógicos, assim como o uso de objetos de aprendizagem já disponíveis na internet visando à:

- ✓ utilização de metodologias ativas e participativas, com recurso às TICs, no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ utilização crítica das TICs como ferramentas transversais ao currículo;
- ✓ partilha de experiências/recursos/saberes no seio da comunidade educativa;
- ✓ valorização de uma prática avaliativa indutora de melhoria da qualidade dos processos educativos;
- ✓ estímulo a estratégias pedagógicas promotoras de metodologias inovadoras;
- ✓ adoção de práticas que levem ao envolvimento dos discentes em trabalhos académicos com TICs;
- ✓ produção, utilização e avaliação de objetos de aprendizagem que possam potencializar a construção do conhecimento;
- ✓ mudança de práticas, com a integração de ferramentas de comunicação e interação do *Moodle* e da Internet no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ prolongamento dos momentos de aprendizagem no tempo e no espaço, fomentando a disponibilização *online* pelo *Moodle* de recursos educativos;
- ✓ desenvolvimento de projetos/atividades que potencializem a utilização das TICs em contextos interdisciplinares e transdisciplinares;
- ✓ promoção de reflexão decorrente da prática letiva.

## **2.17 Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem**

---

A avaliação dos discentes está regulamentada no Regimento Geral da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e tem por objetivo orientar alunos e professores na condução e no desenvolvimento da aprendizagem e o (re)pensar das atividades propostas em sala de aula ou fora dela, considerando os objetivos do curso e do perfil desejado do aluno. Ela objetiva a integração entre alunos e professores para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação de ensino-aprendizagem do ponto de vista qualitativo e quantitativo dos conteúdos curriculares em paralelo às avaliações de habilidades de aprendizagens, interesses, atitudes, hábitos de estudos, bem como ajustamento pessoal e social.

A avaliação do aproveitamento escolar acontece periodicamente na forma dos dispositivos conhecidos:

- I. Provas Bimestrais.
- II. Avaliação de Trabalhos.
- III. Avaliação de Exercícios e Testes.
- IV. Avaliação de Projetos.
- V. Outras avaliações.

O aproveitamento acadêmico avalia-se em regime semestral ou anual, de acordo com o PPC de cada curso, mensurando-se em notas de zero a dez. Será considerado aprovado na unidade de estudo o aluno que obtiver índice de frequência de 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das aulas dadas no período letivo e média final maior ou igual a 6,0 (seis).

O aluno que não obtiver a média final suficiente (maior ou igual a 6,0), ou ainda o aluno que tiver faltado à aplicação de qualquer uma das avaliações que compõe a média, pode solicitar a realização de uma prova substitutiva, que irá compor a média final do aluno. As provas substitutivas são oferecidas semestralmente, e sempre irá substituir uma nota bimestral do bimestre em que é aplicada.

Serão considerados como instrumentos de avaliação para composição da média final trabalhos de pesquisa individuais ou em grupos, exercícios, arguições, trabalhos práticos,

seminários, provas escritas e orais, autoavaliações, participação em atividades pedagógicas, portfólios ou quaisquer outros instrumentos previstos nos respectivos planos de ensino das unidades de estudo.

## **2.18 Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC**

---

O Corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, congregando todos os alunos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, regido por regimento próprio, por ele elaborado e aprovado de acordo com a legislação vigente.

O corpo discente tem representação, com direito à voz e voto, na forma deste Regimento, nos órgãos colegiados da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

## **3. DIMENSÃO 2 – Corpo Docente**

---

### **3.1 Composição e Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE**

---

Em conformidade com a Resolução nº 1 de 17/6/2010, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** terá na estrutura de seus cursos o NDE – Núcleo Docente Estruturante, constituindo-se o segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, em conformidade com o disposto nos documentos de orientação do Ministério da Educação e considerando a relevância da consolidação de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação e com regime de tempo diferenciado, para responderem pela criação, implantação e consolidação do PPC, define regras para o Núcleo Docente Estruturante - NDE, ressaltando a responsabilidade atribuída aos docentes participantes, dentre outras funções, de:

- I. Elaborar o PPC definindo sua concepção e fundamentos.
- II. Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso em conformidade com as diretrizes curriculares aprovadas pelo Ministério da Educação.

- III. Atualizar periodicamente o PPC.
- IV. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário.
- V. Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado.
- VI. Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- VII. Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico.
- VIII. Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado de Curso a instalação ou substituição de docentes, quando necessário.

Os docentes que comporão NDE devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu e/ou lato sensu* e serão contratados em regime de tempo integral. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado.

Docente	CPF	Titulação	Regime de Trabalho
Agnes Thiane Pereira Machado	066.837.919-70	Doutora	Integral
Fábio Augusto Gentilin	005.816.619-07	Mestre	Integral
Ivan Mathias	051.553.469-24	Mestre	Integral
Melânia Canhelutti	584.236.219-87	Mestre	Integral
Ricardo Azenha Loureiro Albuquerque	178.578.88-42	Mestre	Integral

## **3.2 Coordenador do Curso**

---

### **3.2.1. Atuação do Coordenador**

O Coordenador participa efetivamente nos órgãos colegiados superiores CONSEPE e com representação no CONSUP. É o presidente do CONSELHO DE CURSO e do NDE, cujas competências são descritas no Regimento da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

A atuação do coordenador visará a cumprir as suas atribuições mediante a articulação permanente com os demais coordenadores, nas reuniões do CONSEPE no qual tem assento nato, e mediante reuniões individuais, em especial com os coordenadores de cursos que apresentam disciplinas comuns.

### **3.2.2. Experiência de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador**

O coordenador do curso Superior de Tecnologia em **Gestão da Produção Industrial** é o docente **Ricardo Azenha Loureiro Albuquerque**, Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Maringá, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Graduado em Dinâmica dos Grupos pela SBDG - Sociedade Brasileira da Dinâmica dos grupos. Foi avaliador do Ministério da Educação no período de 2002 a 2006, professor do departamento de administração da Universidade Estadual de Maringá, nos anos de 2006 e 2007. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Negócios, atuando principalmente nos seguintes temas: Empreendedorismo, Diagnóstico Organizacional, Planejamento Estratégico, Desenvolvimento de pessoas. Atualmente Assessor da coordenação dos cursos de Administração e Gestão e professor do Departamento de Administração do Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR dos cursos presenciais e a distância (EAD).

### 3.2.3. Regime de Trabalho e Carga Horária de Coordenação de Curso

O Regime de Trabalho do Coordenador é o de Tempo Integral e caberá uma carga **horária semanal de trinta e duas horas** para as atividades da coordenação e atendimento a docentes e discentes. O Coordenador será membro efetivo, com direito a voz e voto, tanto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, como do Conselho Superior – CONSUP. O Coordenador é presidente nato do Conselho de Curso e do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

## **3.3 Corpo Docente**

---

### 3.3.1. Constituição do Corpo Docente

O Corpo Docente será constituído por professores que exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Todo o corpo docente buscará a cada dia sua capacitação e atualização. O corpo docente integra a comunidade acadêmica como um todo, devendo, no desempenho de suas funções, levar em conta o processo global de educação segundo as políticas e os objetivos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

Todos os docentes indicados para a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** possuem Pós-Graduação Lato Sensu e Stricto Sensu. A formação destes professores é adequada às necessidades propostas para o perfil do egresso de cada curso em andamento.

Com relação à formação e experiência pedagógica ressalta-se que a capacitação pedagógica do corpo docente, em sua maioria, acontecerá por meio dos programas de pós-graduação. Além disso, a instituição contará com o NAP - Núcleo de Apoio Pedagógico, que tem a função de estimular a totalidade da instituição na busca da qualidade do ensino. Suas ações se concentrarão no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, nos procedimentos acadêmicos de cada Curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio a ser oferecido pelo NAP aos Coordenadores dos Cursos estará associado ao apoio aos docentes de cada Curso, não só através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, bem como através de Seminários,

Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área de ensino-aprendizagem.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** busca oferecer, aos seus professores, todas as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos colimados pelos seus dirigentes. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial humano, de modo que se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado.

Para tanto, há que se levar em conta:

- I. a compreensão da filosofia institucional, bem como o entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
- II. as qualidades intrínsecas dos dirigentes, como dinamizadores da prática de reconhecimento do desempenho dos seus funcionários;
- III. o desenvolvimento de atitudes e habilidades de cooperação mútua, a transparência organizacional e o fortalecimento do espírito de equipe;
- IV. a ampliação dos canais de comunicação;
- V. a flexibilização funcional.

Concebido para constituir-se em ação institucionalizada, o Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente será parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

No entanto, buscar-se-á, em toda ocasião, contar com parcerias externas e fontes de recursos alternativas para viabilizar os empreendimentos pretendidos, seja mediante convênios com outras Instituições de Ensino Superior, seja com empresas, especialmente com agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação e de organismos não-governamentais, do terceiro setor, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política de recursos humanos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, como demonstrado a seguir, privilegia a titulação docente e o regime de trabalho.

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** conta com três categorias de titulação, a saber:

1) **Título de Doutor** - Segundo nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, aqueles obtidos em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou os títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.

2) **Título de Mestre** - Primeiro nível da pós-graduação stricto sensu. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional obtidos em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.

3) **Título de Especialista** - Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 01/2007).

A carreira docente da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** conta com quatro categorias de regime de trabalho, a saber:

1) **Tempo Integral** - O regime de trabalho em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Portaria Normativa N° 40).

Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. (Fonte: Formulário Eletrônico de Avaliação- MEC)

2) **Tempo Parcial** – docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

3) **Tempo Horista** – docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho definidos. (Fonte: Portaria Normativa nº 40).

### 3.3.2. INDICADORES DOCENTE - Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional na Área e de Docência no Ensino Básico e Superior

FACULDADE CESUMAR de Ponta Grossa - Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial																							
DOCENTE	CPF	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	Prod. Bibliográfica					Prod. Técnica				Orientações Concluídas		Experiência em Anos			Titulação Graduação	Maior Titulação Pós-Graduação	Disciplina	Carga Horária	Semestre	
				ARTIGOS	TRABALHOS	RESUMOS	LIVROS	CAPÍTULOS DE LIVROS	OUTROS	APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	PROGRAMAS	PRODUTOS	TRABALHOS TÉCNICOS	OUTRAS	MESTRADO	DOCTORADO	Experiência Docente Superior						Experiência Docente Ed. Básica
Adileia Ribeiro Santos	258.392.698-59	Mestre	Integral	2				1	9							14		1	Ciências Econômicas - UEPG - 2000	Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - UEPG - 2004	Contabilidade	2º	60

Agnes Thiane Pereira Machado	066.837.919-70	Mestre	Integral	1	1	6				1	5				3			1			Química - UEPG - 2010	Mestrado em Química Aplicada - UEPG - 2013	Química Geral	1º	60
Arquimedes Luciano	029.050.999-84	Doutor	Integral		1						2							7		2	Física - UEM - 2001	Doutorado em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática - UEM - 2017	Física I	1º	60
Camila Weiber de Lima	040.808.249-63	Especialista	Integral															3		4	Engenharia Civil - UEPG - 2007	Especialização em Construção de Obras Públicas - UFPR - 2010	Desenho Técnico Aplicado	2º	40
Cristiane Gonçalves de Aguiar	039.882.559-98	Especialista	Integral	1							2							5		1	Licenciatura em Letras - Cesumar - 2005	Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações - Cesumar - 2016	Teoria das Organizações	2º	40

Fábio Augusto Gentilin	005.816.619-07	Mestre	Integral	2								1			3	8	Engenharia de Controle e Automação - Cesumar - 2015	Mestrado em Engenharia Elétrica - UEL - 2012	Metrologia Industrial	2º	40
Flavio Bortolozzi	157.594.409-00	Doutor	Integral	7	6	3	1	6	4				6		36	30	Matemática - PUC-PR, 1976. Engenharia Civil - PUC-PR, 1981.	Doutorado em Engenharia de Sistemas e Informática - UTC-França, 1991.	Cálculo I	2º	8/0
Helena de Geus Schleder	957.683.519-49	Especialista	Integral												11	8	Engenharia Cível - UEPG - 1997	Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho - UEPG - 2005	Ciências dos Materiais	2º	40
Ivan Mathias	051.553.469-24	Doutor	Integral	2											3		Bacharelado em Física - UEPG - 2007	Doutorado em Ciências - UEPG - 2015	Física II	2º	40

Jeanine Mafra Miglirini	029.793.599-20	Mestre	Integral							1							10	14	Arquitetura e Urbanismo - PUC - 2003	Mestrado em Geografia - UEPG - 2008	Desenho Técnico	1º	40
Luiz Fabiano dos Anjos	696.773.289-72	Mestre	Integral														22	11	Licenciatura em Matemática - UEPG - 1994	Mestrado profissional em Profmat - UEPG - 2015	Introdução à Matemática	1º	80
Marcia Maria Previato de Souza	018.744.439-04	Mestre	Integral	2		4	1	8					1				19		Pedagogia - UEM - 1998	Mestrado em Educação - UEM - 2011	Formação Sociocultural e Ética	1º	40
Mariane Helena Lopes	049.973.119-01	Mestre	Integral	1	1		1	3					1				8	2	Direito - Cesumar - 2007	Mestrado em Ciências Jurídicas - Cesumar - 2012	Noções de Direito	1º	40

Melânia Canhelutti	584.236.219-87	Mestre	Integral																13	11	Ciências Contábeis - FACEPAL - 1989	Mestrado em CSA - área de concentração em Contabilidade - CPEDC - 2000	Contabilidade	2º	60
Paulo Marcelo Ferreresi Pegino	026.018.929-43	Doutor	Integral	4	5	1	1	1				8	5						7	2	Administração - UEM - 2002	Doutorado em Administração de Empresas - FGV - 2014	Introdução à Gestão da Produção Industrial	1º	80
Paulo Victor Fleming	465.156.827-00	Doutor	Integral					6											20	16	Física Bacharelado - UFRJ, 1978	Doutorado em Tecnologia Industrial - Universidade de Bradford, 1993	Física II	2º	40
Ricardo Azenha Loureiro Albuquerque	178.578.88-42	Mestre	Integral						1										13	4	Administração de Empresas - UEM - 1998	Mestrado em Engenharia de Produção - UFSC - 2002	Sistemas de Produção I	2º	60

Docentes Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial		
Título	Qtde.	%
Doutor	5	29%
Mestre	9	53%
Especialista	3	18%
<b>Total Geral</b>	<b>17</b>	<b>100 %</b>
<b>Tempo Integral</b>	<b>17</b>	<b>100 %</b>

As políticas de pesquisa estabelecidas para a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estão voltadas para:

- ✓ definição de áreas e linhas de pesquisa;
- ✓ criação, manutenção e dinamização de ações sistemáticas para o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa por docentes e discentes, por meio de palestras, seminários, reuniões e outros eventos;
- ✓ realização de parcerias e convênios com outras instituições de ensino, institutos e centros de pesquisa, visando a ampliar os horizontes e enriquecer as trocas de experiências;
- ✓ concessão de auxílio financeiro para o desenvolvimento projetos institucionais;
- ✓ divulgação dos resultados das pesquisas em periódicos e/ou eventos científicos nacionais e/ou internacionais; concessão de bolsas de iniciação científica;
- ✓ realização de simpósios, encontros e demais eventos destinados ao debate de temas científicos;
- ✓ criação de um espaço próprio para os pesquisadores, equipados com terminais de computador com acesso às redes de informação;
- ✓ articulação das linhas de pesquisa mestra da Instituição e incentivo à formação de grupos de pesquisas;
- ✓ captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e propor e manter condições de trabalho favoráveis para pesquisadores.

### **3.4 Composição e Funcionamento do Colegiado de Curso**

---

A composição e o funcionamento do colegiado de curso é regulamentado conforme estabelecido no Regimento Geral da IES e no Plano de Desenvolvimento Institucional, e deverá ser implantado após o início de funcionamento do curso devido as particularidades de responsabilidades destinado conforme Regulamento:

#### Seção III

#### Do Colegiado de Curso

Art. 12°. O Colegiado de Curso, órgão consultivo e de assessoramento do coordenador de curso, tem a seguinte composição:

- I. coordenador do curso, seu presidente nato;
- II. quatro representantes docentes, indicados por seus pares que participam das atividades do curso;
- III. um representante discente, indicado pelos discentes matriculados no curso em eleição direta;

§ 1º Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos: coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;

- I. dois anos para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;
- II. um ano para o representante discente. O representante discente deverá ser substituído imediatamente caso o indicado venha a se desligar ou trancar o curso na **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

Art. 13°. Compete ao Colegiado de Curso:

- I. aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, observadas as diretrizes gerais para sua elaboração, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. coordenar e supervisionar os planos e atividades didático-pedagógica do curso;
- III. coordenar o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento do projeto pedagógico do curso, propondo, se necessário, às devidas alterações;

- IV. emitir parecer em projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à coordenadoria do curso;
- V. exercer as demais funções que lhe sejam previstas em lei, neste Regimento e nos regulamentos aprovados pelos conselhos superiores;
- VI. participar ativamente da administração acadêmica e administrativa do curso, assessorando o Diretor Geral, Vice-Diretor, Diretores Acadêmicos e Administrativos e demais dirigentes no desempenho de suas funções;
- VII. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão normas de funcionamento e verificação do rendimento escolar para estágio, trabalho de conclusão e de disciplinas com características especiais do curso;
- VIII. propor aos conselhos superiores e órgãos da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógica necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso;
- IX. sugerir medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Instituição, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo Diretor Geral;
- X. homologar o aproveitamento de estudos de discentes transferidos;
- XI. homologar o aproveitamento de estudos por competência, em acordo a regulamento próprio;
- XII. zelar pela fiel execução dos dispositivos, regimentais e demais regulamentos e normas das **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**.

#### Seção IV

##### Disposições Comuns ao Funcionamento dos Órgãos Colegiados

Art. 14°. Às reuniões dos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes normas:

- I. os órgãos colegiados têm regulamentos internos próprios, respeitadas as disposições constantes deste Regimento;

- II. os órgãos colegiados funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria dos presentes, salvo nos casos previstos neste Regimento em que se exija quórum especial;
- III. o Presidente do colegiado participa da votação e, no caso de empate, decide por meio do voto de qualidade;
- IV. nenhum membro dos órgãos colegiados pode participar de sessão em que aprecie matéria de seu particular interesse;
- V. ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro dos órgãos colegiados pode recusar-se de votar;
- VI. as reuniões ordinárias e extraordinárias são convocadas pelo seu presidente com antecedência mínima de 48 horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- VII. das reuniões, são lavradas atas, lidas, aprovadas e assinadas por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte;
- VIII. o comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a mais de três reuniões consecutivas ou cinco não consecutivas;
- IX. sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, a critério do Diretor Geral, os colegiados podem se reunir e tomar decisões conjuntas, desde que convocados para esse fim, sendo lavrada ata de reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.

## **4. DIMENSÃO 3 - Infraestrutura**

---

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantina e outras dependências serão de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas de fora da IES quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção Geral.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasses, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

## **4.1 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais**

---

### **4.1.1. Instalações Físicas – Adaptações para Acessibilidade**

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, “sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas”, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** mantém as dependências físicas adequadas com eliminação de barreiras arquitetônicas que possam inibir a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas e foram observados os seguintes itens:

- ✓ assegurado o acesso aos espaços de uso coletivo, para que o deficiente possa interagir com a comunidade acadêmica;
- ✓ instalado lavabos, bebedouros e banheiros adaptados ao uso de portadores de deficiência física;
- ✓ colocação de corrimãos e rampas que facilitam a circulação de cadeiras de rodas;
- ✓ instalação de telefones públicos para uso de deficientes;
- ✓ adaptado portas e banheiros para permitir o acesso de cadeiras de rodas;
- ✓ Vagas para estacionamento.

Além da infraestrutura necessária, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, proporciona relacionamento saudável, do portador de necessidade especial com toda a comunidade acadêmica visando a sua adaptação.

### **4.1.2. Instalações Virtuais - Software de Acessibilidade**

Com o avanço das tecnologias, hoje há disponível para acesso livre vários *softwares* desenvolvidos para que pessoas com deficiência visual possam utilizar com autonomia o computador através de ampliação de tela e da leitura dos menus e telas por um sintetizador

de voz. Dentre os softwares disponíveis para uso, a **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** utiliza-se do mais conhecido: “DOSVOX”.

O DOSVOX é um software gratuito e desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O sistema operacional DOSVOX permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.

**Fonte:** <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/download.htm>

## **4.2 Espaço Físico Geral**

---

As salas de aula foram projetadas segundo as exigências específicas do ensino superior. As salas são amplas com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades de todos os cursos oferecidos pela instituição. O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se de ventiladores, sempre que necessário. A Instituição prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira, poeira e lixo, móveis sem poeira. Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na cantina, na biblioteca, nas salas de estudo etc. As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados e atendem confortavelmente a demanda, inclusive com adaptações para atender os portadores de necessidades especiais. Para isso a instituição manterá pessoal adequado e material de limpeza disponível. Dispõe ainda de instalações apropriadas para o processo de ensino-aprendizagem disponibilizando recursos audiovisuais e multimídias, retirada de pincéis e apagadores, entrega e retirada de provas para reprodução e outros serviços.

No que diz respeito à dimensão, o espaço físico é adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividade desenvolvidos na Instituição. Os gabinetes para direção e coordenações de cursos de graduação, NAP, NDE e professores possuem a infraestrutura necessária no que tange a equipamentos e pessoal.

#### 4.2.1. Acesso a Equipamentos de Informática pelos Docentes e Discentes

Os Professores e alunos utilizarão os laboratórios da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, com agendamento para as aulas e em horários livres para consecução de seus trabalhos. Os professores terão ainda computadores disponíveis nas salas dos professores e na sala da coordenação.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** terá um conjunto de normas de acesso, afeiçoando-as ao perfil profissional previsto para os cursos implantados e em implantação que serão utilizadas. Quanto à aquisição de computadores, periféricos e instrumentos multimeios, a preocupação é com a satisfação dos seguintes itens:

- ✓ máquinas e equipamentos suficientes para uso do corpo docente, dos alunos e dos funcionários técnicos e administrativos;
- ✓ boa relação entre número de usuários e número de máquinas;
- ✓ contratação de pessoal qualificado, sempre disponível em cada laboratório ou oficina de trabalho;
- ✓ operadores qualificados a serviço dos usuários.

##### 4.2.1.1. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** tem, em sua infraestrutura de apoio pedagógico, a grande alavanca para a realização de aulas, reuniões e eventos na Instituição.

A aquisição de aparelhos audiovisuais, principalmente os mais usados em sala de aula, como TV, vídeo e retroprojeter, facilitam o fazer pedagógico.

A implantação de um programa de manutenção preventiva, bem como os investimentos na preparação de recursos humanos, para um rápido atendimento aos professores em sala de aula, além de propiciar o oferecimento de orientações sobre o correto uso dos aparelhos eletrônicos, contribuirá para a maximização dos recursos disponíveis.

#### **4.2.1.2. EXISTÊNCIA DE REDE DE COMUNICAÇÃO (INTERNET)**

Os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos diversos espaços existentes na **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estarão conectados às redes de comunicação científica, permitindo aos seus usuários a comunicação via internet.

#### **4.2.1.3. PLANO DE EXPANSÃO E DE ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

Os equipamentos existentes na **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** farão parte de um plano de expansão e atualização sempre que houver necessidade, evitando assim que os laboratórios se tornem obsoletos.

Faz parte do plano de expansão e atualização:

- ✓ administrar a utilização dos equipamentos de uso comunitário e reorganizar os itens de consumo e produtos periodicamente;
- ✓ analisar mudanças e melhorias realizadas nos softwares adquiridos e efetuar divulgação através de documentos, palestras e cursos;
- ✓ apoiar os usuários na utilização dos equipamentos e das ferramentas existentes na **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**;
- ✓ elaborar projeto de instalação de máquinas e equipamentos de processamento de dados e das redes de comunicação de dados;
- ✓ especificar e acompanhar o processo de compra de equipamentos de informática, de softwares e demais equipamentos necessários aos laboratórios específicos;
- ✓ instalar, acompanhar e controlar a performance dos equipamentos e das redes de comunicação de dados;
- ✓ planejar e implantar rotinas que melhorem a operação e segurança no uso dos equipamentos;
- ✓ planejar e ministrar cursos internos sobre utilização de recursos computacionais e dos demais equipamentos.

#### 4.2.2. Biblioteca

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, órgão da Administração Geral, é a responsável por todo o acervo, e tem como objetivo prover de informações o ensino, a pesquisa e a extensão, pautando sua atuação nos seguintes princípios:

- ✓ democratização do acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade;
- ✓ respeito ao princípio do controle bibliográfico universal;
- ✓ atendimento à comunidade da Faculdade e à comunidade em geral;

A Biblioteca tem como atribuições:

- ✓ adquirir, receber, organizar, guardar e promover a utilização do acervo para o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração e a cultura;
- ✓ promover a difusão do acervo, visando otimizar o seu uso;
- ✓ oferecer serviços bibliográficos e de informação que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das atividades científicas e culturais;
- ✓ manter intercâmbio com bibliotecas, centros de documentação e outros órgãos similares;
- ✓ guardar, preservar e divulgar a produção técnica, científica e cultural da Faculdade;
- ✓ executar outras atividades pertinentes ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Atuando como centro de documentação e informação da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, a Biblioteca estará a serviço do corpo docente, discente, do pessoal técnico-administrativo e da comunidade local. Para a comunidade interna o acesso será livre, mediante a comprovação da vinculação a Faculdade.

#### **4.2.2.1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

A bibliografia básica do curso está composta por no mínimo três títulos por unidade curricular e está disponível na proporção de um exemplar para menos de 5 vagas.

#### **4.2.2.2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

A bibliografia complementar do curso está composta por no mínimo cinco títulos por unidade curricular e disponível forma virtual e impressa.

#### **4.2.2.3. PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS**

Os periódicos especializados indexados e correntes, sob a forma virtual e impressa, estarão à disposição do curso.

#### **4.2.2.4. INFRAESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL**

Como órgão suplementar, a Biblioteca está vinculada à Diretoria Geral da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, mantendo relacionamento sistêmico com os demais setores e constituindo-se em ferramental de apoio às atividades fins de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

Assim, oferece à comunidade acadêmica, o suporte informacional necessário ao desenvolvimento dos cursos.

#### **4.2.2.5. POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A BIBLIOTECA NO QUE SE REFERE AO ACERVO, AO ESPAÇO FÍSICO E AOS MÉTODOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

É desnecessário dizer que qualquer instituição universitária só pode existir apoiada por uma infraestrutura que lhe dê suporte. Além dos mecanismos administrativos, alguns recursos acadêmicos se impõem. O primeiro deles é a existência de biblioteca bem munida, atualizada, informatizada e ágil.

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** estabelecerá sua política para a atualização e expansão do acervo. Considera fundamental que as solicitações de livros, periódicos, etc,

sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto para o ensino, quanto para a pesquisa e a extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo é também essencial.

#### **4.2.2.6. POLÍTICA DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO**

O acervo da Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** compreende a bibliografia básica e de referência dos cursos aprovados, periódicos, obras de referência como dicionários, manuais e enciclopédias, além de CD-ROM, jornais e revistas, filmes, vídeos, softwares aplicativos na área educacional, científica e tecnológica, diapositivos, transparências, mapas e demais recursos da tecnologia educacional.

Semestralmente, será elaborada uma programação de aquisições prevendo-se a ampliação para os cursos existente e para os futuros a serem implantados.

Na escolha das obras a adquirir, considerar-se-á a atualidade dos temas, sua importância para o acervo e a idoneidade intelectual do autor, bem como as recomendações e sugestões dos professores e alunos.

Para que se consiga consistência, atualidade, uniformidade, equilíbrio e otimização dos recursos disponíveis, faz-se necessário à adoção de uma política de desenvolvimento de coleções, contendo:

- ✓ critérios para seleção;
- ✓ níveis de abrangência;
- ✓ tipos de materiais (CDs, fitas de vídeos etc.);
- ✓ normas para duplicação, reposição, substituição, descarte;
- ✓ fontes para seleção;
- ✓ normas para intercâmbio e aceitação de doações;
- ✓ prioridades para aquisição;
- ✓ planejamento para aplicação de recursos.

A política de atualização do acervo da Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** está prevista na demanda da comunidade acadêmica e na disponibilidade financeira

da Mantenedora. Deverá acompanhar a sequência da implantação dos cursos e compreenderá a implementação das decisões tomadas na seleção, podendo ser realizada através de compra e doação.

#### **4.2.2.7. PESSOAL ESPECIALIZADO**

A Biblioteca, da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** tem em seu quadro profissional legalmente habilitado (bibliotecário), que responde pela sua administração e pessoal de apoio técnico em número suficiente para prestar atendimento à comunidade acadêmica e comunidade externa.

#### **4.2.2.8. POLÍTICA E FACILIDADE DE ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO**

- ✓ Horários de acesso;
- ✓ Forma de acesso e empréstimo;
- ✓ Facilidades de reservas;
- ✓ Qualidade da catalogação e disposição do acervo.
- ✓ Reprografia e infraestrutura para recuperação de informações;
- ✓ Formas de acesso a base de dados: internet e outras;
- ✓ Espaço físico para leitura e trabalho em grupo;
- ✓ Área física disponível;
- ✓ Planos de expansão.

#### **4.2.2.9. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA**

A Biblioteca da **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** funciona de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 22:00 horas e aos sábados, das 8:00 às 16:00 horas, de maneira a permitir melhor aproveitamento e disponibilidade dos alunos.

#### 4.2.3. Laboratórios Didáticos Especializados – Autorização de Curso (2 primeiros anos do curso)

Nos Laboratório são desenvolvidas atividades práticas de ensino que correlacionam o entendimento da Ambiental e Sanitária e sua aplicação prática dentro das atividades de cada curso atendido.

Todos se encontram implantados com normas de funcionamento, utilização e segurança; Manual de Biossegurança, equipamentos adequados ao espaço físico e vagas solicitadas e com apoio técnico com a presença de um técnico de laboratório, manutenção dos equipamentos e atendimento à comunidade, quando se aplicar.

Os Laboratórios destinam-se a subsidiar atividades teóricas prática das disciplinas dos Cursos de Graduação. A infraestrutura é adequada e os equipamentos permitem aos professores, técnicos e alunos boas condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso.

Para o curso têm-se os seguintes laboratórios:

1. Laboratório de Informática
2. Laboratório de Física
3. Laboratório de Desenho

### **4.3 Plano de Expansão Física**

---

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa** planeja durante o período de vigência do PDI, a expansão da infraestrutura física das suas unidades, de forma a adequá-las às necessidades dos cursos em implantação de acordo com sua política de crescimento, suas metas e objetivos expostos no PDI.

## **5. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS**

---

A **Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa**, instituição de ensino superior vinculada ao sistema federal de ensino, regularmente constituída sob as normas nacionais vigentes, atua

em perfeita consonância aos Requisitos Legais e Normativos, componentes obrigatórios que compõem o sistema nacional de avaliação do ensino superior (SINAES).

Para cada um dos requisitos avaliados pelo Ministério da Educação, por meio de comissão de especialistas designados, observa-se seu cumprimento conforme relacionado a seguir:

### RESUMO DOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
1	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso</b>	<p>O Projeto Pedagógico do <b>Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa</b> está fundamentado nas seguintes normativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</li> <li>✓ Decreto 5.773 de 9/5/2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.</li> <li>✓ Portaria nº 10 de 28/7/2006.</li> <li>✓ Portaria 1024 de 11/5/2006.</li> <li>✓ Resolução CNE/CP 3 de 18/12/2002.</li> <li>✓ Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).</li> <li>✓ Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST.</li> </ul>	NSA para cursos que não têm DCN.
2	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica</b> , conforme disposto na Resolução CNE/CEB 4/2010.	Não se aplica ao Curso.	NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais
3	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação</b>	O requisito legal acerca das diretrizes curriculares	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	<p><b>das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena</b>, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.</p>	<p>nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar na disciplina de <b>Formação Sociocultural e Ética</b>.</p>	
4	<p><b>Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos</b>, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/5/2012.</p>	<p>O requisito legal acerca das diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar na disciplina de <b>Formação Sociocultural e Ética</b>.</p>	
5	<p><b>Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista</b>, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.</p>	<p>A instituição garante atendimento aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista responsabilizando-se pela realização permanente e prévia de diagnóstico preliminar dos eventuais acadêmicos que apresentem sinais do Transtorno do Espectro Autista e seu nível de comprometimento, por meio de laudo profissional que sinalize a melhor forma de atendimento pedagógico do mesmo. Estarão envolvidos nesse processo profissionais atuantes no Núcleo de Apoio Pedagógico e de atendimento psicológico.</p> <p>Vale destacar que em pesquisas realizadas e considerando a experiência em outros sistemas de ensino é possível observar êxito nos casos de inclusão do autista em que a instituição disponibiliza um tutor para acompanhar o aluno e assim intermediar o processo de ensino e aprendizagem (professor/aluno/tutor). O mesmo poderá ser</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		disponibilizado para a síndrome do X frágil que requer acompanhamento durante as atividades e vida acadêmica.	
6	<b>Titulação do corpo docente</b> (art. 66 da Lei N°9.394, de 20 de dezembro de 1996).	A Faculdade atende ao requisito legal acerca do art. 66 da Lei 9394/96 quanto à titulação do corpo docente em possuir formação em pós-graduação “lato ou stricto-sensu”. Todos os docentes da instituição estão enquadrados dentro dessa normativa.	
7	<b>Núcleo Docente Estruturante (NDE)</b> (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010)	A Faculdade atende ao requisito legal acerca da Resolução CONAES nº 1, de 17/6/2010 que regulamenta o NDE. Todos os cursos terão em sua estrutura um NDE instalado, regulamentado e atuante.	NSA para cursos sequenciais.
8	<b>Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia</b> (Portaria Normativa N° 12/2006)	O <b>Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial</b> , por se tratar de um curso tecnológico, atende a Portaria nº 10 de 28/7/2006, a Portaria 1024 de 11/5/2066, Resolução CNE/CP 3 de 18/12/2002 e a Portaria 12/2006	NSA para bacharelados, licenciaturas e sequenciais.
9	<b>Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia</b> (Portaria N°10, 28/07/2006; Portaria N° 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP N° 3, 18/12/2002)	O <b>Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial da Faculdade CESUMAR de Ponta Grossa</b> , por se tratar de um curso tecnológico, atende a Portaria nº 10 de 28/7/2006, a Portaria 1024 de 11/5/2066, Resolução CNE/CP 3 de 18/12/2002 e a Portaria 12/2006.	NSA para bacharelados, licenciaturas e sequenciais.
10	<b>Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas</b> Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N°	Não se aplica a curso tecnológico.	NSA para tecnológicos e sequenciais.

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	<p>04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP Nº 1 /2006 (Pedagogia). Resolução CNE/CP Nº 1 /2011 (Letras). Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015(Formação inicial em nível superior -cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura -e formação continuada).</p>		
11	<p><b>Tempo de integralização</b> Resolução CNE/CES Nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES Nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior-cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura-e formação continuada).</p>	<p>Não se aplica a curso tecnológico.</p>	<p>NSA para tecnológicos e sequenciais.</p>
12	<p><b>Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida</b>, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.</p>	<p>A Faculdade, quando credenciada, estará implantado o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais que mede o relacionamento entre docentes, técnico-administrativos e discentes, orientando e apoiando o Colegiado do Curso e NDE na adequação curricular para atender às especificações dos portadores de necessidades especiais, por meio do Programa de Monitoria Especial,</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		<p>adaptada aos recursos físicos da IES, apoiando os estudantes com deficiência, disponibilizando pessoal especializado como intérpretes de língua de sinais. A estrutura física da IES está concebida para facilitar a circulação e o uso de todos os ambientes institucionais, com placas em braile, piso tátil, carrinho escalador. Propõem-se ações que podem ser desenvolvidas de forma geral e específica para atender de maneira individualizada cada uma das deficiências.</p>	
		<p><b>AÇÕES GERAIS</b></p>	
		<p>Designar um profissional habilitado na área psicopedagogia e com experiência no processo de inclusão para atuar de forma multidisciplinar nas diversas ações que envolvem o processo inclusivo, tais como: acompanhar, integrar, promover formação, orientar na acessibilidade de materiais, acompanhar o rendimento escolar destes acadêmicos, capacitar os envolvidos para atuarem no processo de inclusão entre outros.</p>	
		<p>Adaptar o sistema para que no momento de matrícula já seja identificado o acadêmico com necessidades especiais, mediante a apresentação de laudo médico e assim alimentar o Censo da Instituição. Hoje acontece uma identificação simples no momento da inscrição do processo seletivo, mas que não se migra para o <i>Lyceum</i>.</p>	
		<p>Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio, rampas, elevadores e</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		suportes disponíveis para locomoção no campus da Faculdade.	
		Elaborar projeto interdisciplinar com base no PCN (Parâmetro Curricular Nacional) com os demais setores da instituição envolvendo as clínicas e profissionais da saúde promovendo a inclusão de forma mais ampla e global, possibilitando o melhor atendimento aos portadores de deficiência.	
		<b>AÇÕES ESPECÍFICAS POR DEFICIÊNCIA</b>	
		<b>DEFICIÊNCIA VISUAL</b>	
		1. Disponibilizar letores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar.	
		2. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.	
		3. Ampliação do tamanho da letra da prova.	
		4. Liberação de materiais em TXT para conversão em programas de leitura em voz.	
		5. Enviar lupas para a leitura.	
		6. Disponibilizar software (DOSVOX) ou similar aos alunos	
		7. Editar o material em Braille	
		<b>DEFICIENCIA AUDITIVA</b>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		1. Contratar e gerenciar os intérpretes de Libras que atendem os alunos surdos.	
		2. Disponibilizar o material impresso ou utilizados em sala de aula na forma virtual	
		<b>DEFICIENCIA MOTORA/ FISICA</b>	
		1. Adaptar a estrutura física da IES.	
		2. Utilizar os equipamentos de acessibilidade como, por exemplo: cadeiras de rodas, apoio e suportes disponíveis para locomoção.	
		3. Possibilitar a entrega da prova digitadas nos casos em que os acadêmicos tenham condições.	
		4. Reservar vagas de estacionamentos próximas as entradas da IES.	
		<b>DEFICIENCIA INTELECTUAL</b>	
		1. Possibilitar maior tempo para a realização de provas presenciais.	
		2. Possibilidade de realização das atividades presenciais em duas etapas.	
		3. Encaminhar ledores e copistas para os dias de avaliação e Atividade Presencial Obrigatória Interdisciplinar e atividades externas.	
		4. Incentivar a utilização de monitores (alunos da sala) para apoiar e acompanhar as atividades acadêmicas, em	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		<p>especial as práticas.</p> <p>Todo recurso oferecido pela instituição não exige o tratamento de cada síndrome e o acompanhamento da família para com esses acadêmicos. Em toda pesquisa realizada é destacada a importância do acompanhamento médico e familiar e que a instituição de ensino deve ser informada de todo o tratamento inclusive da medicação utilizada e seus efeitos.</p>	
13	Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)	<p>A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas; e reza que os sistemas educacionais federal, estadual e municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino de Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. Por sua vez, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, trata do papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, no apoio ao uso e difusão de Libras; na formação, capacitação e qualificação de docentes, servidores e empregados para o uso e difusão de Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, e, conseqüentemente, da formação</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		<p>em nível superior do docente de Libras, da formação em nível médio do instrutor de Libras, e da formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa. O referido Decreto, no seu §2º do art. 7º, reza ainda que “A partir de um ano da publicação deste Decreto [2006], os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro de magistério”.</p> <p>O processo de inclusão de Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas, de modo que a partir de um ano da publicação do Decreto Nº 5.626, ou seja, a partir de 2006, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o docente de Libras em seu quadro do magistério. Em conformidade com a Lei nº 10.436, de 14 de abril de 2002, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a disciplina de LIBRAS será ofertada obrigatoriamente nos cursos previstos na legislação e de forma optativa nos demais cursos.</p> <p>No caso específico será ofertada de forma optativa, podendo ser cursada pelo acadêmico a qualquer tempo que desejar. Ainda, será implantado na Faculdade o PROJETO INTÉRPRETE DE LIBRAS que objetivará a contratação e coordenação de intérpretes para atendimento aos acadêmicos portadores de deficiência</p>	

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
		auditiva com o intuito de proporcionar-lhes uma aprendizagem significativa e conseqüentemente uma atuação competente e cidadã na sociedade. No caso específico a Libras é obrigatória.	
14	<b>Prevalência de avaliação presencial para EAD</b> (Dec. Nº 5.622/2005, art. 42º)	Não se aplica ao Curso.	NSA para cursos presenciais
15	<b>Informações acadêmicas</b> (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)	As informações acadêmicas da Faculdade estarão disponibilizadas de forma impressa, no PPC, nas normas emanadas dos Conselhos Superiores, Regimento, PDI-PPI, Guia Acadêmico, disponíveis para acesso em área própria da Biblioteca e de forma virtual na página da internet da Faculdade. A Faculdade apresentará no ato da avaliação in loco página da internet desenvolvida para ser divulgada tão logo a Faculdade seja credenciada.	
16	<b>Políticas de educação ambiental</b> (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)	A Faculdade atenderá a legislação vigente onde haverá integração da educação ambiental faz parte do Projeto Institucional da IES, estando contemplado de modo transversal e interdisciplinar na disciplina de <b>Formação Sociocultural e Ética</b> .	
17	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica</b> , em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, Resolução CNE Nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos	Não se aplica ao Curso.	NSA para bacharelados, tecnológicos e sequenciais.

REF.	DISPOSITIVO LEGAL	DESCRIÇÃO / JUSTIFICATIVA	OBSERVAÇÃO
	de segunda licenciatura -e formação continuada).		

## REFERÊNCIAS

---

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia do. (Orgs.). **Indagações sobre o currículo**. Brasília:MEC/SEB, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411990>. Acesso em: 06/07/16.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 06/07/16.

LDB. LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/1996). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 05/07/16.

PNE. Plano Nacional de Educação. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 08/07/16.

RESOLUÇÃO CNE/CES 08, de 11/03/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES08-2002.pdf>. Acesso em: 08/07/16.

Parecer CNE/CES 1.303/2001, de 06 de novembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1303.pdf>. Acesso: 08/07/16.